

# Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU

(v. 4, 2024)

DE 09 A 11 DE OUTUBRO 2024

ISSN 2965-6419



# ANAIIS

INHUMAS – UEG

## **COMISSÃO ORGANIZADORA**

**Simone de Magalhães Vieira Barcelos**  
Coordenadora do PPGE – UEG/Inhumas

**Simone de Magalhães Vieira Barcelos**  
**Keides Batista Vicente**  
Professoras do Componente Curricular e Coordenadoras  
do IV Seminário de Pesquisa do PPGE

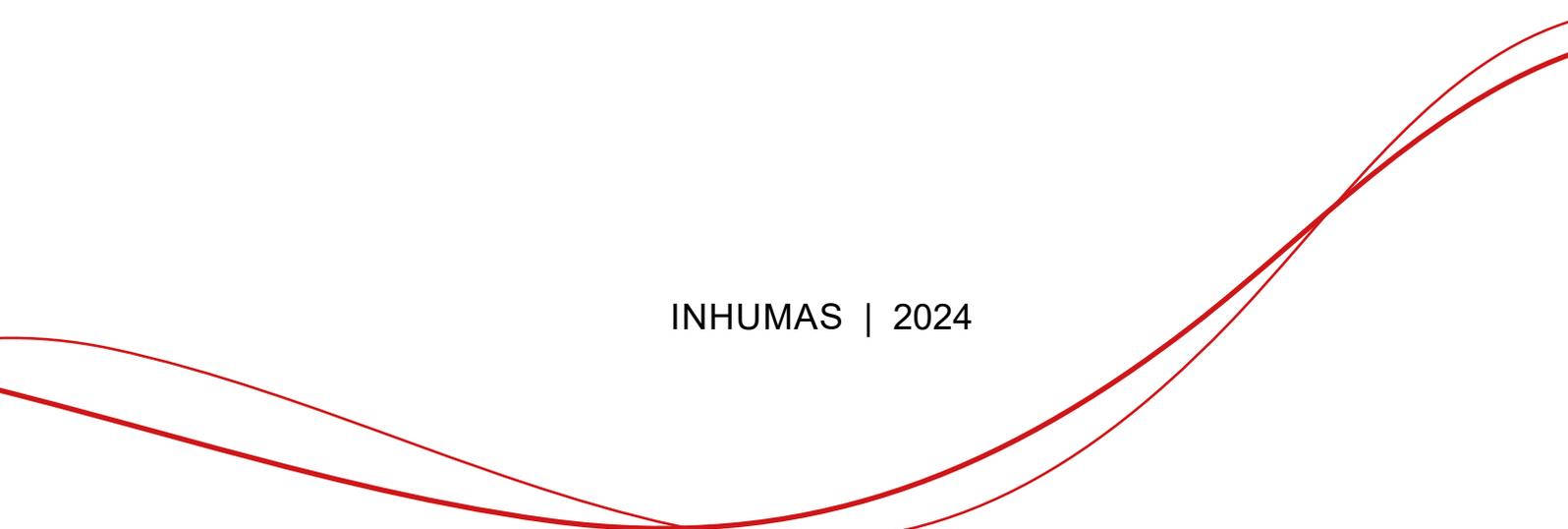


# Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – UnU

(v. 4, 2024)

**DE 09 A 11 DE OUTUBRO 2024**

INHUMAS | 2024



### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

S471a Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – Universidade Estadual de Goiás/PPGE/UEG/Inhumas-GO (4.: 2024 : Inhumas, GO).

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGE/UEG/Inhumas, de 9 a 11 de outubro de 2024, Inhumas-GO [recurso eletrônico] / organizado por Simone de Magalhães Vieira Barcelos e Keides Batista Vicente. – Inhumas: Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Inhumas, Editora UEG, 2024.

136 p. : il.

1. Pesquisa em Educação. 2. Processos Formativos. 3. Trabalho intelectual. 4. Formação Humana. I. Barcelos, Simone de Magalhães Vieira (coordenadora) II. Vicente, Keides Batista. III. Universidade Estadual de Goiás, Programa de Pós-Graduação em Educação, UEG/Inhumas. IV. Título.

CDD 025.4

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária

Larissa Stefane Rodrigues de Lima – CRB/1-3424

O IV Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação da UEG/Inhumas recebeu fomento financeiro do Pró-Programas PrP/UEG 2024

# **UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS**

## **Reitor**

Antônio Cruvinel Borges Neto

## **Pró-Reitoria de Graduação**

Raoni Ribeiro Guedes Fonseca Costa

## **Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação**

Claudio Stacheira

## **Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Estudantis**

Sandra Máscimo da Costa e Silva

# **INSTITUTOS ACADÊMICOS**

## **Ciências Agrárias e Sustentabilidade (IACAS)**

Sueli Martins de Freitas Alves

## **Ciências da Saúde e Biológicas (IACSB)**

Michelle Ferreira de Oliveira

## **Ciências Sociais Aplicadas (IACSA)**

Rodrigo Messias de Souza

## **INSTITUTOS ACADÊMICOS**

### **Ciências Tecnológicas (IACT)**

Joilson dos Reis Brito

### **Educação e Licenciaturas (IAEL)**

Marcos Vinícius Ribeiro

## **CÂMPUS METROPOLITANO**

### **Direção do Campus**

João Cândido Barbosa

### **Assessoria de Pesquisa**

Rosane Maria de Castilho

## **UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE INHUMAS**

### **Coordenação da Unidade Universitária**

Cleumar de Oliveira Moreira

# **PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO**

## **Coordenação**

Simone de Magalhães Vieira Barcelos

## **Vice-Coordenação**

Made Junior Miranda

## **COORDENADORAS DO IV SEMINÁRIO**

Simone de Magalhães V. Barcelos

Keides Batista Vicente

## SUMÁRIO

Prefácio .....	12
1 Silenciadas e agredidas no ambiente digital .....	14
Ana Lúcia Dantas Pacheco Borges Carla Conti de Freitas (UEG)	
2 Literatura nos anos iniciais do Ensino Fundamental: por uma educação humanizadora .....	20
Andrezza Gontijo Marlene Barbosa de Freitas Reis (UEG) Cláudio Pires Viana (UEG)	
3 Educação postural no ambiente escolar: um estudo sobre a intervenção fisioterapêutica sob a perspectiva da teoria histórico-cultural .....	25
Mestrando: Cristiano Murilo Costa Made Júnior Miranda (UEG)	
4 A relação trabalho e educação: uma análise das leis que regulamentam o Ensino Médio .....	31
Daniel Cordeiro da Silva Filho Valdirene Alves de Oliveira (UEG) Camila Grassi Mendes de Faria	

### REALIZAÇÃO

5	O letramento e seu percurso formativo no Ensino Médio: do modelo ideológico ao modelo autônomo . . . . .	37
	Daniella Silva Araújo Clara Wesley Luis Carvalhaes (UEG)	
6	Trabalho e adoecimento de professores da Educação Básica da Secretaria Municipal de Goiânia . . . . .	43
	Diego Lacerda de Sousa Rodrigo Roncato M. Anes (UEG)	
7	O sistema de avaliação da educação básica e o sentido da escola: das diretrizes ao apostilamento. . . . .	49
	Flavio Vinicius Francisco Cavalcante Liliane Barros de Almeida (UEG)	
8	Em questão o conceito de docência . . . . .	55
	Gabriella Eduarda Costa Campos Simone de Magalhães Vieira Barcelos (UEG)	
9	Fechamento de escolas do Campo Em Inhumas, Goiás: violações ao direito das crianças . . . . .	61
	Guilherme Teixeira Gomes Keides Batista Vicente (UEG)	
10	EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CÁRCERE FEMININO: UM ESTUDO SOBRE A DOCÊNCIA NA CIDADE DE INHUMAS (GO). . . . .	66
	Jacquelyne Martins Renovato Sylvana de Oliveira Bernardi Noleto (UEG)	

REALIZAÇÃO

11	Atuação de mulheres na garantia de direitos a educação formal e não formal no Quilombo de Tomé Nunes-Malhada-Bahia . . . . .	73
	Josedalva Farias dos Santos Keides Batista Vicente (UEG)	
12	A secularização da cultura: o que a escola tem a ver com isso? . . . . .	79
	Marcilene Alves Vieira Liliane Barros de Almeida (UEG)	
13	Formação tecnológica e crítica na prática docente: um estudo com professores de Inhumas . . . . .	85
	Márcio Santos Zuffa Made Junior Miranda (UEG)	
14	Linguagem e formação humana: uma análise discursiva de publicidades sobre educação do Governo Temer . . . . .	92
	Natália Costa Azevedo de Faria Wesley Luis Carvalhaes (UEG)	
15	Currículo e educação infantil na rede municipal de educação de Goiânia: para pensar a leitura literária como direito das crianças . . . . .	98
	Patricia Lapot Costa Claudio Pires Viana (UEG)	
16	A universalização da educação infantil no município de Goiânia: os desafios da meta 1 do Plano Municipal de Educação. . . . .	106
	Raissa Soares Furtado Renata Ramos da Silva Carvalho (UEG)	

REALIZAÇÃO

17	A práxis no ensino de arte: uma reflexão a partir da perspectiva Freiriana .	114
	Raphael de Almeida Paula Cláudio Pires Viana (UEG)	
18	Desafios e contradições da meta 13 do PNE (2014-2024) e da meta 14 do PEE-GO (2015-2025) . . . . .	118
	Raquel Aparecida Cupertino Renata Ramos da Silva Carvalho (UEG)	
19	Trabalho docente em Goiás: análises acerca da valorização do professor de educação básica durante o Governo Caiado . . . . .	124
	Vanessa Thais Alves Martins Rodrigo Roncato Marques Anes (UEG)	
20	A Resolução 04/2024 e a formação de professores: sujeitos, entidades e disputa no campo político . . . . .	131
	William Elias de Almeida Renato Barros de Almeida (UEG)	

REALIZAÇÃO

## PREFÁCIO

O Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE/UEG-Inhumas) realiza anualmente o Seminário de Pesquisa como finalização do trabalho realizado nos Componentes Curriculares Seminário I e II. Os textos publicados na quarta edição dos Anais, decorrem de leitura, discussão e reelaboração dos projetos de pesquisa dos discentes da quarta turma de Mestrado em Educação aprovados no processo seletivo em 2023. Os projetos acolhidos nesses Anais foram apresentados pelos discentes entre os dias 9 a 11 de outubro de 2024 no IV Seminário de Pesquisa do PPGE.

O componente curricular Seminário de Pesquisa II, busca propiciar a sistematização dos projetos de pesquisa dos mestrandos; a definição ou redefinição de concepções e perspectivas em vistas da problematização do objeto de pesquisa em Educação; a definição e delimitação do objeto de estudo e a elaboração do problema e objetivos de pesquisa; análise dos fundamentos teóricos e epistemológicos que se fundamentam a proposta de investigação considerando a elaboração e o realização da pesquisa; a revisão de literatura e escolha do tipo de pesquisa, das técnicas e orientações para coleta, análise e interpretação de dados, quando for o caso. Busca ainda, fomentar e acompanhar a organização, a produção e a difusão da pesquisa na área da educação de modo a evidenciar a indissociabilidade entre diferentes objetos de estudo, criando condições para que os mestrandos ponham em questão seus projetos de pesquisa e os apresente à comunidade em geral e à comunidade acadêmica em particular.

O Seminário de Pesquisa do PPGE/UEG-Inhumas busca, ainda, oportunizar aos discentes a experiência formativa de dialogarem com a Banca Examinadora – convidada pelos professores orientadores sob o acompanhamento dos professores responsáveis

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

pelo componente curricular Seminário de Pesquisa II. As apresentações ocorrem nas dependências da Unidade da UEG/Inhumas em salas com suas respectivas bancas. As apresentações acontecem de modo concomitante em três dias consecutivos. As apresentações, bem como as arguições dos professores participantes das bancas, constituem uma experiência formativa relevante para a formação dos discentes e docentes.

A experiência acadêmica realizada nos componentes curriculares Seminário I e II consiste num fecundo trabalho intelectual de envolvimento e comprometimento de professores orientadores, mestrandos e membros das bancas. Desse modo, o Seminário de Pesquisa é uma atividade que propicia a reflexão dos docentes e discentes em torno dos seus respectivos objetos de estudo, bem como de questões teóricas e epistemológicas. A participação dos mestrandos da quarta turma no planejamento, realização e avaliação do seminário de pesquisa merece ser registrada, especialmente os mestrandos que estiveram mais diretamente envolvidos na organização do evento, sendo eles: Guilherme Teixeira Gomes, Josedalva Farias dos Santos, Gabriella Eduarda Costa Campos. O trabalho deles contribuiu significativamente para o êxito alcançado no IV Seminário de Pesquisa do PPGE/UEG-Inhumas.

A quarta edição dos Anais do Seminário de Pesquisa do PPGE/UEG-Inhumas acolhe vinte sínteses do trabalho acadêmico realizado por docentes e discentes ao longo do ano de 2024. Agradecemos aos docentes, discentes, técnicos administrativos do PPGE, professores convidados, aos docentes e discentes e técnicos administrativos da graduação da UnU-Inhumas, assim como aos familiares e amigos de discentes que prestigiaram o evento. Nosso agradecimento especial ao diretor da UnU de Inhumas, professor Cleumar de Oliveira Moreira, pelo comprometimento, apoio e acompanhamento do trabalho realizado no âmbito do Programa, em especial no IV Seminário.

**Equipe organizadora**

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **SILENCIADAS E AGREDIDAS NO AMBIENTE DIGITAL**

Mestranda: Ana Lúcia Dantas Pacheco Borges

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Conti de Freitas

**Linha de Pesquisa 1: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

A educação em direitos humanos é um processo contínuo que envolve questões éticas, sociais e políticas, sendo necessário a promoção de uma educação que não apenas informe, mas também forme cidadãos críticos e conscientes de seus direitos e deveres. Essa educação deve ser inclusiva e acessível a todos, promovendo a diversidade e o respeito mútuo, mitigando os vários tipos de violência presentes na sociedade.

Dentre as violências, destacamos a violência digital contra mulheres que representa uma séria questão social, ultrapassando fronteiras e afetando a vida de inúmeras mulheres ao redor do planeta. Essa forma de violência se materializa de diversas maneiras como assédio online, perseguição virtual (*stalking*), cyberbullying, divulgação de conteúdo pornográfico por vingança e disseminação de discurso de ódio, resultando em sérios danos físicos, psicológicos e sociais para as vítimas (Wendt; Lisboa, 2013). Além disso, refletem e repetem uma concepção colonialista e sexista como apontam Faustino e Lippold (2023).

Esse tipo de violência contra mulheres é uma problemática social grave que requer atenção e medidas de enfrentamento. Além disso, há escassez de dados e pesquisas sobre o tema, especialmente no contexto brasileiro. Os desafios para a prevenção e o combate incluem a natureza virtual da violência, que dificulta a identificação, investigação e punição dos agressores, perpetuando a impunidade e silenciando as vítimas. Em razão dessa natureza, as políticas educacionais em direitos humanos que visam a

### REALIZAÇÃO

formação e conscientização dessas mulheres, mitigando as violências sofridas por elas no ambiente digital, se constituem em uma urgência. Isso porque compreender a realidade da violência digital vivenciada por mulheres pode ser crucial no desenvolvimento de ações eficazes e na elaboração de políticas educacionais que possam orientar às vítimas e prevenir futuros abusos.

Neste sentido, buscamos realizar a discussão deste tema a partir dos estudos sobre educação em e para direitos humanos como aprofundamento da temática como em Sacavino (2009; 2022), Simões, Cardoso e Silva (2023), Silveira (2007) entre outros a partir dos quais refletimos sobre a questão central que o estudo pretende investigar, direcionando a pesquisa para explorar as nuances e complexidades do fenômeno da violência digital contra mulheres culminando no problema dessa pesquisa que se estabelece pelo questionamento “em que sentido a política de educação em direitos humanos pode gerar o reconhecimento e prevenção da violência contra as mulheres no ambiente digital?”

Quanto ao objetivo geral, buscamos investigar as ações relacionadas às políticas de educação em direitos humanos em relação à violência contra mulheres em ambientes digitais na comunidade universitária no município de Inhumas (GO).

Quanto aos objetivos específicos, definimos identificar as formas de violência digital relatadas por mulheres participantes do projeto de extensão “Conectando mulheres, explorando tecnologias”, promovido e executado na UEG, Inhumas; analisar as ações de educação em direitos humanos relacionadas à violência contra mulheres nos espaços digitais na universidade; discutir a regulamentação da legislação quanto a violência contra as mulheres nos espaços digitais.

Do ponto de vista metodológico, optamos por uma metodologia qualitativa e interpretativa, pois visa possibilitar uma compreensão aprofundada e contextualizada do objeto de estudo, através da interpretação dos dados gerados, com traços etnográficos. A revisão bibliográfica e documental fornecerá um embasamento teórico sólido e permitirá um aprofundamento na compreensão do contexto específico da pesquisa

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

(Gil, 2019). Adicionalmente, a pesquisa de campo, com geração de dados, possibilitará o contato direto com a situação investigada e suas participantes, contribuindo para a discussão sobre os direitos das mulheres nos espaços digitais.

Para a geração de dados, a pesquisa será desenvolvida a partir de relatos das participantes do projeto de Projeto de Extensão da Universidade Estadual de Goiás – Inhumas, “Conectando mulheres, explorando tecnologias”, no primeiro semestre de 2025, envolvendo a comunidade universitária da UEG – Inhumas dos cursos de Letras, Pedagogia e Psicologia, com idades variadas, inscritas na referida ação de extensão e interessadas na temática educação em direitos humanos, relacionados à violência contra mulheres no ambiente digital.

O referido projeto de extensão, considerado o contexto da pesquisa, será desenvolvido de forma presencial, a partir de três ações: 1) encontros quinzenais com grupos de mulheres da comunidade, na sede da Unidade de Inhumas, para formação sobre o tema. Nesses encontros, serão utilizadas as diversas formas de linguagem do ambiente digital; 2) palestras mensais formativas para grupos de mulheres em associações ou instituições que atendam ou empregam mulheres no município de Inhumas; 3) evento semestral comunidade sobre a promoção da segurança da mulher em ambiente virtuais e recursos digitais de segurança.

Todas essas ações serão empreendidas na perspectiva de educação em direitos humanos, em relação às práticas sociais desenvolvidas nos ambientes digitais, especialmente aquelas relacionadas à violência contra as mulheres, bem como na divulgação e compreensão de políticas públicas em relação às tecnologias digitais em diferentes ambientes sociais.

Observamos que diversos fatores fomentam a violência digital contra mulheres. A priori, a desigualdade de gênero, uma vez que a sociedade patriarcal coloca as mulheres em posição de vulnerabilidade, expondo-as a mais riscos de violência. Além disso, a cultura do machismo desempenha um papel significativo, normalizando comportamentos

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

misóginos e violentos, o que por sua vez contribui para a tolerância à violência digital contra mulheres.

Outro fator pode estar relacionado à educação como a falta de conhecimento sobre as leis ou à falta delas e de políticas públicas eficazes, já que a legislação brasileira ainda não é suficiente para combater a violência digital. Por isso, a promoção da educação sobre o uso seguro das tecnologias digitais e sobre os direitos das mulheres no contexto online se mostra essencial e se constitui nas primeiras categorias de análise dessa pesquisa, na qual outras poderão ser adicionadas a partir da análise dos dados gerados

Para melhor compreensão do que vem a ser violência digital é necessário conceituar violência, entretanto a reflexão sobre a violência em termos relacionais e a dificuldade em definir o que constitui violência têm sido temas de várias tentativas. Alguns autores sugerem que um conceito mínimo e válido poderia ser, conforme Valente (2023, p. 16), “dano físico não legítimo ou contestável”.

A Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres da ONU de 1993 *apud* (Valente, p. 17) define que “a violência contra as mulheres inclui qualquer ato baseado no gênero que cause ou possa causar dano físico, sexual ou psicológico, incluindo ameaças, coação ou privação arbitrária de liberdade, tanto na vida pública quanto na vida privada”.

A Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1996, e reafirma a não discriminação, estabelecendo a obrigação dos estados de prevenir, punir e erradicar a violência contra as mulheres, definida como qualquer ato ou conduta baseada no gênero que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico, tanto na esfera pública quanto na privada.

Observamos que tanto a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres da ONU de 1993 quanto a Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, de 1996, não fazem menção a violência digital,

REALIZAÇÃO

entretanto esses conceitos são estendidos a violência sofrida por mulheres no ambiente digital.

Estudos e categorização da violência online contra a mulher apontam que essa prática é reconhecida como manifestações violentas que, em sua maioria, têm efeitos graves e desdobramentos que vão além do ambiente virtual. O relatório “Violência Contra Mulher na Internet: Diagnóstico, Soluções e Desafios”, produzido pela Coding Rights e Internetlab em 2017, destaca os desafios relacionados à identificação dos tipos de violência, à não banalização dessas manifestações, à minimização dos atos que culpabilizam a vítima e à subestimação da gravidade da violência psicológica.

Nesse sentido, violência digital se caracteriza por qualquer ato que utilize a tecnologia para causar dano a outra pessoa. Consoante ao relatório “Violência Contra Mulher na Internet: Diagnóstico, Soluções e Desafios” da Coding Rights e Internetlab (2017, p. 19), “a ameaça online, que é um dos tipos mais frequentes de violência nos ambientes virtuais, é descrita como a reprodução de comportamentos misóginos, sexistas, racistas ou homofóbicos que incitam e prometem violência física por meio de comentários em plataformas digitais”.

No Brasil, um caso emblemático de violência digital foi o vazamento de imagens íntimas que ocorreu no ano de 2012 com a atriz Carolina Dieckmann, que teve seu computador invadido por hackers, que passaram a pedir dinheiro em troca de não divulgar suas fotos íntimas na internet. Carolina denunciou o caso, que tomou uma grande repercussão e desencadeou a promulgação da Lei nº 12.737 de 2012, que ficou conhecida como Lei Carolina Dieckmann (Valente, 2023).

Na luta contra a violência, concebemos a educação em direitos humanos como um processo contínuo e transformador que visa, conforme Maia (2007), formar mulheres conscientes de seus direitos e capazes de construir seu espaço na sociedade de forma justa e democrática, pautada na justiça social.

#### REALIZAÇÃO

## REFERÊNCIAS

- CODING RIGHTS; INTERNETLAB. **Violências contra mulher na internet**: diagnóstico, soluções e desafios. Contribuição conjunta do Brasil para a relatora especial da ONU sobre violência contra a mulher. São Paulo, 2017.
- FAUSTINO, Deivison; LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital**: por uma Crítica Hacker-fanoniana. São Paulo: Boitempo, 2023.
- GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2019.
- MAIA, Luciano Mariz. **Educação em Direitos humanos e tratados internacionais de direitos humanos**. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 85-102.
- SACAVINO, Susana Beatriz. **Democracia e Educação em Direitos Humanos na América Latina**. Petrópolis: Rio de Janeiro, 2009.
- SACAVINO, Susana. **Os desafios da Educação em direitos humanos no fortalecimento da democracia**. RIDH, v. 10, n. 2, p. 85-107, jul./dez., 2022.
- SIMÕES, Helena Cristina Guimaraes Queiroz; CARDOSO, Fernando da Silva; SILVA, Aida Maria Monteiro. **Educação em Direitos Humanos, formação de sujeito de direito e dignidade humana**: fundamentos teóricos, epistêmicos e políticos. Momento – Diálogos em Educação, [S. l.], v. 31, n. 01, p. 116–134, 2022. DOI: 10.14295/momento.v31i01.13660. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/momento/article/view/13660>. Acesso em: 14 jul. 2023.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Educação em e para direitos humanos**: entre a universalidade e as particularidades, uma perspectiva histórica. In: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 245-273.
- VALENTE, Mariana. **Misoginia na internet**: uma década de disputa por direitos. São Paulo: Fósforo, 2023.
- WENDT, Guilherme Welter; LISBOA, Carolina Saraiva de Macedo. **Agressão entre pares no espaço virtual**: definições, impactos e desafios do cyberbullying. Psicologia Clínica, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 73-87, jun. 2013.

### REALIZAÇÃO

# **LITERATURA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL: POR UMA EDUCAÇÃO HUMANIZADORA**

Mestranda: Andrezza Gontijo

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Marlene Barbosa de Freitas Reis

Coorientador: Prof. Dr. Cláudio Pires Viana

**Linha de Pesquisa 2: Cultura, Escola e Formação**

Tema: Literatura na Escola

Segundo Goldenberg (2004, p. 79), “a escolha de um assunto não surge espontaneamente, mas decorre de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas e da inserção do pesquisador na sociedade.” Após mais de quinze anos de experiência profissional como professora na Educação Infantil e nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental na rede pública municipal, estadual e federal, trabalhando com literatura e contação de histórias no processo educativo, e de muitas memórias afetivas de aprendizagens significativas e humanizadoras, desde a infância, a escolha desse tema mostrou-se pertinente ao contexto de formação acadêmica e profissional, considerando que também sou autora de livros literários infantis.

Reconhecendo a literatura e a contação de histórias como possibilidade de descoberta e experiência de encantamento pela leitura e contação de histórias, como fonte de conhecimentos para os educandos e também para professores. Literatura pensada nessa pesquisa como um direito da criança a ser efetivado na escola, buscaremos compreender os conceitos de literatura, contação de história, humanização bem como pôr em questão a historização e o sentido da literatura infantil e contação de histórias nos anos iniciais do ensino fundamental e suas contribuições na formação da criança.

Segundo Luna (2011, p. 38), “há pelo menos dois tipos de relevância a se considerar na formulação de um problema: a teórica e a social”. Assim, partindo de autores como Candido (1995), Freire (1921-1997), Vygotsky (1869-1934), Andruetto (2017),

## REALIZAÇÃO

Azevedo (2004), Hunt (2010), e outros autores, para pensar o sentido da literatura e a contação de histórias nos anos iniciais do ensino fundamental, as questões norteadoras seriam: Qual o sentido da literatura e da contação de histórias nos anos iniciais do ensino fundamental? Até que ponto a literatura é vista apenas como instrumento ou estratégia de ensino? Como a *práxis* educativa e a escola podem contribuir para a formação humana dos educandos? A literatura, enquanto direito da criança, tem se efetivado nos anos iniciais? O que dizem a legislação educacional e o currículo dos anos iniciais sobre a literatura?

De acordo com Luna (2011, p. 36), “uma hipótese bem estruturada depende de um problema claro e sem ambiguidades”. Essa pesquisa parte da hipótese de que a literatura e a contação de histórias nos anos iniciais vêm sendo tratadas meramente como estratégia didática, quer dizer, a literatura, a arte e a cultura como direito vem sendo negligenciadas no âmbito dos anos iniciais. Muitas vezes sendo negado à criança até mesmo o acesso aos livros literários e a momentos de leitura deleite ou incentivo à leitura pelo prazer de ler, como fruição. Essas são questões que nos provocam e inquietam a pensar o tema em questão.

Partindo dessas inquietações, essa pesquisa busca compreender o sentido da literatura nos anos iniciais do ensino fundamental. Literatura como direito da criança, concebendo a *práxis* educativa como condição necessária para efetivá-la e reconhecê-la como dimensão humanizadora, como mostra Candido (1995). E como objetivos específicos: conceituar e situar historicamente: literatura, a literatura infantil, a contação de histórias, a infância; compreender o direito da criança à literatura infantil como arte; pôr em questão como a BNCC e Diretrizes Curriculares Nacionais consideram a literatura e como a literatura vem sendo tratada na proposta pedagógica adotada pela Rede Municipal de Educação de Inhumas.

A metodologia para esse trabalho será a pesquisa qualitativa, do tipo hermenêutica fenomenológica, ancorada na realização de uma revisão bibliográfica e documental, buscando interpretar e descrever o fenômeno de forma rigorosa, de modo a alcançar o

#### REALIZAÇÃO

seu sentido, sua essência. Nesse sentido, Bicudo (1994) afirma que a fenomenologia é uma forma rigorosa de pensar a realidade a partir da interpretação de seus sentidos e significados, e enfatiza a importância da compreensão do fenômeno a partir da vivência dos sujeitos, permitindo que a voz do sujeito se manifeste em sua totalidade. Portanto, entendemos que a pesquisa qualitativa nos permite, ao final do trabalho, por meio de procedimentos materiais e interpretativos, dar visibilidade a fenômenos já naturalizados e/ou velados no cotidiano escolar.

Serão discutidas a definição e a historização da literatura infantil e da contação de histórias ao longo do tempo na sociedades e as possibilidades de ensino a partir de ambas, pensando no direito da criança e na escola a partir da apreciação de textos literários, como alicerce para a formação humanizadora desde os anos iniciais da educação básica; e ainda, o sentido da escola e da práxis educativa no processo de formação do educando para a autonomia, como analisa Snyders (1993). Também serão discutidos o direito à literatura na escola e o sentido fundamental desta arte na formação humana, conforme discute Candido (1995), no intuito de responder às nossas inquietações e levar à construção de novos conhecimentos.

De acordo com Candido (1995), a literatura é concebida como uma necessidade universal do homem, que precisa ser satisfeita e cuja satisfação constitui um direito de todos em todos os tempos. "No âmbito da instrução escolar o livro chega a gerar conflitos, porque o seu efeito transcende as normas estabelecidas." (Candido, 1995, p. 243) Sendo um poderoso instrumento de instrução e educação, de formação de conceitos e de personalidade, podendo causar questionamentos intelectuais, morais e psíquicos. Portanto, não pode ser considerada uma experiência inofensiva, mas sim um fator indispensável de humanização.

Paulo Freire, ao afirmar que "a leitura da palavra não é apenas precedida da leitura do mundo, mas por uma certa forma de escrevê-lo ou de "reescrevê-lo", quer dizer, transformá-lo através da nossa prática consciente." (Freire, 1981, p. 30) afirma também que alfabetizar é conscientizar, pois nos mostra que a leitura de mundo precede

#### REALIZAÇÃO

a leitura da palavra e defende a importância do ato de ler, re-ler e re-criar significados para a própria vida, bem como para a nossa compreensão de mundo, entendendo os educandos como sujeitos e a alfabetização como um ato político e um ato de conhecimento, portanto, ato criador.

Vygotsky (1991), ressalta a importância do aprendizado no processo de desenvolvimento, definindo-o como um processo de trocas recíprocas que se estabelecem entre o indivíduo e o meio, influenciando um sobre o outro, durante toda a vida. Para ele, “o aprendizado é mais do que a aquisição da capacidade de pensar; é a aquisição de muitas capacidades especializadas para pensar sobre várias coisas.” (1989, p. 108) Assim, abordaremos a perspectiva histórico-cultural do desenvolvimento, na qual as crianças são entendidas como sujeitos sócio-históricos e culturais, inseridos num contexto social no qual também são agentes, investigando os elementos sociais, históricos e as relações intrínsecas ao processo educativo.

Portanto, reiteramos a importância da literatura como agente formador, a escola como espaço privilegiado de formação humana, e por isso é tão importante investigar e compreender a literatura e a contação de histórias, bem como a práxis educativa que levará à construção de conhecimentos e formação humana. Ao final deste trabalho, a expectativa é que possamos responder às questões essenciais sobre o tema, compreendendo o sentido da literatura e da contação de histórias como práxis educativa humanizadora nos anos iniciais do ensino fundamental.

## REFERÊNCIAS

- ABRAMOVICH, Fanny. **Literatura infantil**: gostosuras e bobices. São Paulo: Spicione, 1997.
- BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Tradução Michel Lahud e Yara Frateschi. Vieira. São Paulo: Hucitec, 1981.
- BARCELOS, Simone de Magalhães Vieira. **Filosofia, exercícios espirituais e formação do homem na Antiguidade**. 2017. 149 f. Tese. (Programa de Pós-Graduação em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.
- BICUDO, Maria Aparecida Vigiani e ESPOSITO, Vitória Helena Cunha. (org.). **A pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

- BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais:** língua portuguesa / Secretaria de Educação Fundamental. Brasília: 1997.
- CANDIDO, Antonio. "O direito à literatura". In: **Vários escritos**. São Paulo: Duas Cidades, 1995.
- CANDIDO, Antonio. **A literatura e a formação do homem**. Revista IEL Unicamp. 2012. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/remate> Acesso em: 11 de agosto de 2018, as 20:00.
- CANDIDO, Antonio. **Literatura e sociedade:** estudos de teoria e história literária. 8 ed. São Paulo. T. A. Queiroz, 2000.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 85. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra Editora, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Cortez, 1981.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 56. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.
- GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar:** como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais. 8. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- HUNT, Peter. **Crítica, teoria e literatura infantil**. Trad.: Cid Knipel. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- LUNA, Sérgio Vasconcelos de. **Planejamento de Pesquisa:** uma introdução. 2. ed. São Paulo: EDUC, 2011.
- OLIVEIRA, M. K. **Vygotsky. Aprendizagem e desenvolvimento. Um processo sócio-histórico**. São Paulo: Scipione, 1993.
- SNYDERS, Georges. **Alunos felizes:** reflexão sobre a alegria na escola a partir de textos literários. Tradução Cátia Aída Pereira da Silva. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- SOUZA, Ana Aparecida Arguelho de. **Literatura infantil na escola:** a leitura em sala de aula. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.
- VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- VYGOTSKY, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem**. São Paulo: Martins Fontes, 2009.
- ZILBERMAN, Regina. **A literatura infantil na escola**. 11 ed. São Paulo: Global, 2003.

REALIZAÇÃO

# **EDUCAÇÃO POSTURAL NO AMBIENTE ESCOLAR: UM ESTUDO SOBRE A INTERVENÇÃO FISIOTERAPÊUTICA SOB A PERSPECTIVA DA TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL**

Mestrando: Cristiano Murilo Costa

Orientador: Prof. Dr. Made Júnior Miranda

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação**

## **CONTEXTO E JUSTIFICATIVA**

A educação postural no ambiente escolar é um tema de grande relevância e que precisa de um olhar mais integrador entre os órgãos responsáveis pela educação e saúde especialmente. No Brasil, a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabelece diretrizes para o desenvolvimento integral dos estudantes, abrangendo aspectos cognitivos, socioemocionais e físicos. No entanto, ao considerar as práticas propostas pela BNCC, observa-se uma lacuna significativa em relação ao desenvolvimento de habilidades posturais e consciência corporal. Embora a educação física esteja contemplada no currículo, a educação postural é frequentemente abordada de forma superficial e desvinculada de um contexto mais amplo de saúde e bem-estar.

A ausência de um enfoque consistente sobre a educação postural nas escolas pode ter consequências graves para os alunos a longo prazo. Estudantes que não recebem orientação adequada sobre postura estão mais propensos a desenvolver problemas musculoesqueléticos, dores crônicas, e até mesmo deformidades posturais, como escoliose e hiperlordose. Essas condições, muitas vezes originadas durante a fase escolar, comprometendo sua capacidade de trabalho e produtividade na vida adulta. Além disso, a má postura pode afetar negativamente o desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes, impactando na sua autoestima e no desempenho acadêmico.

### **REALIZAÇÃO**

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Dessa forma, este projeto pretende questionar as práticas escolares atuais, alinhando-se a uma perspectiva que valoriza a intervenção fisioterapêutica como mediadora entre o conhecimento científico e a prática educativa. É fundamental que a escola, como espaço formador, supere práticas fragmentadas e passe a integrar o desenvolvimento postural com a formação crítica e cultural dos alunos, garantindo que o processo educativo atenda às demandas do mundo contemporâneo e promova o bem-estar e o desenvolvimento pleno dos estudantes em todas as etapas da educação básica, de forma que se minimize o risco de consequências físicas e psicológicas.

## **PROBLEMA DE PESQUISA E OBJETIVOS**

### **PROBLEMA DE PESQUISA**

Dada a lacuna identificada na BNCC quanto ao desenvolvimento de habilidades posturais e a superficialidade com que a educação postural é tratada nas escolas, este estudo busca responder à seguinte questão: Como a intervenção fisioterapêutica pode ser integrada de maneira efetiva e crítica no ambiente escolar para promover a consciência corporal e prevenir problemas posturais em estudantes, garantindo, assim, o desenvolvimento integral preconizado pela educação básica no Brasil?

### **OBJETIVO GERAL**

Investigar a eficácia e a implementação de intervenções fisioterapêuticas no ambiente escolar, analisando como essas práticas podem contribuir para a educação postural e o desenvolvimento integral dos estudantes, de acordo com os princípios da BNCC e da teoria histórico-cultural.

#### REALIZAÇÃO

## OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Analisar as práticas atuais de educação postural nas escolas do ensino fundamental da cidade de Inhumas (GO) e identificar as lacunas em relação às diretrizes da BNCC.
- 2) Investigar os impactos da ausência de uma educação postural consistente na saúde física e no desenvolvimento cognitivo e emocional dos estudantes.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A educação postural no contexto escolar, quando analisada pela perspectiva da teoria histórico-cultural, destaca-se não apenas como um conteúdo técnico, mas como um componente essencial para o desenvolvimento integral dos estudantes (Vygotsky, 2007; Davídov, 1988). A teoria histórico-cultural enfatiza que o aprendizado é mediado social e culturalmente, e é por meio da interação com o meio e com mediadores que os indivíduos internalizam conhecimentos e desenvolvem habilidades que os capacitam a agir conscientemente no mundo. Nesse sentido, a postura corporal deve ser compreendida como parte do desenvolvimento cognitivo e social promovido pela escola, indo além de uma prática física e alcançando um processo formativo mais amplo.

Davídov (1986) argumenta que a educação deve favorecer a formação de conceitos científicos pelos estudantes, proporcionando não apenas a memorização de conteúdos, mas uma compreensão profunda e a aplicação prática desses conhecimentos. Assim, a educação postural, quando tratada de maneira integrada e crítica nas práticas escolares permite que o estudante desenvolva uma consciência sobre a importância da postura, compreendendo tanto as implicações imediatas quanto as consequências a longo prazo de práticas posturais inadequadas. Kita *et al.* (2009), aborda a educação postural como um processo fundamental para o desenvolvimento de hábitos saudáveis e para a prevenção de problemas musculoesqueléticos a longo prazo. Eles discutem a importância de ensinar as crianças desde cedo sobre a postura correta, não apenas

### REALIZAÇÃO

para evitar problemas de saúde imediatos, mas também para prevenir doenças e dores crônicas na vida adulta.

Além disso, o conceito de educação postural crítica pode ser encontrado na obra de Corazza e Wirth (2017), que propõem uma abordagem integrada e reflexiva sobre o corpo e a postura, destacando que o aprendizado sobre a postura deve ir além da simples correção de hábitos, envolvendo uma conscientização crítica sobre o impacto que essas práticas têm na saúde e bem-estar do indivíduo ao longo do tempo. Esses autores enfatizam a importância de uma educação corporal crítica e reflexiva, alinhada com o desenvolvimento da consciência corporal nas escolas, visando tanto a melhora imediata da postura quanto a prevenção de futuros problemas musculoesqueléticos e a promoção de uma saúde física integral.

Leontiev (1978), por sua vez, reforça que é por meio da atividade prática e da mediação de instrumentos e signos que os indivíduos constroem e internalizam conhecimentos. Nesse contexto, as intervenções fisioterapêuticas são vistas como mediadoras que podem atuar de maneira eficaz no processo educativo. Elas oferecem, aos estudantes, oportunidades de desenvolver habilidades práticas e conceituais sobre a postura, integrando teoria e prática em um ambiente pedagógico. Quando essas práticas são incorporadas ao currículo escolar, elas possibilitam que os alunos construam uma atitude crítica e científica em relação ao cuidado com o corpo, conforme destacado por Leontiev.

Por fim, a teoria histórico-cultural também sublinha a importância de preparar os estudantes para se tornarem indivíduos conscientes e críticos, capazes de aplicar os conhecimentos adquiridos ao longo de suas vidas (Vygotsky, 2007). A internalização de conceitos científicos relacionados à postura e ao cuidado corporal permite que o estudante desenvolva uma atitude proativa em relação à saúde física e ao bem-estar, prevenindo problemas posturais e suas implicações. Dessa forma, é fundamental que a escola, enquanto espaço formador, integre de maneira intencional e reflexiva a educação postural e as intervenções fisioterapêuticas, assegurando que o aprendizado seja

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

significativo e contribua para o desenvolvimento integral dos estudantes, em linha com os princípios defendidos por Davídov e Leontiev.

## **METODOLOGIA**

Este estudo adota uma abordagem qualitativa, teórica, bibliográfica e documental, fundamentada nos princípios da teoria histórico-cultural e nas contribuições de autores como Vygotsky, Davídov e Leontiev. A pesquisa será conduzida por meio da análise crítica de obras acadêmicas, artigos científicos e documentos oficiais que abordem a educação postural no ambiente escolar e as intervenções fisioterapêuticas. Além disso, será realizada uma revisão das diretrizes da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) para identificar lacunas e pontos de integração que favoreçam uma prática pedagógica crítica e consciente sobre a postura e o cuidado corporal dos estudantes.

O objetivo é relacionar as práticas educativas e as intervenções propostas com os fundamentos teóricos que sustentam a internalização de conceitos científicos e a formação de atitudes críticas e conscientes nos estudantes, contribuindo para a construção de uma base teórica sólida que fundamente futuras práticas e intervenções na área.

## **FUNDAMENTAÇÃO**

A fundamentação do projeto, sob a perspectiva da teoria histórico-cultural, evidencia que a educação postural deve ir além da simples transmissão técnica, integrando aspectos críticos e sociais no processo educativo. Vygotsky destaca que o desenvolvimento dos estudantes ocorre por meio da internalização de conceitos científicos, mediada pelas interações sociais, tornando a escola um espaço fundamental para essa construção (Vygotsky, 2007). Davídov reforça a necessidade de atividades pedagógicas que promovam a apropriação crítica e consciente dos conteúdos pelos alunos, aplicando-os em contextos reais (Davídov, 1986). Essa abordagem busca formar atitudes conscientes e preparar os estudantes para uma vida saudável.

### REALIZAÇÃO

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo sobre educação postural no ambiente escolar, fundamentado na teoria histórico-cultural, ressalta a importância de uma abordagem educativa que transcenda a instrução técnica e integre aspectos críticos e sociais ao ensino. A nossa hipótese parte da ideia que, embora a BNCC contemple diretrizes para o desenvolvimento integral dos estudantes, ainda existe uma lacuna significativa na formação de habilidades posturais e consciência corporal. Sem essa integração efetiva, as práticas posturais inadequadas adotadas na fase escolar podem resultar em problemas musculoesqueléticos e comprometimentos cognitivos e emocionais que se perpetuam na vida adulta.

Entendemos que a escola, como espaço formador, deve ser capaz de superar práticas fragmentadas, garantindo que a educação postural e o cuidado corporal sejam partes essenciais do processo educativo.

## REFERÊNCIAS

CORAZZA, S. M.; WIRTH, F. **Educação postural**: uma abordagem crítica e reflexiva para o contexto escolar. *Revista Brasileira de Educação Física*, 2017.

DAVÍDOV, V. V. **Problemas do ensino desenvolvimental**: A experiência da pesquisa teórica e experimental na Psicologia. Moscow: Progress Publishers, 1986.

KITA, I. *et al.* Educação postural e prevenção de distúrbios musculoesqueléticos na infância e adolescência. *Revista Brasileira de Educação Física e Esporte*, 2009.

LEONTIEV, A. N. *Activity, Consciousness, and Personality*. **Englewood Cliffs**: Prentice-Hall, 1978.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

### REALIZAÇÃO

# **A RELAÇÃO TRABALHO E EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE DAS LEIS QUE REGULAMENTAM O ENSINO MÉDIO**

Mestrando: Daniel Cordeiro da Silva Filho

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Valdirene Alves de Oliveira

Coorientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Camila Grassi Mendes de Faria

**Linha de Pesquisa: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

## **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

O presente projeto de pesquisa traz como tema geral o ensino médio e a formação para o trabalho ofertada às juventudes. Essa relação se demonstra nas diferentes legislações que organizaram o ensino médio e a categoria trabalho recebe atenção especial frente aos objetivos de cada lei. Assim, essa pesquisa buscará compreender como se dá a relação entre formação para o trabalho e a proposta de ensino médio em vigor, dada pela lei 14.945/24, considerando os anseios apresentados pelos jovens atendidos por essa etapa da educação. Complementarão a pesquisa o estudo das leis nº 5.692/71, 7.044/82 e nº 13.415/17, compreendendo que há um percurso histórico e que tais legislações respondem às demandas produtivas de seu tempo. Em síntese, o tema dessa pesquisa envolve o ensino médio, a formação para o trabalho e as reivindicações dadas por aqueles estudantes que vivem do trabalho.

## **JUSTIFICATIVA**

Ao observarmos os desafios presentes impostos aos jovens estudantes ou egressos do ensino médio, podemos perceber que a ampliação da oferta do ensino médio não significou necessariamente sua inclusão no mundo do trabalho. Como exposto por Kuenzer (2019), em 2017 havia um contingente de 11,2 milhões de jovens, entre os 15 e

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

29 anos, que não trabalhavam, não estudavam e não se qualificaram profissionalmente. Os dados se agravam quando observamos os recortes de gênero e raça: daqueles, os maiores percentuais estão entre mulheres e entre os de cor preta ou parda. Além disso, a taxa de desocupação dos jovens mais pobres que têm entre 11 e 14 anos de escolaridade, o que corresponde ao ensino médio, mesmo que incompleto, se agravou mesmo com a ampliação da escolaridade (Kuenzer, 2019). Os dados para o ano 2023 são semelhantes: encontram-se hoje, na mesma situação de ocupação e condição de estudo, segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2023), 9, 6 milhões de jovens, de um total de 48, 5 milhões.

É certo que esses dados não se resumem exclusivamente a um problema da esfera educacional, mas também da esfera econômica. Porém não afastam da necessidade de buscarmos uma explicação dentro da relação entre o projeto de formação proposto para as juventudes e do modo de organização do mundo do trabalho. Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender a formação para o trabalho dada na atual proposta do ensino médio (através da lei 14.945/24), refazendo o percurso histórico da relação entre essa etapa da educação básica e a formação proposta aos jovens que vivem do trabalho. Dessa forma, propõe-se analisar as leis consideradas e evidenciar o que promoveram e promovem na formação dos jovens brasileiros estudantes e egressos do ensino médio. Faz-se necessário também observar os anseios expressos pelas juventudes sobre a sua formação a partir dessa etapa da educação básica, especialmente no contexto de implementação do novo ensino médio ocorrido a partir da lei 13.415/17.

## **PROBLEMA**

A partir dos dados aqui apresentados, põe-se em questão a proposta de ensino médio em vigor e a exclusão do mundo do trabalho que ocorre apesar da expansão da oferta dessa etapa e do aumento da escolaridade. Em que medida a atual proposta para o ensino médio reforça a exclusão evidenciada? Circundam o problema dessa pesquisa

### REALIZAÇÃO

questões acerca do que promovem, em relação à preparação para o mundo do trabalho, as legislações que organizam e organizaram o ensino médio. Juntamente, há também a necessidade de compreensão de como o mundo do trabalho estava organizado no momento histórico de promulgação dessas leis, com fins de compreender o projeto de país para o qual tais políticas respondiam. Apesar do problema ser relatado como um problema da atualidade, a relação entre ensino médio e formação para o trabalho se faz histórica, sendo necessária, portanto, o estudo de legislações anteriores à presente.

## **OBJETIVOS**

Pretende-se, a partir deste estudo, analisar a formação para o mundo do trabalho proposta para o ensino médio brasileiro através da análise das leis nº 13.415/17 e nº 14.945/24, considerando seus projetos formativos tendo, como suporte, o texto das leis, os documentos legais, a consulta pública para reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio e os dados do Censo Escolar e do IBGE/PNAD. Complementará o estudo uma contextualização histórica da relação entre a formação para o mundo do trabalho e o ensino médio através de uma revisão das produções acadêmicas sobre as leis nº 5.692/71 e nº 7.044/82, por sua relevância histórica para o tema. Dessa forma, temos os seguintes objetivos específicos.

- 1) Analisar historicamente os projetos de formação para o mundo do trabalho implementados pelas leis nº 5.692/71 e nº 7.044/82.
- 2) Analisar as leis nº 13.415/17 e nº 14.945/24 e seus respectivos projetos de formação para o mundo do trabalho.
- 3) Analisar a consulta pública regulamentada pela Portaria MEC nº 399 de 8 março de 2023, observando o recorte de consultas online realizadas através do portal Participa + Brasil, pelo whatsapp e a pesquisa realizada pela Unesco em parceria com o MEC, realizada no âmbito da consulta pública.

### REALIZAÇÃO

- 4) Analisar os dados estatísticos apresentados pelo Censo Escolar e pelo IBGE/PNAD para os temas mercado de trabalho e educação.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa será realizada a partir dos pressupostos metodológicos do materialismo histórico-dialético. O estudo será realizado a partir de revisão bibliográfica e análise documental. A revisão bibliográfica será realizada com o objetivo de levantar a produção acadêmica acerca das leis nº 5.691/71 e nº 7.044/82, em busca de contextualizar os projetos implementados através delas. O estudo do projeto de formação para o mundo do trabalho apresentado pelas leis nº 13.415/17 e nº 14.945/24, se dará a partir da análise do texto das leis e dos documentos legais a elas relacionados (como diretrizes curriculares, decretos e portarias). Nesse estudo também será feita a análise da consulta pública para avaliação e reestruturação da Política Nacional de Ensino Médio e a pesquisa realizada pela Unesco, em parceria com o MEC, que coletou dados com gestores, professores e estudantes a respeito do primeiro ano de implementação do “novo ensino médio” organizado pela lei nº 13.415/17. A análise dessas pesquisas observará as manifestações apresentadas acerca da implementação da lei nº 13.415/17 e dos subsídios por elas fornecidos para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Complementarão a análise o estudo dos dados fornecidos pelo Censo Escolar e pelo IBGE/PNAD, afim de evidenciar as relações entre os resultados apresentados e a proposta de formação para o trabalho do ensino médio.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Como colocado por Saviani (2007), trabalho e educação são atividades especificamente humanas. O autor afirma que a nossa existência não é dada pela natureza, mas sim produzida por nós mesmos através do trabalho, o que significa que não nascemos humanos, mas sim nos formamos seres humanos. O ser humano precisa,

### REALIZAÇÃO

portanto, aprender a produzir sua própria existência. Dessa forma, temos a educação na origem da construção cultural, histórica e social dos seres humanos. Há, portanto, uma indissociabilidade entre trabalho e educação. Porém, num processo contraditório, a divisão da sociedade em classes promove uma cisão na unidade entre a educação e o trabalho. A escola surge como lugar apartado da produção. Conseqüentemente, há o surgimento de duas escolas: uma, para a formação das elites, e outra, para a formação da classe trabalhadora (Saviani, 2007).

Esse processo histórico, marcado pela exclusão, reverbera até os dias atuais. Apesar da notável expansão do acesso à educação formal, especialmente após a redemocratização no caso do Brasil, Kuenzer (2019) aponta para uma inclusão excludente. Ao considerarmos o ensino médio e sua intrínseca relação com o trabalho, percebemos que sua expansão não vem garantindo aos jovens a continuidade de seus estudos e sua inclusão no mundo do trabalho. Em 2017, são 11, 2 milhões de jovens, entre os 15 e 29 anos, que não trabalhavam, não estudavam e não se qualificaram profissionalmente, dentro de um total de 48, 5 milhões de pessoas nessa faixa etária (Kuenzer, 2019). Em 2023, há uma tímida regressão, porém ainda preocupante. Segundo a PNAD (IBGE, 2023), são 9, 6 milhões de jovens que não estudam, trabalham ou se qualificam profissionalmente, de um total de 48, 5 milhões.

É certo que tais números não refletem apenas problemas do campo educacional, mas também questões que estão fora do alcance da escola. Porém não se pode ignorar a íntima relação que se estabelece entre o modo como a escola está organizada e as demandas produtivas vigentes. Essa relação nota-se, por exemplo, nas leis nº 5.692/71 e nº 7.044/82, objetos dessa pesquisa, onde estabeleceu-se uma política de formação profissional com cursos profissionalizantes oferecidos através do ensino médio, então 2º grau, como forma de garantia de habilitação profissional. A aplicação desse projeto de ensino médio se deu pela demanda produtiva do momento que sustentaria o “milagre econômico” da ditadura militar (Cunha, 2014). Já as leis nº 13.415/17 e nº 14.945/24 refletem a emergência de seu tempo e a tentativa de democratização da

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

educação pela Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases de 1996. Organizam o ensino médio no presente, quando as demandas produtivas anunciam a necessidade de profissionais cada vez mais flexíveis para um mundo do trabalho cada vez mais incerto (Kuenzer, 2019).

A partir da fundamentação a ser construída pelos princípios aqui apresentados, espera-se com esta pesquisa contribuir para o debate acerca do ensino médio e a formação por ele ofertada aos jovens brasileiros que vivem do trabalho. Pretende-se, portanto, elucidar as relações históricas entre o ensino médio e o mundo do trabalho, bem como as contradições que emergem dessa relação.

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria nº 399 de 8 de março de 2023**. Institui a consulta pública para a avaliação e reestruturação da política nacional de Ensino Médio. Brasília (DF). 2023.
- CUNHA, L. A. Ensino profissional: o grande fracasso da ditadura. **Cadernos de Pesquisa**, v. 44, p. 912–933, dez. 2014.
- FRIGOTTO, G. Fundamentos científicos e técnicos da relação trabalho e educação no Brasil de hoje. In: LIMA, J. C. F., e NEVES, L. M. W. org. **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas. 2008.
- IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio**. PNAD Anual: 2023.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. 2. ed. São Paulo: EPU, 1986.
- KUENZER, A. Z. Sistema educacional e a formação de trabalhadores: a desqualificação do Ensino Médio Flexível. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 25, p. 57-66, 20 dez. 2019.
- KUENZER, A. (org.). **Ensino médio: construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002
- SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**. v. 12 n. 34 jan./abr. 2007.
- SOUZA, F. C. S.; CIAVATTA, M. A invenção das habilitações básicas: a 'solução' para o ensino profissionalizante de 2º grau (Brasil, 1975). **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 24, p. e311. 2024.

### REALIZAÇÃO

## **O LETRAMENTO E SEU PERCURSO FORMATIVO NO ENSINO MÉDIO: DO MODELO IDEOLÓGICO AO MODELO AUTÔNOMO**

Mestranda: Daniella Silva Araújo Clara

Orientador: Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação**

Desde a Constituição de 1988 (Brasil, 1988) e outras legislações, como o Plano Nacional de Educação (Brasil, 2014) e a Lei de Diretrizes e Bases – LDB (Brasil, 2016), mudanças vêm sendo propostas para ampliar e oportunizar o acesso à educação para todos, preparando o indivíduo para o exercício da cidadania e para o mundo do trabalho. Nesse ínterim, a crescente demanda e a importância do uso da escrita no mundo contemporâneo, suscitam o levantamento de discussões em torno das responsabilidades dessa modalidade da língua nas práticas sociais do letramento. Assim, o letramento surge como uma prática essencial para o desenvolvimento pleno do sujeito, transcendendo a simples alfabetização.

No âmbito educacional, a prática do letramento tem sido concebida tanto como um processo ideológico quanto autônomo, e isso se reflete diretamente na produção de texto exigida no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Soares (2010), aponta que aprender a ler e escrever não afeta apenas as habilidades linguísticas do indivíduo, mas também impacta significativamente em aspectos econômicos, políticos, sociais, culturais, cognitivos e em diversas outras esferas da vida. No Enem, a redação é uma das etapas mais valorizada e desafiadora, pois exige que o aluno demonstre não apenas habilidades técnicas de escrita, mas também uma compreensão crítica dos temas sociais propostos. Logo, o letramento vai além da simples capacidade de escrever corretamente, englobando a habilidade de argumentar e refletir sobre questões contemporâneas. A

### REALIZAÇÃO

partir dessa perspectiva, o presente estudo analisa como as práticas de letramento no Ensino Médio preparam os alunos para a produção textual no Enem, considerando a articulação entre o modelo ideológico e o modelo autônomo no ensino de gêneros textuais, visando formar sujeitos escritores críticos e reflexivos. Nas palavras de Marcuschi (2008, p. 23):

Os gêneros textuais são práticas sociais que têm um papel fundamental na formação do letramento dos indivíduos. A compreensão e produção de textos não são apenas habilidades técnicas, mas envolvem também o entendimento das práticas sociais e das situações de comunicação em que esses textos se inserem.

Conforme destaca Marcuschi, a importância dos gêneros textuais como práticas sociais no processo de letramento, indica que a compreensão e produção de textos vão além das habilidades técnicas e envolve o entendimento das práticas sociais e das situações comunicativas. Por um lado, no modelo ideológico de letramento, destaca-se a importância das práticas sociais e contextos comunicativos na formação do letramento, alinhando-se à visão do autor que vê a compreensão dos gêneros textuais como um processo crítico e reflexivo. Por outro lado, o modelo autônomo, que se concentra nas habilidades técnicas individuais, pode ser complementado pela perspectiva ideológica, reconhecendo que o desenvolvimento efetivo do letramento também requer a compreensão do contexto social e das práticas em que os textos são produzidos e utilizados.

A partir desse contexto, entre todas as competências culturais existentes, as práticas formativas de letramento no ambiente escolar, envolvendo a leitura e a escrita, podem ser consideradas as mais importantes. Isso porque a diversidade dos gêneros textuais que circundam as nossas relações sociais contempla a existência de uma variedade de discursos, pois para cada texto, há uma especificidade de leitura e, como preconizado nas Diretrizes Curriculares da Educação Básica (Brasil, 2013, s/p) “no processo de ensino-aprendizagem, é importante ter claro que quanto maior o contato com a linguagem, nas diferentes esferas sociais, mais possibilidades se tem de entender o

#### REALIZAÇÃO

texto, seus sentidos, suas intenções e visões de mundo”. Portanto, tão importante quanto capacitar o aluno a se tornar um leitor proficiente, também é o de prepará-lo para escrever textos que estejam em consonância com os acontecimentos atuais.

Nessa perspectiva, os dados divulgados da prova de redação do Enem apresentam uma realidade educacional que entra em contradição com as leis brasileiras da educação básica, pois ele se mostra insuficiente quando se verifica a quantidade de alunos que atingiram a nota máxima na redação do Enem nos últimos cinco anos (2019: 55 alunos, 2020: 28 alunos, 2021: 22 alunos, 2022: 19 alunos). Em 2023, esse número aumentou e ultrapassou a quantidade de alunos de 2019, totalizando 60 alunos, porém esse resultado chama a atenção, pois desses 60 alunos, 56 são oriundos de escolas particulares e apenas quatro são de escolas públicas (INEP, 2023)<sup>1</sup>. A partir desses dados, surgem vários questionamentos a respeito da dificuldade dos alunos na produção de texto: Por que os alunos chegam ao Ensino Médio com tanta dificuldade na escrita? O que gera esse problema: Falta de leitura? Falta de escrita? Falta de incentivo ou participação familiar? Falta de interesse? Falta de significado para a vida do aluno? Qual é o nível de conhecimento sociocultural produzido pelos alunos ao longo de sua formação? Como o aluno é preparado, no ambiente escolar, segundo as normas previstas na Cartilha do Participante do Enem? De acordo com Freire (2001), o processo de alfabetização vai além do domínio das letras; é também uma forma de entender o mundo, conectando linguagem e realidade de maneira dinâmica. Alfabetizar-se significa adquirir a capacidade de utilizar a leitura e a escrita como ferramentas para compreender o contexto em que se vive e para transformá-lo. Assim, o ensino da língua materna requer uma análise das atribuições da escrita nas práticas sociais, pois, para Rojo (2009), o letramento implica empoderamento, ou seja, a possibilidade de o sujeito atuar nas mais distintas esferas da atividade humana, o que acaba incidindo no processo de construção identitária.

---

1 INEP. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>

Ademais, no Enem, a nota da redação tem um importante papel na composição da nota final do participante e, por isso, pode impactar consideravelmente suas perspectivas futuras, tais como ingressar em uma universidade pública ou ter acesso a financiamento e a apoio estudantil. Nesse sentido, percebe-se a importância de adotar práticas de letramento por meio de uma perspectiva crítica e não restrita apenas à produção escrita mecânica. Para Street (1988), essa prática é algo mais amplo, que dá sustentação aos eventos de letramento, implicando o conjunto de vivências, de valores e experiências que envolvam a modalidade escrita da língua.

Tendo em vista a cultura e o percurso formativo do letramento no ambiente escolar, este projeto de pesquisa tem como objetivo geral examinar as políticas educacionais voltadas para o ensino de Língua Portuguesa e compreender como as práticas de ensino-aprendizagem de leitura e escrita contribuem para a formação dos alunos para a prova de redação do Enem, analisando como essas práticas refletem e articulam o percurso formativo entre o modelo ideológico e o modelo autônomo de letramento. Com o intuito de investigar as ações de letramento em sala de aula, objetiva-se mais especificamente: identificar como os alunos compreendem a Matriz de Referência das habilidades avaliadas na prova de redação do Enem, investigar como são propostas as atividades de produção de texto que transitam entre o modelo ideológico ao modelo autônomo de letramento, bem como verificar se as ações de letramento em sala de aula a partir da leitura de gêneros discursivos contribuem para a formação de sujeitos escritores críticos e reflexivos.

Para alcançar as metas propostas, esta pesquisa utilizará uma abordagem qualitativa, combinando pesquisa bibliográfica e documental. A investigação buscará um aprofundamento teórico sobre letramento, gêneros textuais e políticas educacionais para o ensino de Língua Portuguesa. Nesse contexto, serão analisados documentos relevantes, como o Guia do Participante e a Cartilha do Participante do Enem para identificar as orientações que influenciam a produção textual dos alunos e as competências exigidas na redação. Logo, essa análise permitirá traçar um perfil das práticas de letramento e

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

compreender a relação entre as diretrizes do Enem, as políticas educacionais e a formação de escritores críticos e reflexivos no Ensino Médio.

Nosso trabalho fundamenta-se teoricamente nos estudos de Bakhtin (2011, 2016, 2017, 2022), Foucault (2014, 2022), Freire (1983), Kleiman (2006, 2009), Marcuschi (2008, 2012), Rojo (2009), Soares (2010), Street (1984, 1988), além de documentos que regem a educação. Entende-se que essa temática não está restrita ao campo da linguística e nem ao campo da educação, pois há pesquisas realizadas sob uma perspectiva histórica, sociológica e antropológica. Contudo, neste estudo, será priorizado o conceito de Letramento no âmbito da Educação em que serão analisadas as representações das Ciências Humanas e Linguísticas.

Durante a construção desse projeto de pesquisa para a participação do processo seletivo do PPGE, foi feita uma busca no Google Acadêmico sobre a literatura já produzida dentro da temática e foram encontradas muitas pesquisas. No primeiro semestre da disciplina Seminário de Pesquisa I, também foi feita uma busca na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e foram encontradas, a partir dos descritores: “Letramento e Ensino Médio”, 401 arquivos, sendo 89 teses e 312 dissertações; “Produção de Texto e Ensino Médio”, 33 arquivos de tese; “Escrita e Enem”, 202 arquivos, sendo 56 teses e 146 dissertações. A partir dessa busca, verifica-se que há uma multiplicidade de produções sobre as práticas de letramento no ambiente escolar que podem contribuir para a escrita do trabalho e mostrar pontos que ainda podem ser analisados.

Dado que a pesquisa sobre o letramento e seu percurso formativo no Ensino Médio está em uma fase inicial, é esperado que ajustes e modificações sejam necessários ao longo do desenvolvimento do estudo para assegurar a adequação dos objetivos ou mesmo para redefini-los conforme os achados surgirem. Os resultados da pesquisa serão divulgados em cursos, eventos científicos e outras plataformas acadêmicas, incluindo revistas científicas indexadas, para contribuir com o debate sobre a articulação entre o modelo ideológico e o modelo autônomo de letramento na produção de texto do Enem.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): Presidência da República, [2016]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 set. 2024.
- BRASIL. **Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024**. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Diário Oficial da União: Brasília, 2014.
- BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)**. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2016. Diário Oficial da União: Brasília, 2016.
- BRASIL. **Documento Curricular de Ensino Básico (DCEB)**. Brasília: Ministério da Educação, 2013.
- BRASIL. **Instituto Nacional De Estudos E Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP)**. Relatório de desempenho do ENEM. Brasília: Ministério da Educação, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 1 set. 2024.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**. São Paulo. 41. ed. Cortez. 2001.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. **Gêneros textuais: classificação e análise**. 5. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- ROJO, Roxane. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.
- SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 4. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- STREET, Brian. Práticas e mitos de letramento. *In*: SALJO, Roger (org.). **O mundo escrito: estudos em literatura, pensamento e ação**. Berlim; Nova Iorque: Springer-Verlag, 1988. p. 59-72.

### REALIZAÇÃO

# **TRABALHO E ADOECIMENTO DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOIÂNIA**

Mestrando: Diego Lacerda de Sousa

Orientador: Dr. Rodrigo Roncato M. Anes

**Linha de Pesquisa: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

Bolsista – Universidade Estadual de Goiás

## **APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL**

O tema "Trabalho e Adoecimento dos Professores na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia: Análise das Contradições e Impactos das Condições de Trabalho sob o Sistema Capitalista" emerge de uma necessidade premente de investigar as complexas relações entre as condições de trabalho docente e os processos de adoecimento, especialmente no contexto da educação pública. No Brasil, a precarização das condições laborais dos professores é uma realidade que se intensifica nas últimas décadas, agravada pelas políticas neoliberais que moldam o cenário educacional. As exigências do sistema capitalista, centrado na lógica de acumulação e produtividade, têm contribuído para a sobrecarga de trabalho, falta de recursos adequados e um ambiente de trabalho cada vez mais deteriorado.

Nesse contexto, a Secretaria Municipal de Educação de Goiânia, como parte integrante do sistema educacional brasileiro, não está isenta dessas dinâmicas. Os professores da rede pública enfrentam desafios como a intensificação do trabalho, pressão por resultados, condições inadequadas de infraestrutura, baixos salários, além de políticas de gestão que muitas vezes desconsideram a subjetividade e o bem-estar dos profissionais. Esses fatores, somados às expectativas e responsabilidades crescentes,

### REALIZAÇÃO

têm acarretado um quadro de adoecimento físico e mental que afeta diretamente a saúde dos docentes.

A análise das contradições presentes no trabalho docente sob o sistema capitalista permite identificar como as condições de trabalho precárias se contrapõem ao discurso oficial de valorização da educação. Enquanto se espera que o professor desempenhe um papel central na formação dos cidadãos e na manutenção de uma sociedade democrática, as condições reais de trabalho muitas vezes inviabilizam o exercício pleno dessa função. Nesse cenário, o adoecimento aparece como uma consequência direta dessas contradições, afetando não apenas a saúde dos professores, mas também a qualidade da educação oferecida.

Este estudo busca compreender, por meio de uma análise fundamentada no materialismo histórico-dialético, os fatores que levam ao adoecimento dos professores na rede municipal de Goiânia, examinando tanto as condições objetivas de trabalho quanto as subjetivas. A pesquisa visa contribuir para o debate acerca da valorização do trabalho docente e a necessidade de transformação das condições de trabalho para que a educação pública possa cumprir seu papel social de formação humana.

## **JUSTIFICATIVA**

A escolha do tema "Trabalho e Adoecimento dos Professores na Secretaria Municipal de Educação de Goiânia: Análise das Contradições e Impactos das Condições de Trabalho sob o Sistema Capitalista" se justifica pela crescente relevância das discussões sobre a saúde mental e física no ambiente de trabalho docente. A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento de qualquer sociedade, e os professores desempenham um papel central nesse processo. No entanto, as condições adversas enfrentadas pelos profissionais da educação, especialmente no contexto da rede pública, têm gerado um quadro alarmante de adoecimento, o que demanda uma investigação mais profunda e sistemática.

### REALIZAÇÃO

Nesse sentido, a análise das condições de trabalho sob o sistema capitalista torna-se essencial para compreender como as lógicas de produtividade e exploração se manifestam na educação pública. Esta pesquisa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, busca desvendar as contradições entre o discurso de valorização da educação e as práticas cotidianas de gestão, que, muitas vezes, desconsideram as necessidades dos professores enquanto sujeitos do processo educativo. Ao investigar essas contradições, a pesquisa visa contribuir para um entendimento mais claro dos fatores que levam ao adoecimento docente, oferecendo subsídios para o debate sobre a melhoria das condições de trabalho na educação pública.

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender os fatores de adoecimento vinculados à história do trabalho do professor na rede municipal de educação de Goiânia, revelando as contradições dessa relação.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1) Apresentar uma articulação conceitual entre as categorias de trabalho e adoecimento, a partir das discussões da dialética que compreendem a sociedade capitalista e suas implicações.
- 2) Identificar e analisar os índices e fatores de adoecimento (atestados) entre os professores da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia.
- 3) Compreender os elementos da relação entre trabalho e adoecimento na perspectiva dos professores.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

No contexto do trabalho docente, é fundamental compreender o significado de "trabalho" em seu sentido histórico e ontológico. Marx (1983), define o trabalho como um

### REALIZAÇÃO

processo que envolve o homem e a natureza, no qual o ser humano regula e controla o intercâmbio material com o mundo natural. O trabalho humano, diferentemente do trabalho instintivo dos animais, é caracterizado pela capacidade de planejar e antecipar o resultado antes de sua concretização. Essa distinção é essencial para entendermos a função social do trabalho humano, que, mesmo nas suas formas mais básicas, envolve a modificação tanto da natureza externa quanto da própria natureza humana.

O trabalho imaterial, uma categoria em que se enquadra o trabalho docente, não possui um objeto palpável como produto final, o que dificulta sua mensuração. Professores, assim como cientistas, artistas e filósofos, produzem conhecimento, ideias e valores, que são consumidos simultaneamente à sua produção. Essa característica torna o trabalho docente singular, especialmente quando analisado sob o sistema capitalista, onde as condições de trabalho muitas vezes levam ao empobrecimento, deformação e adoecimento dos trabalhadores. As pressões sobre os professores, como altas cargas de trabalho e falta de autonomia, contribuem diretamente para o adoecimento físico e mental.

Sob o capitalismo, o trabalho docente perde sua autonomia, com professores sendo transformados em meros executores de atividades programadas por outros. Essa expropriação do saber docente reflete a lógica do sistema capitalista, que desvaloriza a profissão e desumaniza os trabalhadores. Nesse sentido, a escola, como um Aparelho Ideológico de Estado, reproduz as condições de produção da sociedade capitalista, mantendo as relações de poder estabelecidas. Entretanto, é importante reconhecer que, mesmo operando dentro dessa lógica, a escola possui o potencial de ser um espaço de transformação social.

A alienação do trabalho docente, agravada pela falta de controle sobre o processo pedagógico, intensifica o adoecimento dos professores. Esse adoecimento afeta não apenas os profissionais, mas também os alunos, prejudicando a qualidade do ensino e, conseqüentemente, o aprendizado. A substituição constante de professores adoecidos e a superlotação das salas de aula são fatores que dificultam o pleno exercício do direito

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

à educação. A pesquisa busca investigar essas questões no contexto da educação pública básica na região metropolitana de Goiânia, nos últimos dez anos, com o objetivo de entender como essas condições impactam tanto os professores quanto os alunos.

## METODOLOGIA

A presente pesquisa será fundamentada nos princípios do materialismo histórico-dialético, que proporciona uma análise crítica das contradições inerentes às condições de trabalho dos professores, considerando as influências das estruturas socioeconômicas do sistema capitalista. De acordo com Netto (2011), se o mundo é dialético (se movimenta e é contraditório), é preciso um Método, uma teoria de interpretação, que consiga servir de instrumento para a sua compreensão, e este instrumento lógico pode ser o método dialético tal qual pensou Marx. Assim, o método dialético será utilizado como instrumento teórico para compreender a dinâmica e as contradições que afetam o trabalho docente.

Para a concretização dos objetivos propostos, a pesquisa será desenvolvida em três etapas metodológicas inter-relacionadas: abordagem teórico-conceitual, coleta de dados quantitativos e síntese das informações, integrando teoria e prática para uma compreensão mais ampla do problema investigado.

## REFERÊNCIAS

- FRIGOTTO, G. **A produtividade da escola improdutiva**: um (re) exame das relações entre educação e estrutura econômico-social e capitalista. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1993.
- GENNARI, E. **Quando ensinar é adoecer**. Chão de escola, n. 13, p. 7-15, nov. 2015.
- GOUVÊA, L. A. V. N. de. **As condições de trabalho e o adoecimento de professores na agenda de uma entidade sindical**. Rio de Janeiro: Saúde debate v. 40, n. 111, p. 206-219, Oct-Dec, 2016.
- LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katalysis**, v. 10, p. 35-45, 2007.
- MARX, K. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 32. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

MARX, K. O capital: **Livro I, capítulo VI (Inédito)**. 1. ed. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.

MARX, K. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo: Boitempo, 2004.

NETTO, José Paulo. **Introdução aos estudos do método de Marx**. São Paulo: Expressão, 2011.

SAVIANI, D. **Sobre a natureza e a especificidade da Educação**. Em aberto, Brasília, ano 3, n. 22, jul./ago. 1984.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **O SISTEMA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E O SENTIDO DA ESCOLA: DAS DIRETRIZES AO APOSTILAMENTO**

Mestrando: Flavio Vinicius Francisco Cavalcante

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliane Barros de Almeida

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação Humana**

Nesta pesquisa pretende-se investigar a relação entre o fazer pedagógico e o Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), em um contexto social e educacional cada vez mais complexo. O objetivo é entender como as propostas de avaliações externas buscam regulamentar a prática educativa, afetando o exercício da autonomia docente, que é essencial para a formação. Embora o SAEB tenha sido criado para fornecer uma visão geral da qualidade da educação e orientar políticas públicas, ele exerce forte influência sobre as práticas pedagógicas, impondo desafios à autonomia dos professores. Vamos partir da definição de Pequeno (2007),

O termo autonomia origina-se da composição do pronome reflexivo grego autos (próprio, a si mesmo) com o substantivo nomos (lei, norma, regra), significando a capacidade de cada cidadão (ou cidade) se autogovernar, elaborar suas leis e erigir os preceitos que irão orientar a sua ação. (p.196)

A autonomia do professor carrega um significado importante, pois está associada à liberdade de elaborar suas próprias "leis" pedagógicas, ou seja, de desenvolver métodos, conteúdos e abordagens que melhor atendam às necessidades de seus alunos e ao contexto educacional em que atua.

A questão central da pesquisa é: como as diretrizes do SAEB, afetam a autonomia dos professores em seu trabalho educativo? Para responder, partiremos do estudo de alguns documentos, tais como: a Constituição de 1988, que garante o direito à educação

### REALIZAÇÃO

e padrões mínimos de qualidade, além da LDB (Lei nº 9.394/1996), que trata a avaliação como instrumento para assegurar essa qualidade. A Lei nº 13.005/2014 (PNE) exige ações para melhorar continuamente a educação, enquanto o Decreto nº 9.432/2018 e a Portaria INEP nº 351/2023 atualizam os parâmetros do SAEB, com apoio da BNCC.

O Saeb consiste em um conjunto de avaliações periódicas, aplicadas por meio de testes cognitivos e questionários em etapas específicas da educação básica. De acordo com o site do Inep, o objetivo do Saeb é medir a qualidade da educação básica no Brasil e contribuir para sua melhoria, fornecendo dados concretos para a formulação, reformulação e monitoramento de políticas públicas. Apesar disso, não é exatamente assim que se desdobra sua prática, como destaca Souza (2009),

A avaliação da educação nacional, ao contrário do que se percebe à primeira vista, não está restrita ao terreno pedagógico. Ela reflete orientações políticas dos governos e, muitas vezes, perde seu caráter de diagnóstico de situações a serem aperfeiçoadas, para tornar-se instrumento de controle do Estado. (p. 20)

Embora as avaliações, sejam tecnicamente apresentadas como ferramentas para diagnosticar e melhorar a qualidade da educação, a análise sugere que elas também estão imersas em contextos políticos e ideológicos. Nesse sentido, o processo avaliativo não se limita a verificar o desempenho dos alunos ou escolas, mas reflete as orientações políticas dos governos.

A última LDB, estabeleceu claramente o papel do Estado como responsável pela avaliação da educação no país. Determinando que cabe à União as seguintes funções: “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino”, bem como “coletar, analisar e disseminar informações sobre a educação” (BRASIL, 1996, art. 9º).

Esse processo, com a combinação de regulação do estado e elementos de mercado, como a ideia contemporânea de qualidade, resulta em um controle maior sobre as

#### REALIZAÇÃO

escolas, promovendo um sistema educacional que acaba por valorizar a competição e ênfase nos resultados em vez de uma formação mais integral e colaborativa. Conforme trata, Souza (2009),

[...] regulação do Estado e de elementos de mercado no domínio público, que explica os governos da nova direita, levou a um aumento considerável do controle sobre as escolas, pela introdução de currículos e exames nacionais, e, simultaneamente, promoveram a criação de mecanismos como a publicação dos resultados escolares, abrindo espaço para a realização de pressões competitivas no sistema educativo. (p. 20-21).

A Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024, estabelece, em seu artigo 11, a criação de um Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica, conhecido como SINAEB. Sistema coordenado pela União, em parceria com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, com o objetivo de servir como uma fonte de informações para avaliar a qualidade da educação básica e orientar as políticas públicas voltadas para esse nível de ensino (Brasil, 2014, art. 11).

No que diz respeito ao PNE, quase metade das metas trata sobre o diagnóstico da qualidade da educação e da criação de indicadores para acompanhamento e controle desses dados, basicamente indicadores de rendimento para a educação. E relaciona essas metas ao financiamento, dando um olhar para esses dados de meritocracia, como destaca Freitas (2016),

Tecnicamente, este índice abre a possibilidade para que se passe a controlar a educação brasileira (gestor, escola e professor) por “cálculo de valor agregado”, tentando determinar o impacto da ação pedagógica da escola ou do professor na aprendizagem do aluno, a partir de testes padronizados, ou seja, determinar quanto a escola agregou na aprendizagem do aluno durante um certo período de tempo. (s/p).

Essa forma de pensar e organizar a avaliação tenta medir o impacto da escola e do professor na aprendizagem dos alunos através de testes padronizados, enfatizando

#### REALIZAÇÃO

o quanto os alunos aprenderam em um período. Embora ajude a entender os resultados, simplifica a educação ao reduzir a complexidade da aprendizagem a números. O Decreto nº 9.432 (2018) estabelece o SAEB como ferramenta para produzir evidências sobre a qualidade da educação básica. No entanto, essa ênfase pode transformar o ensino em preparação para testes, limitando a inovação e intensificando a adaptação pedagógica dos professores. Assim como descreve Coelho (2016),

Sem dúvida, o que constitui o curso, o currículo, a formação não é elenco de disciplinas, créditos e emendas, nem a transmissão de conhecimentos como se fossem informações, resultados e verdades da ciências, das letras, das artes e quem sabe, até da filosofia pelo contrário, é o trabalho de ler, estudar, ensinar, compreender e aprender; de interrogar o sentido e a gênese do mundo, do homem e suas obras, da sociedade, do saber, da educação, da escola, da Universidade, bem como a práxis que cria, realiza as possibilidades constitutivas da vida em comum. (p.103).

A formação humana constitui a dinâmica de correlações que a escola desenvolve e o engessamento da prática do professor é limitante, pois retira aquilo que compões o fazer educativo. A autonomia permite aos professores desenvolverem uma reflexão crítica sobre sua prática, adaptando métodos e conteúdos às necessidades específicas de seus alunos e contextos. Isso não só enriquece o processo de ensino-aprendizagem, mas também fortalece a identidade profissional dos educadores, possibilitando um ambiente de ensino mais democrático e participativo.

Analisaremos a Portaria 351/2023 do INEP, que estabelece diretrizes para que os sistemas estaduais de avaliação complementem o Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) e forneçam subsídios para o monitoramento do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada.

Essa portaria, é a representação clara de introdução de características empresariais na educação, com impacto direto na autonomia e no processo de autoria dos professores. Como demonstra a seguir:

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Art. 2º – A organização entre os sistemas de avaliação de que trata esta Portaria tem por objetivos:

I – estabelecer a compatibilidade metodológica entre o Saeb e os sistemas estaduais de avaliação no que se refere às medidas de desempenho;

II – aprimorar e padronizar os procedimentos utilizados para a avaliação do desempenho dos estudantes na etapa de alfabetização; e

III – fornecer subsídios para o processo de diagnóstico e de recomposição das aprendizagens dos estudantes que não alcançarem nível adequado de alfabetização até o final do segundo ano do ensino fundamental;

IV – apoiar a formação continuada de gestores, técnicos e docentes com vistas ao aprimoramento da gestão e das práticas pedagógicas. (Brasil, 2023, art. 2º).

Ao exigir compatibilidade metodológica (inciso I) e padronizar procedimentos para a avaliação de desempenho (inciso II), a portaria introduz uma lógica de controle e gestão semelhante ao modelo empresarial, em que a eficiência e a uniformidade de processos são priorizadas em detrimento da flexibilidade e da diversidade de abordagens pedagógicas.

Essa lógica empresarial, ao tentar unificar as medidas de desempenho, afeta diretamente a autonomia do professor, uma vez que ele passa a ter menos liberdade para adaptar suas práticas avaliativas às realidades específicas de seus alunos e ao contexto da escola.

Ainda no mesmo artigo, agora no inciso III, ao prever o diagnóstico e a recomposição das aprendizagens com base em padrões estabelecidos até o final do segundo ano do ensino fundamental, reforça ainda mais essa visão de controle externo, pois o desempenho dos estudantes é medido por resultados que desconsideram as diferenças locais e individuais.

No modelo empresarial, o controle de produtividade e correção de erros foram transferidos para a educação, desumanizando o processo educativo. Os professores, ao se tornarem meros técnicos que seguem padrões estabelecidos, perdem sua autoria. A formação continuada, mencionada no inciso IV, reforça essa lógica ao priorizar

#### REALIZAÇÃO

a eficácia e a gestão de resultados em detrimento da reflexão crítica e da inovação, limitando a autonomia e a capacidade de decisão dos educadores.

Essa padronização impede que educadores adaptem suas práticas às necessidades dos alunos, impondo modelos fixos que desconsideram as especificidades de cada contexto escolar. Essa uniformização empobrece a experiência da educação, que deveria ser mais plural, diversa e baseada na realidade da escola e do aluno.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. **Constituição Da República Federativa Do Brasil**. Brasília, 1988.

BRASIL. Decreto Nº 9.432, DE 29 DE JUNHO DE 2018. **Regulamenta a Política Nacional de Avaliação e Exames da Educação Básica**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília (DF), 02 Jul. 2018. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/>. Acesso em: 23 set. 2024.

BRASIL. **Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep)**. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-351-de-4-de-agosto-de-2023-501180278>. Acesso em: 23 set. 2024.

COÊLHO, Ildeu Moreira e FURTADO, Rita Márcia Magalhães (org.). **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas: Mercado de letras, 2016.

FREITAS, Luiz Carlos de. **IDD, o novo índice da educação no SINAEB**. Avaliação Educacional – Blog do Freitas, 2016. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2016/05/07/idd-o-novo-indice-da-educacao-no-sinaeb/>. Acesso em: 23 set. 2024.

PEQUENO, Marconi. Sujeito, autonomia e moral. *In*: SILVEIRA, Rosa Maria Godoy *et al.* **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SOUZA, Lanara Guimarães de. Avaliação de políticas educacionais: contexto e conceitos em busca da avaliação pública. *In*: LÔRDELO, José Albertino Carvalho; DAZZANI, Maria Virginia (org). **Avaliação Educacional: desatando e reatando nós**. EDUFBA, Salvador, 2009.

### REALIZAÇÃO

## **EM QUESTÃO O CONCEITO DE DOCÊNCIA**

Mestranda: Gabriella Eduarda Costa Campos

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Simone de Magalhães Vieira Barcelos

**Linha de Pesquisa 2: Cultura, Escola e Formação**

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG)

### **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

Em meio a um contexto acadêmico desafiador, o da sociedade orientada pela lógica da racionalidade técnica, torna-se fundamental pôr em questão o conceito de docência e sua relação com a formação humana. Sentido da docência, uma discussão que possui uma dimensão filosófica, um sentido ontológico, que vai além da função técnica de ser professor. Busca-se compreender conceitos e questões fundantes para pensar a docência enquanto potencializadora da humanização do homem. A presente pesquisa põe em questão a docência buscando compreender sua gênese, seu sentido e para pensá-la em nossos dias. Assim, objetiva-se compreender a docência num contexto em que a instrumentalidade assume centralidade negando a universalidade constitutiva à docência. O que nos provoca a pensar se instrumentalidade permite a existência da docência, ou se em nossos dias ainda há docência.

### **JUSTIFICATIVA**

A presente pesquisa se propõe a refletir o sentido da docência na formação humana, no exercício da crítica e da autonomia no contexto de instrumentalização da educação e da formação. O tema se torna relevante em um momento em que a lógica

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

instrumental ameaça o exercício da autonomia e desconsidera o sentido da docência de modo a comprometer a formação nos diferentes níveis de ensino.

A pesquisa se baseia na argumentação de que a docência deve realizar-se em vistas do exercício da crítica e da reflexão, de modo que os alunos sejam capazes de compreender a realidade e transformá-la. No entanto, a crescente instrumentalização da educação, sua ênfase na mensuração, na produtividade, na eficiência, na eficácia e na empregabilidade, põe em segundo plano a natureza e o sentido da docência. Ao considerar tais questões a pesquisa busca compreender a docência no contexto de recrudescimento da instrumentalidade no campo da educação e da formação.

## **PROBLEMA**

Em que sentido a lógica instrumental da sociedade neoliberal impacta a docência e a formação?

## **OBJETIVO GERAL**

- Compreender os impactos e desafios presentes na prática docente e na formação no contexto da instrumentalização da educação e da formação.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1) Compreender a gênese e o sentido da docência na Grécia antiga e na Idade Média;
- 2) Trazer à luz os conceitos de Liberalismo Clássico, Liberalismo Político e Liberalismo Econômico para pensar o processo de subjetivação da ideologia neoliberal;
- 3) Refletir sobre a lógica da instrumentalidade e suas implicações no ofício de ensinar, no exercício da docência;

### REALIZAÇÃO

4) Discutir a docência como horizonte que se abre à formação humana.

## **METODOLOGIA**

A presente pesquisa é de cunho teórico, de caráter qualitativo e bibliográfico cujo propósito é refletir sobre o conceito de docência e sua indissociabilidade com a formação humana, bem como discutir as questões que a constitui na contemporaneidade. Na busca de um entendimento abrangente, recorre-se à pesquisa bibliográfica de cunho teórico como vistas a nos aproximar de pesquisadores e estudiosos proeminentes que abordam questões relacionadas a temática em discussão. De acordo com Cervo (1989), a pesquisa bibliográfica é uma abordagem que busca conhecer e analisar as contribuições culturais ou científicas do passado sobre um determinado tema ou problema. A revisão da fornecerá a base teórica da pesquisa e, por meio da *reflexão filosófica*, busca-se compreender os nexos constitutivos do objeto de estudo em questão.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Considerando o contexto de recrudescimento da instrumentalização, as contribuições de Marilena Chauí (1989, 2001), Ildeu Coêlho (2008, 2016, 2018), Jaeger (2013), Le Goff (2003), Manacorda (2006), Oliveira (2007), Verger (1996, 1999 e 2001), Giroux (1997), Arroyo (2000) se fazem presente entre os autores que fundamentam a pesquisa. Uma das maiores ameaças aos professores existentes nas escolas públicas é o desenvolvimento crescente de ideologias instrumentais que enfatizam a tecnocracia para a preparação dos professores e também para a pedagogia de sala de aula. Em vez de aprenderem a refletir sobre os princípios que estruturam a vida e prática em sala de aula, os futuros professores aprendem metodologias que parecem negar a própria necessidade de pensamento crítico. Desse modo,

A ameaça vem na forma de uma série de reformas educacionais que mostram pouca confiança na capacidade dos professores da escola pública

### REALIZAÇÃO

de oferecerem uma liderança intelectual e moral para a juventude de nosso país. [...] Quando os professores de fato entram no debate é para serem objeto de reformas educacionais que os reduzem ao *status* de técnicos de alto nível cumprindo ditames e objetivos decididos por especialistas um tanto afastados da realidade cotidiana da vida em sala de aula (Giroux, 1997, p. 157).

## DISCUSSÃO

A questão da docência no contexto contemporâneo, baseado numa lógica capitalista, é uma temática de relevância inegável e, por vieses distintos, discutida na literatura acadêmica do país. Nesse contexto, ao longo dos anos, pesquisadores se dedicam a discutir a universidade, a docência, de modo a pôr em questão o sentido dessas realidades na formação humana. Chauí (1989) ressalta a importância de uma formação que promova a autonomia intelectual. A autora argumenta que o ensino superior instiga os alunos a pensarem de maneira independente, capazes de questionar a realidade à sua volta. A autora destaca que a autonomia intelectual do professor e do aluno é um fator essencial para a educação, uma vez que tal autonomia reverbera na liberdade do pensamento, na crítica, com vistas à humanização.

Coêlho (2008, 2012, 2018) chama a atenção para as crescentes modificações na sociedade, inclusive no que se refere à instrumentalidade, que transforma os indivíduos a meras mercadorias. Isso significa que a educação é frequentemente avaliada em termos de eficiência e produtividade em detrimento de seu sentido intrínseco na formação social, política, crítica e cultural dos cidadãos. Outro ponto destacado é o crescimento na formação pragmática e técnica em detrimento da reflexão, do pensamento crítico e da educação humanizada.

Sem negar os avanços alcançados na Modernidade nas mais variadas áreas do conhecimento, ressaltando as áreas da biologia e da tecnologia – dimensões que mudou significativamente os modos de pensar e agir na sociedade atual -, reconhecemos

### REALIZAÇÃO

com Ildeu Côelho (2008, p. 21) “abondamos questões fundamentais como a finalidade, o sentido e as exigências de nossa condição humana, a primazia da coisa pública, do que é coletivo em todos os aspectos e momentos da existência”, mais que isso, “Estamos perdendo a dimensão humana, intelectual e universal da docência, a sensibilidade, a imaginação e a reflexão, o valor fundamental do livro, da leitura, do trabalho com os conceitos e argumentos, a razão como *auctoritas* por excelência”, quer dizer, “perdemos a *auctoritas* para ensinar e formar.” A crítica aponta para a necessidade de pensar o sentido da docência, da educação e da formação e é esse exercício que buscamos realizar em na presente pesquisa.

Filósofos gregos como Sócrates, Platão e Aristóteles instigaram reflexões em torno da formação humana, pondo em questão o bem comum, a moral, a justiça, a virtude, que continuam sendo fundamentais para a realização da universidade, da docência universitária. A gênese da docência universitária remonta às escolas monásticas da Idade Média, que preservaram a cultura, difundiram o conhecimento em um período de profundas mudanças sociais e culturais. Essas instituições desempenharam um papel vital no desenvolvimento da cultura e da filosofia.

Instigados por Ildeu Coêlho (2008, 2012, 2021), que pensam a docência a partir de Sócrates, Platão e Aristóteles nos pomos na busca dessa compreensão. Assim, a docência será pensada a partir de Sócrates, aquele que por seu método dialógico provoca a busca da verdade, do saber sobre as coisas sem que haja imposição de discurso já estabelecido. Desse modo, pomos em questão o conceito de docência com vistas a pensar sua gênese e sentido, quer dizer, pensa-lo para além do que está posto e entendido por docência nos dias de hoje. Tomando Sócrates como ponto de partida, mas indo adiante para pensar a docência na Idade Média, sobretudo na figura de Tomás de Aquino, *De magistro* “o grande mestre do século XIII”, como ressalta Ildeu Coêlho (2008, p. 16). O que se busca, então, é o movimento do pensamento que perpassa a constituição e a realização da docência desde os gregos antigos para pensa-la hoje.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Desse modo, a presente pesquisa emerge como fundamental para o aprofundamento da compreensão das questões constitutivas do ofício de ensinar.

Observação: algumas referências não foram lidas ainda, mas decidimos deixar registradas para que sejam objeto da presente avaliação.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel G. **Ofício de mestre: imagens e auto-imagens**. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.
- CERVO, Amado Luis; BERVIAN, Pedro Alcino. **Metodologia científica: para uso dos estudantes universitários**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1983.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Escritos sobre a Universidade**. São Paulo: Editora Unesp, 2001.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Cortez, 1989.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. **A gênese da docência universitária**. *Linhas Críticas*, v. 14, n. 26, p. 5-24, jan./jun, Brasília: 2008.
- COÊLHO, Ildeu Moreira; FURTADO, Rita Márcia Magalhães (org.). **Universidade, cultura, saber e formação**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016.
- COÊLHO, Ildeu Moreira. **Universidade, pensamento e formação de professores**. Pontifícia Universidade Católica – PUC Goiás, 2018.
- GIROUX, Henry. **Os professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem**. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre: ARTMED, 1997.
- JAEGER, Werner Wilhelm. **Paideia: a formação do homem grego**. 6. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.
- LE GOFF. **Os intelectuais na Idade Média**. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 2003.
- MANACORDA, M. A. **História da Educação: da antiguidade aos nossos dias**. 12. Ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- OLIVEIRA, Terezinha. **Origem e memória das universidades medievais a preservação de uma instituição educacional**. *Varia história*, 2007, v. 23, n. 37, p. 113-129.
- VERGER, Jacques. **Cultura, ensino e sociedade no ocidente nos séculos XII e XIII**. Tradução: Viviane Ribeiro. Bauru, SP: EDUSC, 2001.
- VERGER, Jacques. **Homens e saber na Idade Média**. São Paulo, Baueu: EDUSC, 1999.
- VERGER, Jacques; CHARLE, Christophe. **História das universidades**. São Paulo: Editora da Unesp, 1996.
- VERNANT, Jean-Pierre. **Origens do pensamento grego**. São Paulo: Difel, 1981.

### REALIZAÇÃO

## **FECHAMENTO DE ESCOLAS DO CAMPO EM INHUMAS, GOIÁS: VIOLAÇÕES AO DIREITO DAS CRIANÇAS**

Mestrando: Guilherme Teixeira Gomes

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Keides Batista Vicente

**Linha de pesquisa 1: Trabalho Estado e Políticas Educacionais**

Agência de Fomento: CNPQ

O tema, “Fechamentos de escolas do campo em Inhumas, Goiás: violação ao direito das crianças”, reveste-se de importância por vários aspectos. Primeiro, por haver poucas pesquisas relacionadas a entender a razão pelas quais escolas do campo estão sendo fechadas em várias partes do país. Segundo, pela constatação de pesquisas acadêmicas como a realizada por Souza e Silva (2020), que apresenta uma intensificação no fechamento de escolas no campo no Brasil nos últimos dez anos. E, por fim, pela constatação de que a cidade de Inhumas, Goiás, com a economia baseada na agricultura e pecuária, possui no ano de 2024 apenas uma escola situada no campo. Assim a presente investigação busca ser o que Luna (2019, p. 14) chama de “uma produção de conhecimento novo, relevante teórica e socialmente fidedigno”, para desvendar as causas dos fechamentos de escolas do campo em Inhumas, Goiás.

Este trabalho se justifica por três razões principais, que são: primeiro, as minhas raízes, uma vez que parte da minha família morou e se constituiu no/do campo. Em especial, meu finado avô, Gumercindo Cândido Teixeira, e a minha madrinha Neuza Maria Gomes França, que foram professores do campo por muitos anos e contribuíram de forma significativa com minha formação acadêmica e humana. Em segundo lugar, meu projeto de monografia, realizado pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária da cidade de Goiás, no curso de História, que teve como tema “O sagrado e a violência no Grande Sertão Veredas” e alimentou meu desejo de entender a realidade

### REALIZAÇÃO

do homem sertanejo e compreender suas linguagens, lutas e cultura. O terceiro ponto a se destacar é a relação pessoal com a comunidade de Inhumas, ou também como é conhecida por Goiabeiras. A necessidade de entender suas complexidades, principalmente as relacionadas à educação, fomenta em mim, sujeito pertencente a este lugar, uma gana em compreender os meandros que levaram aos fechamentos de escolas do campo nessa região. Entendendo que estes fechamentos de escolas do campo nesse município fazem parte de uma articulação complexa num movimento de ações e perspectivas históricas e contraditórias que precisam ser desvendadas a partir daquilo que a constitui: a comunidade inhumense.

Estas informações trazem o que é importante para o projeto, o problema de pesquisa, sendo: Como os fechamentos de escolas do campo em Inhumas, Goiás, impactam no direito das crianças? Outras questões que podem conduzir o andamento da pesquisa são: por que se iniciam e se fecham escolas do campo? Quais as políticas que tratam sobre os direitos das crianças? Quais são as justificativas para se abrir e fechar escolas do campo? Como as escolas da cidade se organizam para receberem as crianças do campo? Quais direitos estão sendo perdidos quando se retira uma criança do campo, do seu território e da sua cultura?

Diante dos estudos realizados até aqui, levantam-se algumas hipóteses sobre as questões apresentadas, que são: para o poder público, é muito caro manter várias escolas com poucos alunos em diferentes regiões. O transporte escolar surge como uma possível solução para o problema, pois seria menos dispendioso para o município. Nesse sentido, o fator econômico seria preponderante para os fechamentos de escolas do campo. Outro fator de discurso adotado é o de oportunizar aos alunos do campo uma educação de qualidade, considerando esta qualidade ligada à educação oferecida nas escolas urbanas seriadas. O processo de fechamento de escolas públicas localizadas no campo em Inhumas, Goiás, pode ser resultante dos efeitos da ideologia de mercado que atinge diretamente a educação escolar.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Soma a estes aspectos a constatação de Minayo (2016) sobre a formulação dos objetivos da pesquisa, que precisam responder aos propósitos iniciais do projeto. Enquanto o objetivo geral busca dimensões mais amplas e está ligado ao conhecimento que o estudo relacionará com o objeto, os objetivos específicos estariam ligados aos desdobramentos das ações que serão necessárias à realização do objetivo geral. Com estas informações, os objetivos que se apresentam para este estudo são: o objetivo geral é analisar criticamente os fechamentos de escolas do campo em Inhumas, Goiás e como este processo impacta sobre os direitos das crianças, estabelecidos por diretrizes nacionais e internacionais. E os objetivos específicos seriam: identificar nas legislações internacionais e nacional os principais documentos que discutem a questão do direito à educação básica, rural e urbana e relacionar criticamente o legal e o real; investigar ações políticas macro e micro que impactaram territorialmente as escolas do campo; investigar como a organização da educação municipal influenciou no fechamento das escolas do campo e entender as contradições e os conflitos desse processo e suas consequências para a garantia do direito à educação; analisar como se tem efetivado o direito da criança diante dos fechamentos de escolas públicas do campo em Inhumas, Goiás.

O aporte teórico para o desenvolvimento da pesquisa será respaldado nos estudos dos seguintes autores: Haesbaert (2009) enfatiza que o conceito de território pode ser explorado de várias maneiras, incluindo a perspectiva cultural ou simbólico-cultural. Molina e Freitas (2011) afirmam que o Movimento de Educação do Campo está diretamente ligada aos movimentos sociais de trabalhadores rurais em prol da reforma agrária. Caldart (2002) fala que dentre os vários sujeitos do campo, encontramos agricultores, quilombolas, povos indígenas, pescadores, camponeses, assentados, caipiras, boias frias entre outros tantos, e versa sobre a elaboração de uma educação que seja no/do campo. Somam-se a ele os estudos de Silveira *et al.* (2007) que propõem uma educação em/e para os direitos humanos. Outros autores que ajudarão a compreender melhor a questão da educação enquanto um processo de formação dos sujeitos e como

REALIZAÇÃO

forma de ampliar suas perspectivas, independentemente de onde estão inseridos, são: Arroyo; Caldart; Molina (2011), Chauí (2001), Freire (1996), entre outros.

Assim, à luz do materialismo histórico, busca-se realizar aquilo que Marx (1985) aponta como conhecimento teórico, sendo a reprodução ideal do movimento real do objeto, nesse caso os fechamentos de escolas do campo e os direitos da criança. Entender sua complexidade e entender o objeto por ele mesmo.

No caso das metodologias, a resolução proposta partiu primeiro de uma busca no site Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD), em que os resultados dados, e a resolução de uma revisão de literatura por meio de 2 teses e 2 dissertações, ligadas a temática do nosso estudo trouxeram contribuições de conceitos e hipóteses para as causas de fechamentos de escolas do campo.

Sobre as metodologias aplicadas, através do autor Gil (2002) propõe-se uma pesquisa bibliográfica, que é segundo o autor, desenvolvida com base em material constituído principalmente de livros e artigos científicos para entender toda a complexidade dos fechamentos de escolas do campo e a luta pelos direitos a educação das crianças, e para sua complementação uma análise documental de Leis, Decretos, conferências internacionais e nacionais. Para a proposição de identificar os fechamentos de escolas do campo em Inhumas, Goiás, verifica-se a importância de fazer uma coleta de dados quali-quantitativos sobre matrículas, fechamentos de escolas, entre outros pontos diversos, por meio de dados do Inep e dados do IBGE. Por fim, para dar voz aos impactos causados pelos fechamentos de escolas do campo, buscaremos realizar entrevistas semiestruturadas com: professores do campo; pais de crianças moradoras do campo; participantes de movimentos sociais e gestores e secretários de educação.

Para finalizar, é preciso dizer que tem sido árdua esta busca pelo conhecimento, pela autonomia, entender as complexidades do mundo e resistir, sonhando por vezes com um mundo melhor. É um processo que demanda tempo, esforço e comprometimento. Então, este pequeno poema do autor Pedro Munhoz (2018) se mostra como motivação e permanência nessa luta da qual somos todos parceiros: “Tenho morrido

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

muitas vezes. Depois, respiro fundo, lavo o rosto, sigo em frente. Não é fácil morrer, difícil é renascer, fingir-se de sol, cegar a lua, beber o mar. Detestável seria ter a covardia. Dos que me mataram. Eu sigo renascendo, eles seguem covardes”.

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, Miguel Gonzalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (org.). **Por uma Educação do Campo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- CALDART, Roseli Salete. Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção. *In: Educação do Campo: identidade e políticas públicas / Edgar Jorge Kolling, Paulo Ricardo Cerioli, osfs e Roseli Salete Caldart (org.)*. Brasília (DF): articulação nacional por uma educação do campo, 2002. Coleção Por Uma Educação do Campo, n. 4.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é Ideologia**. 2. ed. São Paulo. Brasiliense, 2001.
- DINIZ, Debora. **Carta de uma orientadora: o primeiro projeto de pesquisa**. Brasília: Letras Livres, 2012.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. Saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1996.
- Gil, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 4 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
- LUNA, Sergio Vasconcelos de. **Planejamento de pesquisa: uma introdução**. São Paulo: EDUC, 2019.
- MARX, Karl. **O capital livro1 – Crítica da economia política: o processo de produção do capital**. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. 2. ed. São Paulo: Nova cultura, 1985.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2016, p. 29-55.
- MOLINA, Mônica Castagna e FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da Educação do Campo. *In: Educação do Campo*. Mônica Castagna Molina e Helana Célia de Abreu Freitas (org). Em Aberto, Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.
- MUNHOZ, Pedro. **Morrer**. livro, Poemas e Outras Canções Urgentes. Editora Coopacesso. 2018.
- SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. *et al.* **Educação em Direitos Humanos: Fundamentos teórico-metodológicos**. Rosa Maria Godoy Silveira, *et al.* João Pessoa: Editora Universitária, 2007. 513p.
- SOUZA, Francilane Eulália de Souza e SILVA, Edson Batista da. **A educação no/do campo no Cerrado goiano: avanços e retrocessos**. Élisée, VER. Geo. UEG- Goiás, v. 9, n. 2, e922016, jul./dez.2020

### REALIZAÇÃO

## **EDUCAÇÃO ESCOLAR NO CÁRCERE FEMININO: UM ESTUDO SOBRE A DOCÊNCIA NA CIDADE DE INHUMAS (GO)**

Mestranda: Jacquelyne Martins Renovato

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Sylvana de Oliveira Bernardi Noletto

**Linha de Pesquisa: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

O objetivo deste trabalho é apresentar, de forma breve, fundamentos teóricos e metodológicos que embasam o projeto de pesquisa em desenvolvimento, vinculado à linha de pesquisa “Trabalho, Estado e Políticas Educacionais” do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás, na Unidade Universitária de Inhumas (GO).

A educação escolar em ambiente prisional é um campo de estudo profundamente envolvente e desafiador. Ela vai além do processo ensino-aprendizagem formal, contribui, certamente, em apontar possibilidades para reconstrução de vidas, restaurar dignidades e colocar em questão novas oportunidades para pessoas, que foram relegadas à margem da sociedade. No Brasil, o direito à educação para as pessoas privadas de liberdade está garantido pela Lei de Execução Penal, n. 7.210/1984 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, n. 9.394/1996. Em Goiás, foram recentemente reformuladas Diretrizes para a educação ofertada pelo estado e elas estão expressas no documento intitulado Diretrizes Pedagógicas (Seduc, 2024). Este documento apresenta, também, diretrizes, orientações para o currículo e trabalho docente com a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e suas modalidades no sistema prisional.

No entanto, a realidade das prisões mostra que a implementação desse direito é permeada por inúmeras dificuldades. Entre elas, estão as condições de trabalho enfrentadas pelos educadores que atuam no ambiente prisional, um espaço onde as

### REALIZAÇÃO

limitações materiais e estruturais são apenas uma das muitas barreiras com as quais os docentes precisam lidar diariamente, conforme estudos de Arroyo (2013), Andrade (2018), Jacomini (2010) e Onofre (2014).

O projeto de pesquisa tem como problema a *docência no ambiente prisional* e busca compreender e analisar como se constitui e se efetiva o trabalho docente na Unidade Prisional de Inhumas (GO), com uma atenção especial aos desafios que esses profissionais enfrentam. Mais do que um estudo técnico, este trabalho tem a expectativa de evidenciar a importância da educação escolar e do trabalho docente em um ambiente tão complexo, destacando as interações humanas e as relações de poder que se desenvolvem em um espaço em que a liberdade está limitada. Pode-se inferir que há o limite de liberdade das pessoas sob custódia, bem como de docentes que ali atuam. Essa é uma questão a ser investigada.

Os docentes que trabalham na Unidade Prisional de Inhumas (GO) precisam lidar com condições muitas vezes adversas, como a falta de materiais didáticos adequados, a diversidade dos níveis educacionais das mulheres privadas de liberdade e as severas restrições impostas pela própria dinâmica de segurança do presídio. No entanto, além das limitações materiais, há um aspecto ainda mais complexo: a necessidade de motivar pessoas que, em muitos casos, foram excluídas do sistema educacional durante boa parte de sua vida. Conforme pesquisas já realizadas em ambiente prisionais (Freitas, 2016; Goffman, 1974; Silva, 2014 e Zaffaroni, 2011), essas mulheres, muitas vezes marcadas por histórias de exclusão, abuso ou abandono, participam da educação escolar com uma mistura de desconfiança e descrença, tornando o trabalho dos docentes ainda mais desafiador.

Neste contexto, como objetivos específicos, temos a intenção de: a) analisar a política do Estado de Goiás para a educação em presídios; b) identificar práticas docentes relativas ao trabalho na Unidade Prisional de Inhumas em conformidade ou não com a política do Estado de Goiás para a educação prisional; c) verificar a relação entre concepções docentes e suas práticas pedagógicas elaboradas; d) analisar desafios

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

institucionais, de organização e pedagógicos interpostos à educação escolar promovida na Unidade Prisional.

A justificativa para a realização desta pesquisa é, portanto, dupla. Por um lado, há uma necessidade urgente de entender o papel da educação escolar como um elemento significativo para a reintegração dessas mulheres em privação de liberdade, proporcionando-lhes uma nova perspectiva de vida e de cidadania. Por outro lado, há a necessidade de compreender o trabalho de docentes que atuam nesse contexto, trabalho invisibilizado pela sociedade.

Para dar sustentação teórica a esta investigação, recorreremos a autores como Paulo Freire e Michel Foucault, cujas teorias oferecem perspectivas complementares e extremamente relevantes para a análise da educação em prisões. Freire, em sua obra *Pedagogia do Oprimido*, enfatiza a importância da educação como um ato de libertação. Para ele, ensinar é um ato profundamente político, especialmente em contextos onde a opressão e a exclusão são mais evidentes, como no sistema prisional. Freire defende que a educação deve formar os indivíduos para a consciência de suas realidades e transformá-las. Isso é especialmente relevante no contexto das prisões, em que essas mulheres vivem em situação de exclusão e podem avaliar que a educação ou alguma transformação de suas vidas está além de seu alcance.

Por outro lado, Michel Foucault, em *Vigiar e Punir*, oferece uma análise crítica das instituições e do poder. Ele argumenta que o sistema prisional tem, historicamente, sido um espaço de disciplinarização dos corpos e das mentes, onde o controle é exercido de forma rigorosa. No entanto, mesmo nesse ambiente de controle e de emancipação. Para os docentes que atuam no sistema prisional, o desafio é precisamente este: encontrar maneiras de promover a emancipação e a transformação pessoal, ao mesmo tempo em que navegam pelas complexas estruturas institucionais que geralmente limitam a liberdade de ação, tanto dos professores quanto das mulheres privadas de liberdade.

Além de Freire e Foucault, também são relevantes as contribuições de autores como Bell Hooks, que defende uma educação que empodera a liberta, especialmente

#### REALIZAÇÃO

para grupos marginalizados, Emília Viotto da Costa, que ressalta a necessidade de uma educação que vai além do ensino tradicional, promovendo uma reflexão crítica sobre a realidade. Miguel Arroyo e Moacir Gadotti que tratam da educação de jovens e adultos; Pierre Bourdieu que discute o papel das instituições, como a educação, na reprodução das desigualdades, muitas vezes mascaradas sob a aparência de neutralidade e meritocracia. Autores como Jaime Osório que discutem o Estado, compreendendo-o como Estado capitalista, neoliberal. Christian Laval, Pierre Dardot para discussão sobre neoliberalismo e o capitalismo. Ao final deste texto é apresentada uma bibliografia básica inicial básica para essa pesquisa.

Complementando o levantamento bibliográfico, teses e dissertações foram selecionadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações/IBICT, a partir de descritores relacionados ao tema . Artigos científicos foram encontrados e selecionados na plataforma Scielo e Google Acadêmico.

O conjunto dessas teorias permite uma análise mais completa e humanizada do papel da educação nas prisões, reconhecendo tanto suas limitações quanto sua possibilidade de contribuir com o percurso de reintegração de mulheres, neste caso, que passaram pelo cárcere. A metodologia adotada neste estudo será de abordagem qualitativa, tomando como caso o trabalho docente que se realiza no Colégio Estadual Joaquim Pedro Vaz em sua unidade de extensão na Unidade Prisional de Inhumas (GO).

A coleta de dados será realizada por meio de entrevistas semiestruturadas com gestores da Coordenadoria Regional de Educação (CRE) do município de Inhumas, gestores da Unidade Prisional e docentes sobre orientações institucionais e sobre a docência que realizam no ambiente prisional. Além disso, serão realizadas análise de documentos institucionais da Escola em questão, como seu PPP, planejamentos de aulas, documentos orientadores do Estado de Goiás e Diretrizes Nacionais para o desenvolvimento do currículo relacionados ao ensino prisional. A análise dos dados será realizada por meio da técnica de análise de conteúdo, buscando identificar padrões e

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

categorias que revelam as principais dinâmicas e desafios do trabalho docente no ambiente prisional.

Os resultados esperados desta pesquisa incluem a identificação das principais estratégias pedagógicas adotadas pelos professores que se colocam sob as orientações, acompanhamento e controle do Estado de Goiás para o ambiente prisional. Mais do que isso, espera-se que a pesquisa contribua para a formulação de políticas públicas estaduais mais sensíveis às questões de gênero, raça e classe que têm um impacto significativo.

Em última análise, este estudo tem a expectativa de oferecer uma contribuição consistente para o campo da educação prisional, destacando o papel central dos docentes na promoção de mudanças. A educação, mesmo em um ambiente tão adverso como o de um cárcere, uma Unidade Prisional, pode ser um ato profundamente humano, carregado de possibilidade de transformação. Ao longo dessa pesquisa, espera-se que surjam novas reflexões sobre a importância de garantir o direito à educação em prisões, não apenas como uma política de reintegração, mas como um compromisso com a dignidade e a humanidade de todas as pessoas, não é apenas um direito, mas uma porta para a reconstrução de vidas, especialmente para as mulheres encarceradas na Unidade Prisional de Inhumas (GO).

## REFERÊNCIAS

- ARROYO, M. G. **Ofício de Mestre: Imagens e Auto-Imagens**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- ARROYO, M. G. **Passageiros da Noite: do Trabalho para a EJA. Itinerários pelo direito a uma vida justa**. Petrópolis (RJ) : Vozes, 2017.
- ANDRADE, M. S. **Educação no sistema prisional: desafios e perspectivas**. São Paulo: Cortez, 2018.
- FREITAS, M. S. **Educação no cárcere: projetos e práticas**. São Paulo: Cortez, 2016.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. São Paulo: Perspectiva, 1974.
- JACOMINI, Márcia Aparecida. **Desafios da Educação em Prisões**. São Paulo: Cortez, 2010.
- ONOFRE, Elenice Maris Cammarosano. **Educação Escolar na Prisão: o olhar de alunos e professores**. Jundiaí (SP). Paco Editorial, 2014.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

SILVA, José Valter da. **Educação Prisional: Políticas e Práticas**. Curitiba: Appris, 2014.  
ZAFFARONI, Eugenio Raul. **Encarceramento em Massa e as Relações Raciais**. Rio de Janeiro: Revan, 2011.

## BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, G. M. de; COSTA, A. M. da. **Educação no sistema prisional: um estudo sobre o impacto da educação na ressocialização dos detentos**. Revista Educação em Questão, vol. 54, n. 2, p. 212-234, 2022.

BOURDIEU, p. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neo-liberal**. Tradução: Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

BOURDIEU, p. **Sobre o Estado**. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar, 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

BOURDIEU, P.; PASSERON, J. C. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**. 3. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1992.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular?** São Paulo: Brasiliense, 2006.

BRASIL. **Lei de Execução Penal**. Lei Federal nº 7.210 de 11 de julho de 1984. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7210.htm). Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm). Acesso em: 11 jul. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Presidência da República, Casa Civil. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 11 jul. 2024.

CARBONELL, Jaume. **A Aventura de Inovar: A Mudança na Escola**. Porto Alegre: Artmed, 2002.

COSTA, Emília Viotto da. **Da Monarquia à República: Momentos Decisivos**. São Paulo: UNESP, 2001.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 402 p, 2016.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões**. Petrópolis: Vozes, 1975.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1998.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Paz & Terra; 84. ed., 2019.

GADOTTI, FREIRE e GUIMARÃES. **Pedagogia: diálogo e conflito**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GOIÁS. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Pedagógicas 2024**. Goiânia: SEDUC, 2024. Disponível: <https://goias.gov.br/educacao/wp-content/uploads/sites/40/2024/04/DiretrizesPedagogicasSeduc2024-1.pdf>. Acesso em: 27 set. 2024.

HOOKS, Bell. **Ensinando a Transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução: Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

MEDEIROS, Jane Maria da Silva Nóbrega. O sentido da educação para mulheres em privação de liberdade: vivências e perspectivas. 2016. **Dissertação** (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, Instituto de Educação, Cuiabá, 2016.

NÓVOA, A. **Os professores e a sua formação**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1995.

OSÓRIO, J. **O Estado no Centro da Mundialização**: a sociedade civil e o tema do poder. Tradução de Fernando Correa Prado. 1. ed. São Paulo: Editora Outras Expressões, 2014.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

# **ATUAÇÃO DE MULHERES NA GARANTIA DE DIREITOS A EDUCAÇÃO FORMAL E NÃO FORMAL NO QUILOMBO DE TOMÉ NUNES-MALHADA-BAHIA**

Mestranda: Josedalva Farias dos Santos

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Keides Batista Vicente

**Linha de Pesquisa 1: Trabalho, Estado e Políticas Públicas Educacionais**

## **APRESENTAÇÃO DO TEMA**

A sociedade brasileira carrega em sua estrutura as marcas do processo colonial baseado num modelo escravocrata, racista, patriarcal e machista e assim reafirma constantemente a predominância dos homens, invisibilizando a atuação das mulheres e, sobretudo, as mulheres quilombolas, negras e dos movimentos sociais. Ser mulher quilombola significa resistir e denunciar as situações das múltiplas formas de violência: gênero, doméstica, física, sexual, moral e psicológica, assim também a opressão, violação dos corpos e dos direitos femininos, racismo, sexismo, machismo, lógica patriarcal. Muitas mulheres ao longo da história estiveram envolvidas em conquistas relevantes, mas sem notoriedade e reconhecimento perante a sociedade. E, quando se trata da mulher quilombola, ligada ao seu território e a sua ancestralidade, engajada com as lutas e movimentos sociais, sofre todo tipo de discriminação e preconceito.

Por outro lado, sabe-se que, ao logo da história muitas lutas foram travadas pelos movimentos sociais brasileiros para o reconhecimento de direitos da população negra, remanescentes de escravizados e recentemente das mulheres quilombolas. O movimento por trás dessas conquistas é demarcado pela atuação e articulação política das mulheres quilombolas de comunidades remanescentes de quilombo, o que têm sido determinante para a existência dos quilombos contemporâneos. A inserção das mulheres

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

quilombolas em especial nesses espaços ocorre mediante a quebra de padrões, nos quais as mulheres quilombolas, lutam por igualdade social, racial e de gênero (Dealdina, 2020, p.31). Desde o período colonial são elas que lideram os quilombos e desenvolvem estratégias de proteção da natureza, da cultura ancestral e afro-brasileira, luta em defesa do território, dos direitos sociais e das políticas públicas.

Diante do exposto é que emerge a proposta de pesquisa: Como tem sido a atuação das mulheres do Quilombo de Tomé Nunes, em Malhada-Bahia, na garantia de direitos a educação formal e não formal entre o período de 2004 a 2023? A delimitação desse período se dá em decorrência do ano em que a Comunidade remanescente do Quilombo de Tomé Nunes foi reconhecida pela Fundação Palmares, a partir do engajamento coletivo e da organização da Associação dos Pequenos Produtores Familiares Remanescentes do Quilombo de Tomé Nunes. Sabe-se que as mulheres quilombolas, mesmo “[...] ainda que invisibilizadas e atuando num contexto de racismo e sexismo, se colocam à disposição da sociedade brasileira com a autoridade de quem tem séculos de lutas, de pensamento e discussão a serviço de uma ação de transformação da sociedade” (Nova; Santos, 2013, p. 36). Elas lutam pelo direito coletivo ao território e pelo bem comum, pelo fortalecimento do sentimento de pertencimento e afirmação da identidade quilombola.

## **JUSTIFICATIVA**

O presente estudo é parte de uma proposta de investigação para o Projeto de Dissertação do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da UEG, UnU Inhumas (GO). O seu campo de estudo é o Quilombo de Tomé Nunes, comunidade rural que pertence ao município de Malhada-Bahia, atuação das mulheres do Quilombo de Tomé Nunes, em Malhada-Bahia e o objetivo geral é compreender a atuação de mulheres na garantia de direitos a educação formal e não formal no Quilombo de Tomé Nunes entre o período de 2004 a 2023. Para tanto, destaca-se a importância do papel da mulher quilombola na luta pelo território, fortalecimento da identidade e valorização

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

da cultura local. (Santos, *et al*, 2023). Logo, discutir sobre as perspectiva da representatividade de mulheres quilombolas e sua atuação na garantia de direitos a educação nas comunidades quilombolas é visibilizar a diversidade das comunidades de quilombos, na perspectiva da preservação, visibilidade e demarcação da sua identidade em suas diversas temporalidades.

## **PROBLEMA**

Segundo Minayo (2015, p. 32), “nada pode ser intelectualmente um problema, se não tiver sido, em primeiro lugar, um problema da vida prática”. Diante desta premissa, o problema norteador deste estudo tentará responder: como tem sido a atuação de mulheres na garantia de direitos a educação formal e não formal entre o período de 2004 a 2023 no Quilombo de Tomé Nunes-Malhada-Bahia?

## **OBJETIVO GERAL**

Compreender a atuação de mulheres na garantia de direitos a educação formal e não formal, no Quilombo de Tomé Nunes em Malhada-Bahia entre o período de 2004 a 2023.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Realizar um levantamento histórico da formação do território Tomé Nunes; Compreender a formação da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do território Tomé Nunes; Compreender a atuação de mulheres participantes da Associação dos Pequenos Produtores Familiares Remanescentes do Quilombo de Tomé Nunes na busca pela garantia de direitos a educação formal e não formal.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **METODOLOGIA**

Para a concretização da escrita inicial do Projeto de Pesquisa, optou-se pela abordagem qualitativa, pois ela permite compreender que o objeto de investigação está imerso num contexto político, histórico, cultural, social e econômico. Após estudos bibliográficos e/ou revisão literária, será realizado o levantamento documental na Associação dos Pequenos Produtores Familiares Remanescentes do Quilombo de Tomé Nunes, adotando a metodologia da pesquisa de campo que se dará por meio de observações, coletas, rodas de conversa, entrevistas semiestruturadas com mulheres participantes da Associação dos Agricultores e Agricultoras Familiares do território quilombola Tomé Nunes.

Será utilizado o método Materialismo Histórico Dialético, para compreender o papel da mulher no Quilombo de Tomé Nunes, pensando a educação em suas múltiplas dimensões, inclusive na educativa, para entender qual é o papel da mulher na luta pela garantia de direitos coletivos dentro do território quilombola e como ela atua na educação não formal e na institucionalização da educação formal. O processo de pesquisa com as mulheres quilombolas participantes do estudo se dará com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da UEG.

## **FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Pelas vivências e militância enquanto professora da educação básica, é notória a participação em movimentos sociais, sobretudo, das mulheres camponesas e quilombolas da região em relação à luta pelo rompimento da ideia de silenciamento que insiste em ser reverberada e normalizada como uma mazela social que precisa ser combatida, sobretudo pela necessidade de dar visibilidade às minorias socialmente marginalizadas. No âmbito das discussões refletiremos sobre o conceito de feminismo negro. (Sebastião, 2010), situado num contexto de luta feminista e combate ao racismo. Assim

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

também um debate sobre questões de gênero e raça, enquanto uma criação simbólica tem sido empregada para substituição a sexo, que se refere ao fato biológico e que classifica os sujeitos como macho e fêmea (Carneiro, 2019).

Portanto, discutir acerca da atuação de mulheres na garantia de direitos a educação formal e não formal, no Quilombo de Tomé Nunes em Malhada-Bahia, o aporte teórico, interage com os estudos de gênero e raça, debate teórico-filosófico e epistemológico do feminismo, movimento negro e invisibilidade das mulheres na perspectiva de gênero e raça, com ênfase em mulheres quilombolas, a partir de Collins (2016); Gomes (2018); Gonzales (1984). Outro conceito que será utilizado é o de de educação formal e não formal (Gadotti, 2005). Debater sobre a visibilidade das mulheres quilombolas, a partir de si mesmas, de seus discursos e produções femininas é necessário para modificar as estruturas sócias (Davis, 2016). Para Collins (2020), as mulheres negras, têm usado a interseccionalidade (Akotirene, 2018; Grosfoguel, et. al, 2020) como ferramenta analítica em resposta aos desafios, para refletir acerca da inseparabilidade estrutural entre patriarcado, sexismo, racismo e suas articulações (Collins, 2016).

## **DISCUSSÃO**

A cidade de Malhada, no estado da Bahia, localiza-se na mesorregião do Centro Sul Baiano (IBGE, 2021), no Território de Identidade Velho Chico, com dois territórios remanescentes de Quilombos: Parateca/Pau d'Arco e Tomé Nunes, certificado no ano de 2004 (CPISP, 2024). A ocupação econômica da comunidade de Tomé Nunes, de cunho escravocrata começou na primeira metade do século XVIII (Teixeira, 2010). Existem 410 pessoas e 130 famílias (CPISP, 2024) que vivem da agricultura familiar, da pesca, do extrativismo, há mais de 300 anos no mesmo local.

Para ajudar a conquistar seu território quilombola, os moradores organizaram a Associação dos Pequenos Produtores Familiares Remanescentes do Quilombo de Tomé Nunes, uma organização civil, sem fins lucrativos, fundada em 2004. Essa entidade,

### REALIZAÇÃO

possui um grande número de sócias que exercem diversas funções na Diretoria. Nesse ano de 2024, a presidência está por conta da liderança comunitária Joanita Dias de Brito. Muitos projetos e programas sociais e comunitários chegaram a comunidade através da associação. A Comunidade é dotada de alguns equipamentos: igreja, quadra poliesportiva, escola municipal, 01 ponto de leitura.

## REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade?** Belo Horizonte, MG: Letramento: Justificando, 2018.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Cidades IBGE**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/malhada/panorama>. Acesso em: 25 ago.2024.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro, 2019.

COLLINS, Patrícia Hill. **Pensamento Feminista Negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. Tradução Jamile Pinheiro Dias. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

CPISP. Tomé Nunes. Comissão Pró-Índio de São Paulo. São Paulo, 2024. Disponível em: <https://cpisp.org.br/tome-nunes/>. Acesso em: ago.2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

DEALDINA, S. S. (2020). Mulheres quilombolas: defendendo o território, combatendo o racismo e despatriarcalizando a política. *In*: S. S. Dealdina (org.), **Mulheres quilombolas: territórios de existências negras femininas** (p. 25-44). São Paulo: Sueli Carneiro: Jandaíra.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa social: Teoria, métodos e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.

NOVA, Adeildo Vila; SANTOS, Edjan Alves dos. **Mulheres Negras: histórias de resistência, de coragem, de superação e sua difícil trajetória de vida na sociedade brasileira**. Duque de Caxias, 2013.

SANTOS, J.F.;LIMA, J.C.F.S; SANTOS, L.M;BIANCHESSI, Cleber (org.) **Mulheres do Brasil: empoderamento, resistência e (im)possibilidade – vol. 4, 1.ed.**Curitiba:Editora Bagai, 2023. p. 107. E-book. DOI:10.37008/978-65-5368-324.15.12.23. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/742151/2/Mulheres%20do%20Brasil%20-%20Vol.%204.pdf>. Acesso em: 28 ago.2024.

SEBASTIÃO, Ana Angélica. Feminismo Negro e suas práticas no campo da cultura. **Revista da ABPN**, vol.1, n. 1, mar-jun, 2010.

TEIXEIRA. Leila Maria Prates. **Comunidade de Tomé Nunes: memória e construção identitária do alto sertão baiano**. Dissertação. Santo Antônio de Jesus/Bahia. UNEB, 2010. Disponível em: <http://www.ppghis.uneb.br/wp-content/uploads/2019/04/Leila-Maria-Prates-Teixeira.pdf>. Acesso em: ago. de 2024.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **A SECULARIZAÇÃO DA CULTURA: O QUE A ESCOLA TEM A VER COM ISSO?**

Mestranda: Marcilene Alves Vieira

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Liliane Barros de Almeida

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação Humana**

A secularização da cultura na construção de uma sociedade laica e autônoma constitui a temática da presente pesquisa. Diante disso, é necessário analisar e questionar: como a secularização pode influenciar a forma como educamos as gerações, promovendo uma sociedade mais libertária e autônoma? Este é um projeto de pesquisa de mestrado que tem como problema principal a ser investigado, o de como a secularização da cultura pode impactar a sociedade, que é laica, autônoma, libertária, no contexto da educação escolar. Para tanto, do ponto de vista metodológico, pretende-se realização de uma pesquisa qualitativa bibliográfica.

De onde viemos, para onde vamos, o que somos e o que nos forma são questões presentes no cotidiano da humanidade, desde os tempos mais remotos. Os homens buscam compreender o sentido de sua existência e encontrar a melhor forma de convivência em sociedade. Inúmeras são as perspectivas dessas discussões que podem desaguar em resultados diversos e em posteriores questionamentos e importantes desdobramentos.

Objetivamos, então, investigar as implicações da secularização da cultura à escola visando a formação humana autônoma e identitária. De modo específico, buscamos analisar conceitos e sentidos que perpassam pela concepção de educação e formação humana a partir de uma perspectiva histórica brasileira; investigar a laicidade no sistema educacional; identificar como se configura o ensino religioso no currículo escolar.

### REALIZAÇÃO

A relação que existe entre laicidade, cultura e educação é caracterizada por Silveira (2021) como longa e complexa, cheia de influências que partem de vários os campos, cultural, social, econômico e político. Nesse sentido, Cunha (2016) aponta a secularização sendo referente a cultura e já a laicidade em outro sentido, estando relacionada ao Estado. Para Cunha (2016) a cultura está interligada a um sistema hierarquizado, pois, pode-se entender que há a dominada e a dominante, e ao falar de secularização o autor traz a partir da cultura dominante por ser aquela que faz com que a cultura dominada reproduza o que a dominante impõe.

O termo laicidade que é frequentemente usado e falado, principalmente quando é sobre direitos e deveres da sociedade traz consigo a importância de sua compreensão, de que esse termo diz respeito a retirada do âmbito religioso daquilo que é público como aponta Cunha (2016). Todavia para que essa temática seja abordada e discutida é essencial a compreensão de alguns termos, como por exemplo, laicidade no contexto da sociedade brasileira. Cunha (2023, p. 15) aponta que:

Na construção do Estado laico, cada país monta diferentes articulações entre essas finalidades e os meios para atingi-las. Ou desarticulações, o que é mais comum. No Brasil, é fácil constatar que a liberdade de consciência e de manifestação, assim como igualdade e não discriminação dos indivíduos, são amplas para os cristãos, mas negadas aos afro-brasileiros, misturando-se elementos religiosos ao racismo remanescente do regime escravista. Ademais, a separação entre o campo político e o campo religioso reduziu-se muito nos últimos anos [...].

Habermas e Ratzinger (2007) nos encaminha à reflexão sobre em que medida a razão, a religião e os aspectos culturais nesses envolvidos podem afetar a constituição de uma sociedade de direito pleno justamente por todos esses termos estarem sob a subjetividade humana do que é fundamentalmente moral e ético. Fato é que razão e religião estão intrinsecamente correlacionados ao processo de formação humana, assim como seus reflexos no âmbito geopolítico. Não por se tratar de “razão e emoção”

#### REALIZAÇÃO

como o senso comum costuma discutir, mas sim por abarcar a formação humana em busca do éthos de autorregulação em sociedade.

A palavra laicidade vem do termo laico que por sua vez originou-se do substantivo grego *laós/laou*, que significa povo ou multidão de pessoas. Dentro do latim vulgar, o termo *laico*, popularizou-se como a palavra leigo (Cury, 2018). Assim, pensando no Brasil como um país laico compreende-se que o regime social e político do Estado deve ser legitimado a partir da soberania do povo, e não com base em elementos religiosos, como outrora ocorria (Blancarte, 2008). Todavia, frente ao cenário vivenciado nos últimos anos, é difícil afirmar que o Estado brasileiro seja laico, pois, existe uma nítida articulação entre política e religião no país que evidência na existência de parlamentares católicos ou evangélicos e a presença de termos religiosos em *slogans* de campanhas políticas (Guidotti, 2019).

Até a Constituição de 1988, ocorreram importantes movimentos que abordavam a questão da interferência religiosa nas questões do Estado, e embora a liberdade de culto continue sendo assegurada, assim como a secularização, foi possibilitada a colaboração recíproca entre estado e organizações religiosas. Com isso, brechas foram abertas e relações promiscuas cruzadas entre ambas as instituições, resultando em ações de proselitismo religioso e uso do dinheiro público para pagamento de serviços prestados pela Igreja (Guidotti, 2019).

No âmbito escolar, os mesmos aspectos históricos refletem no sistema educacional e norteiam grande parte das discussões e conflitos, conforme é apresentado a seguir Destacam-se dentro destes movimentos, o Escola sem Partido<sup>1</sup>, movimento *Homeschooling* o movimento de militarização<sup>2</sup>, que apesar de apresentarem pressupostos

- 
- 1 Escola sem Partido: movimento tecnicista que caracteriza o professor como um agente que nas salas de aula deve reproduzir e instruir os alunos, evitando a suposta “doutrinação política”, ou seja, discussões de temas relacionados a gênero e política dentro do ambiente escolar (Moura, 2020).
  - 2 Movimento de militarização: tem como base a ideia que a presença de corporações militares nas escolas contribuirá na resolução de problemas que interfiram na ordem e disciplinas das instituições de ensino, entretanto, o pressuposto é falso, logo, tais problemas não podem ser sanados com métodos tão simplórios (Santos; Claras, 2020).

REALIZAÇÃO

a favor de um sistema educacional “melhor”, são iniciativas “contra-laicas” que surgiram da associação entre estado e igreja, principalmente com cristãos reacionários e católicos conservadores (Silveira, 2021).

A intolerância religiosa resulta da não aceitabilidade da religião alheia, associada a ato de subordinar a crenças religiosas de outrem a imagem e semelhança do que para um determinado indivíduo ou grupo é considerado aceitável. Além dessa problemática, esse processo não acontece de forma pacífica, sendo constantemente marcado por situações de violência verbal e física. Sua principal característica é a “perseguição religiosa que consiste numa constante e permanente desqualificação da religiosidade do outro [...]” (Gualberto, 2011, p. 11).

Embora sejam casos cotidianos, é importante que esteja claro dentro das escolas que a intolerância religiosa é crime, conforme apresenta o Código Penal,

Art. 208 – Escarnecer de alguém publicamente, por motivo de crença ou função religiosa; impedir ou perturbar cerimônia ou prática de culto religioso; vilipendiar publicamente ato ou objeto de culto religioso:

Pena – detenção, de um mês a um ano, ou multa.

Parágrafo único – Se há emprego de violência, a pena é aumentada de um terço, sem prejuízo da correspondente à violência (Brasil, 1988).

Assim, no contexto educacional, é essencial que a intolerância religiosa seja discutida e debatida. A educação escolar deve sempre priorizar por um ambiente no qual a formação seja priorizada e um dos principais fatores que impactam diretamente esse processo é a violência, seja ela direta ou estruturada. Além disso, a violência inviabiliza o trabalho dos professores, refletindo no resultado geral da escola (Melo; Santos; Silva, 2019).

Para tanto, este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental, uma vez que, por intermédio do contato direto e interativo do pesquisador com o objeto de pesquisa novos conhecimentos serão adquiridos a fim de se responder a pergunta e os objetivos do estudo (Dynewicz, 2007). Os dados obtidos por meio

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

da pesquisa de natureza qualitativa ao final, depois de analisados, são expressos por meio de textos e imagens e se interligam com os dados publicados por outros autores estudiosos da área.

Portanto, compreendemos que o ambiente escolar frequentemente se torna palco de manifestações de intolerância religiosa, resultando na quebra das relações baseadas no diálogo. Este fenômeno, intrinsecamente ligado à complexidade humana, afeta todas as esferas da vida social, intensificando-se sobre grupos minoritários. A intolerância religiosa surge da não aceitação das crenças alheias, muitas vezes acompanhada de violência verbal e física, refletindo uma constante desqualificação da religiosidade do outro. Nesse sentido, manifesta-se na sociedade como insultos, destruição de símbolos religiosos e estigmatização de grupos religiosos minoritários, mesmo que estes atos sejam criminalizados e assegurados pelo Código Penal.

## REFERÊNCIAS

- BLANCARTE, R. O porquê de um Estado laico. *In*: LOREA, R. A. (org.). **Em defesa das liberdades laicas**. Porto Alegre: Livraria dos Advogados Editora, 2008.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- CUNHA, Luiz Antônio. **O projeto reacionário de educação**. Rio de Janeiro: Edição do Autor, 2016.
- CUNHA, Luiz Antônio. Os atravessamentos religiosos no campo das políticas públicas. (org.). **O que é Estado Laico?** Rio de Janeiro: UFRJ, CFCH, Escola de Serviço Social, 2023.
- CURY, C. R. J. Por uma concepção do Estado Laico. *In*: D'AVILA-LEVY, C. M.; CUNHA, L. A. (org.). **Embates em torno do Estado laico**. São Paulo: SBPC, 2018.
- DYNIWICZ, A.M. **Metodologia da pesquisa em saúde para iniciantes**. São Caetano do Sul: Difusão, 2007.
- GUALBERTO, M. A. M. **Mapa da Intolerância Religiosa Violação ao Direito de Culto no Brasil – 2011**. Editoração eletrônica: Multiplike – Tecnologia|Informação|Comunicação. 2011.
- GUIDOTTI, V. H. R. Laicidade e educação em direitos humanos: alguns apontamentos em face à intolerância religiosa. **Geofronter**, v. 1, n. 5, p. 90-111, 2019.
- HABERMAS, Jurgen; RATZINGER, Joseph. **Dialética da secularização: sobre razão e religião**. (org.) Florian Schuller. São Paulo: Ideias & Letras, 2007.
- MELO, G. A. N.; SANTOS, A. Q.; SILVA, C. J. S. Gestão escolar e parceiros – elementos imprescindíveis na promoção da paz no ambiente escolar, com vistas a aprendizagem. **Revista Sustinere**, v. 7, n. 1, p. 185-202, 2019.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

MOURA, F. 5 teses corretas sobre o Escola Sem Partido. *In*: LIMA MENDONÇA, S. G. *et al.* (org.). **(De)formação na escola**: desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

SANTOS, C. de A; CARA, D. T. Militarização das escolas públicas no Brasil e o financiamento: da educação como um direito à educação como privilégio. *In*: LIMA MENDONÇA, S. G. *et al.* (org.). **(De)formação na escola**: desvios e desafios. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2020.

SILVEIRA, E. S. Estado laico, ensino religioso e intolerância: os desafios da educação pública. **Educação, Educação & Sociedade**, v. 14, n. 16, p. 1-25, 2021.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **FORMAÇÃO TECNOLÓGICA E CRÍTICA NA PRÁTICA DOCENTE: UM ESTUDO COM PROFESSORES DE INHUMAS**

Mestrando: Márcio Santos Zuffa

Orientador: Prof. Dr. Made Junior Miranda

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação**

O uso de tecnologias no ambiente educacional é uma realidade crescente na sociedade contemporânea. No entanto, é essencial compreender que as ferramentas tecnológicas, por si só, não garantem a formação de conceitos ou o desenvolvimento integral dos alunos e professores. As tecnologias educacionais, quando bem integradas ao processo de ensino-aprendizagem, podem contribuir significativamente para o desenvolvimento intelectual, cognitivo e social dos envolvidos. Para que isso ocorra, é necessária uma abordagem consciente e crítica, que reconheça as tecnologias como produtos da ação humana e não como agentes autônomos de transformação.

Dessa forma, a formação de professores deve privilegiar a educação tecnológica como um recurso capaz de apoiar o processo de desenvolvimento, desde que inserida em uma prática pedagógica intencional e reflexiva. A formação contínua dos docentes é, portanto, fundamental para que eles se tornem mediadores eficazes do uso dessas tecnologias, garantindo que as ferramentas tecnológicas não sejam vistas como fins em si mesmas, mas como instrumentos que potencializam a aprendizagem. Isso envolve o desenvolvimento de uma consciência crítica tanto por parte dos professores quanto por parte dos alunos, de modo a compreender que, embora as tecnologias possam apoiar tendências pedagógicas contemporâneas, elas também podem servir a interesses ideológicos dominantes se não forem usadas com discernimento e autonomia.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Assim, esta pesquisa justifica-se pela necessidade de investigar como a formação continuada pode qualificar os docentes para usar tecnologias educacionais de forma crítica, considerando tanto seu potencial de transformação quanto seus limites.

A ausência de disciplinas voltadas para o uso pedagógico de tecnologias em muitos cursos de graduação em Educação reforça essa demanda, levando os professores a buscar qualificação em cursos de pós-graduação e especializações, muitas vezes oferecidos por plataformas digitais, como forma de suprir essa lacuna. Desta forma, este estudo visa contribuir para a formação de uma prática pedagógica que valorize a autonomia dos sujeitos no processo de aprendizagem, colocando as ferramentas tecnológicas a serviço do desenvolvimento humano integral e da construção de uma educação verdadeiramente emancipadora.

O problema central desta pesquisa é examinar como os professores adquirem e desenvolvem o conhecimento e as habilidades necessárias para usar as tecnologias educacionais de forma consciente e crítica. Embora o uso dessas ferramentas seja cada vez mais demandado no cenário educacional contemporâneo, muitas formações de docentes ainda não contemplam de maneira adequada as necessidades da prática pedagógica no que tange à integração autônoma e reflexiva das tecnologias digitais.

Ademais, a utilização dessas tecnologias pode ocorrer de forma superficial, sem a devida consideração sobre suas limitações e seu potencial para promover uma prática educativa mais significativa. Isso cria o risco de que o uso das ferramentas seja limitado a sua funcionalidade técnica, sem reflexão crítica sobre o seu impacto.

Nesse contexto, a pesquisa busca explorar de que forma a educação tecnológica pode contribuir para o desenvolvimento integral de professores e alunos, sem perder de vista a importância de uma abordagem crítica quanto ao papel dessas ferramentas. O desafio não reside apenas em ensinar o uso dessas tecnologias, mas também em fomentar uma reflexão profunda sobre seu caráter social e ideológico, de modo que seu emprego no processo de ensino-aprendizagem contribua para um ambiente educacional que não reforce estruturas de poder, mas promova a emancipação intelectual.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **OBJETIVO GERAL**

Analisar como os docentes adquirem e consolidam o conhecimento necessário para integrar tecnologias educacionais ao processo de ensino-aprendizagem, considerando as implicações críticas e pedagógicas dessas ferramentas.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

Investigar os recursos de aprendizagem disponíveis para a formação docente em tecnologias educacionais, considerando cursos de graduação, pós-graduação e formações contínuas. Mapear as principais tecnologias utilizadas em ambientes educacionais e como elas são aplicadas nas práticas pedagógicas. Examinar como a formação tecnológica dos docentes pode ser orientada para a reflexão crítica sobre o uso dessas ferramentas, reconhecendo tanto seu potencial pedagógico quanto suas limitações e implicações sociais. Identificar os desafios enfrentados pelos professores na implementação dessas tecnologias e propor estratégias que favoreçam uma prática pedagógica reflexiva e consciente.

A Teoria do Ensino Desenvolvimental, proposta por Vasili Davíдов, oferece um modelo educacional que prioriza o desenvolvimento das capacidades teóricas dos estudantes, indo além da mera memorização de conteúdos. De acordo com Davíдов (1999), o ensino deve promover a reflexão, a análise e a abstração, com o objetivo de que os alunos não apenas internalizem conhecimentos, mas também sejam capazes de desenvolver habilidades cognitivas superiores, necessárias para o pensamento teórico. Isso se alinha diretamente com a problemática desta pesquisa, que busca entender como os professores podem ser capacitados para usar tecnologias educacionais de maneira crítica e consciente, promovendo o desenvolvimento integral de seus alunos.

No contexto do ensino com tecnologias educacionais, a formação de docentes, segundo essa perspectiva, não deve se limitar ao ensino técnico do uso das ferramentas, mas deve ser orientada para uma reflexão crítica sobre o papel social e ideológico

### REALIZAÇÃO

dessas tecnologias no processo de ensino-aprendizagem. O uso de ferramentas educacionais deve ser entendido como parte de uma prática pedagógica que, conforme Davídov, permite a formação de conceitos científicos por meio da atividade prática e da interação entre sujeito e objeto.

Libâneo (2012), em consonância com Davídov, argumenta que o ensino precisa articular a apropriação ativa do conhecimento com o desenvolvimento das capacidades mentais dos alunos, criando sujeitos críticos e reflexivos, aptos a atuar de maneira transformadora na sociedade. Isso implica que a formação de professores deve integrar a compreensão teórica com a prática pedagógica, capacitando-os a usar as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) não apenas como suporte técnico, mas como mediadores do desenvolvimento cognitivo e social dos alunos.

Ainda no campo da formação docente, Freitas e Rosa (2014) defendem uma reformulação no currículo dos cursos de formação de professores, sugerindo que, para que os alunos desenvolvam competências críticas, é necessário que os professores integrem abordagens didáticas que considerem tanto o desenvolvimento teórico quanto às necessidades concretas da prática de ensino. Essa visão está em sintonia com a Teoria do Ensino Desenvolvimental, que coloca a atividade como centro do processo de formação de conceitos.

A política educacional brasileira, através da Lei nº 14.180/21, que estabelece a Política de Inovação Educação Conectada, busca promover a equidade no acesso às tecnologias educacionais. No entanto, embora essa legislação tenha ampliado o acesso a ferramentas tecnológicas, a formação dos professores em TICs e tecnologias assistivas ainda apresenta deficiências. Isso reforça a necessidade de uma formação docente que não se limite ao uso técnico dessas ferramentas, mas que as utilize de maneira crítica, favorecendo a inclusão e o desenvolvimento de todos os alunos, especialmente aqueles com deficiência, conforme preconiza a política de educação inclusiva.

Em suma, este referencial teórico fundamenta-se na integração entre a formação crítica dos professores e o uso consciente das tecnologias educacionais. A partir da

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Teoria do Ensino Desenvolvimental, o objetivo é que as tecnologias sejam empregadas como mediadoras do desenvolvimento cognitivo e da formação crítica, sem perder de vista suas implicações sociais e ideológicas

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa, com foco na análise bibliográfica e documental, ancorada no referencial teórico da Teoria do Ensino Desenvolvimental de Vasili Davídov (1986) e na discussão crítica sobre o uso de tecnologias educacionais. A análise será realizada com base em artigos científicos, livros, dissertações, teses e documentos legais sobre a formação docente e a implementação de tecnologias no ensino.

A coleta de dados bibliográficos incluirá buscas em bancos de teses, artigos científicos, além de documentos oficiais, como a Lei nº 14.180/21, que trata da equidade no acesso a tecnologias nas escolas públicas. Complementarmente, será realizada uma investigação empírica através de entrevistas com professores de uma escola pública de Inhumas, buscando compreender suas percepções sobre o uso de ferramentas tecnológicas no processo de ensino e como esses docentes têm adquirido ou deixado de adquirir as competências necessárias para utilizar tais ferramentas de maneira crítica e consciente, conforme sugerido pelos pressupostos teóricos.

Esse método permitirá explorar como os professores desenvolvem (ou não) a capacidade de integrar as tecnologias educacionais de forma crítica e autônoma, sem depender exclusivamente das ferramentas, mas também refletindo sobre suas implicações sociais e ideológicas, conforme destacado na Teoria do Ensino Desenvolvimental. Além disso, a pesquisa buscará identificar como as lacunas formativas na graduação influenciam a prática pedagógica, forçando os docentes a buscar alternativas de qualificação para fazer um uso consciente da tecnologia em suas atividades.

A formação adequada de professores no uso de tecnologias educacionais é essencial para que possam exercer seu papel de mediadores do conhecimento de forma eficiente e crítica. A habilidade de integrar a tecnologia ao contexto pedagógico vai além do domínio técnico; trata-se de uma formação que prepara o docente para fomentar o desenvolvimento cognitivo e teórico dos alunos, conforme a Teoria do Ensino

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Desenvolvimental de Davídov. O conceito de letramento digital surge, portanto, como fundamental para preparar alunos para um mundo contemporâneo marcado pela crescente importância das habilidades digitais, mesmo que muitas vezes a educação formal não contemple de maneira adequada tais demandas.

A pesquisa revela a urgência de uma formação continuada para os professores, dado que as tecnologias evoluem constantemente e, sem atualizações frequentes, os educadores correm o risco de ficarem desatualizados, o que compromete o processo de ensino-aprendizagem. Isso se alinha à proposta de Davídov, que enfatiza a necessidade de uma formação que promova o desenvolvimento teórico dos sujeitos, transformando-os em protagonistas de seu aprendizado. A formação continuada deve, então, garantir que os professores não apenas dominem as ferramentas tecnológicas, mas compreendam seu papel social e ideológico, de forma a usá-las criticamente para o avanço do processo educacional.

A formação docente deve ser pensada como um processo dinâmico, capaz de integrar reflexões teóricas sobre o uso da tecnologia e seu impacto na sociedade, garantindo que seu uso não reproduza apenas práticas superficiais, mas contribua efetivamente para a transformação educativa e social.

Este projeto de pesquisa visa ampliar o debate sobre a formação docente e o uso de tecnologias educacionais, destacando a importância de uma formação continuada que vá além do uso técnico das ferramentas. A partir da perspectiva da Teoria do Ensino Desenvolvimental, argumenta-se que os professores, por meio de uma formação crítica e fundamentada, podem desempenhar um papel transformador no processo educacional, promovendo a inclusão e a equidade, especialmente nas escolas públicas.

Além disso, o estudo revela a necessidade urgente de reestruturar os currículos dos cursos de formação de professores, incluindo disciplinas que integrem a reflexão teórica e prática sobre o uso das tecnologias na educação. Essa integração permitirá que os docentes estejam mais bem preparados para os desafios contemporâneos,

#### REALIZAÇÃO

desenvolvendo competências que os capacitem a usar a tecnologia de forma consciente, crítica e voltada para o desenvolvimento integral dos alunos.

Por fim, a pesquisa aponta que, ao capacitar os professores com uma formação que aborde tanto os aspectos pedagógicos quanto os socioculturais da tecnologia, será possível promover um ensino que realmente contribua para a formação de sujeitos capazes de interpretar e transformar a realidade, em consonância com os princípios defendidos por Davídov e os desafios educacionais atuais.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.180, de 01 de julho de 2021.** Institui a Política de Inovação Educação Conectada e dá outras providências. Disponível em: <https://www.planalto.gov>. Acesso em: 10 out. 2024.

DAVIDOV, V. V. **Problems of Developmental Instruction: A Theoretical and Experimental Psychological Study.** Moscow: Progress Publishers, 1986.

DAVIDOV, V. V. **The Content and Structure of Educational Activity in Relation to Goals and Methods of Teaching. Educational Research and Practice,** Moscow, 1999.

FREITAS, L. C.; ROSA, S. A. **Formação docente: perspectivas e desafios.** São Paulo: Cortez, 2014.

LIBÂNEO, J. C. **O ensino e as necessidades dos alunos: A dialética entre conteúdo e desenvolvimento mental.** Revista Brasileira de Educação, 17 (50), 131-150, 2012.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **LINGUAGEM E FORMAÇÃO HUMANA: UMA ANÁLISE DISCURSIVA DE PUBLICIDADES SOBRE EDUCAÇÃO DO GOVERNO TEMER**

Mestranda: Natália Costa Azevedo de Faria

Orientador: Prof. Dr. Wesley Luis Carvalhaes

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação**

Agência de Fomento: CAPES

A educação brasileira pós-golpe de Estado, em 2016, entrou em declínio. Notou-se uma regressão, desestruturação e desmonte da política pública educacional neste período. De acordo com Araújo (2021), o governo de Michel Temer afirmou por meio da Medida Provisória nº 726 de 2016, que iria modernizar a educação básica, promover a amplitude do Movimento Escola sem Partido, consolidar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e reformar o Ensino Médio. Evidentemente, diante desse cenário, a educação passava por um processo de transformação a partir da qual vários discursos surgiram, especialmente sobre como deveria ser ofertada em suas diversas instâncias.

O governo Temer instaurou uma percepção de que a educação deveria ter um “salto” em sua qualidade e que a escola deveria ser uma aliada para a formação integral do estudante. Em uma de suas falas, durante a Cerimônia de Lançamento do Novo Ensino Médio<sup>1</sup>, no Palácio do Planalto, Temer (2016) foi favorável à nova proposta, dizendo que os estudantes deveriam ter opções curriculares e não imposições.

O discurso do poder da escolha curricular aparentemente é sedutor, todavia essa decisão pode prejudicar os sujeitos escolares em um futuro próximo. Com o Novo Ensino Médio (NEM), as únicas disciplinas obrigatórias são Língua Portuguesa e Matemática,

---

1 BRASIL. Presidente (2016-2018: Michel Temer). **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Lançamento do Novo Ensino Médio** – Palácio do Planalto. Brasília, 26 set. 2016.

as outras disciplinas, geralmente, estão dentro dos itinerários formativos. A partir disso, os estudantes podem escolher, teoricamente, as disciplinas e conteúdos pré-definidos. Entretanto, um dos prejuízos encontrados nessa possibilidade de escolha é a perda de alguns conhecimentos a depender da escolha de cada estudante, pois a escolha de um itinerário provoca a perda do outro. Em paralelo, vale ressaltar que há uma deficiência no ensino dos itinerários formativos porque, muitas vezes, os professores precisam lecionar conteúdos que não são de sua formação. Diante desse cenário, é pertinente destacar que o poder da escolha curricular pode trazer danos prejudiciais tanto ao ensino quanto ao aprendizado.

O presente projeto é fruto de questionamentos sobre como a educação foi discutida/ abordada durante o governo Temer, propondo-se a analisar os enunciados das publicidades institucionais relacionadas à educação sob a perspectiva dos estudos do discurso.

Para iniciar a discussão sobre como se pretende analisar o discurso que emerge nas campanhas, faz-se necessário compreender o conceito de discurso. Segundo Fernandes (2008), discurso é como uma exterioridade, não é língua (gem) em si, mas precisa dela para ter existência material, ocorre por meio de uma materialidade linguística (verbal e/ou não verbal), fundamenta-se em um, ou vários sistemas linguísticos e/ou semióticos estruturalmente elaborados. O discurso é encontrado no social, pode se materializar em diferentes formatos e/ou semioses.

Nessa perspectiva, as campanhas publicitárias materializam discursos sobre a educação, podendo engendrar práticas sociais cuja problematização pode ser feita por estudos como o que aqui é proposto. O *corpus* deste trabalho configura-se como enunciados verbo-visuais, cuja investigação requer a utilização de mídias digitais e os recursos presentes na internet, já que os textos publicitários em tela têm como suporte a relação entre a linguagem verbal e outras linguagens.

Assim, pretende-se analisar campanhas publicitárias e investigar os efeitos de sentido presentes nos enunciados relacionados à educação, pois é necessário pesquisar

#### REALIZAÇÃO

como as ações de *marketing* estão abrangendo a educação. A campanha publicitária é um gênero que permeia processos mais elaborados em um período específico, podendo ser analisada a fim de se perceber como o governo Temer concebe educação e formação humana e como o próprio governo constitui uma autoimagem nesses discursos.

A pesquisa proposta visa analisar o discurso das campanhas publicitárias sobre a educação durante o governo Michel Temer, investigando a intencionalidade e os efeitos desses discursos. Desse modo, essa proposta de pesquisa tem como questão-problema: Qual a intencionalidade dos discursos presentes nas campanhas publicitárias sobre educação no período do governo Michel Temer? Para responder a essa questão, utilizaremos os estudos da Análise do Discurso (AD). A pesquisa busca propor uma reflexão crítica sobre os sentidos da educação promovidos pela publicidade e tentar entender se essas representações se concretizam na realidade. A escolha do período Temer se justifica pela inovação e mudanças no cenário educativo desse contexto histórico, permitindo uma análise detalhada das campanhas e seu impacto na compreensão e valorização da educação. A pesquisa também questiona se os discursos publicitários colaboram para a formação humana ou dificultam esse processo, e destaca a importância do pensamento crítico na formação dos profissionais de educação. É de suma importância compreender os discursos que estão entremeados na hipermídia sobre a educação e evidenciar como a interpretação é fundamental para evitar a alienação dos sujeitos envolvidos no campo da educação.

Para tratar das intenções propostas pela pesquisa, serão apresentadas as metas para alcançar os resultados por meio do estudo a ser realizado. Considerando o tema a ser investigado, a pesquisa tem como objetivo geral: analisar os discursos sobre educação e formação humana materializados em enunciados publicitários sobre educação do governo de Michel Temer. Para alcançar o objetivo geral desta pesquisa, alguns objetivos mais específicos devem ser atingidos, a saber: estudar, compreender e problematizar os conceitos do campo discursivo; mapear os discursos e interdiscursos

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

constitutivos das campanhas publicitárias; e por fim, investigar a concepção de educação e de formação humana que se materializa nos enunciados do *corpus* desta pesquisa.

Para compreender a constituição de um enunciado, é preciso entender o que está explícito e o que não está. Nas palavras de Foucault (2004, p. 28), “todo discurso manifesto repousaria secretamente sobre um já-dito; e que este já-dito não seria simplesmente uma frase já pronunciada, um texto já escrito, mas um jamais-dito”. Em outras palavras, todo discurso já foi dito, mas foi dito de outra maneira. Vale ressaltar que todo discurso, de modo opaco, dado a ser desvelado, retoma um já-dito, é produzido no social e se materializa na multiplicidade da linguagem.

Assim, faz-se necessário retomar algo já dito para produzir um novo comentário/ discurso. Diante dessas considerações, destaca-se a importância dos conceitos da Análise do Discurso. Entre eles, destaca-se a concepção de formação discursiva que traduz a correlação entre os enunciados, os quais, “diferentes em sua forma e dispersos no tempo, formam um conjunto quando se referem a um único e mesmo objeto” (Foucault, 2004, p. 36), em uma dada ordem de discursos.

A metodologia, no âmbito da Análise do Discurso, compreende o discurso como um processo em construção, analisando-o a partir de um *corpus* com regularidades enunciativas. Desse modo, será feita uma curadoria sobre os conceitos imbricados na Análise do Discurso francesa e nos estudos dialógicos, mais especificamente, na perspectiva foucaultiana e na bakhtiniana, para estudar e compreender as diferentes concepções que norteiam o discurso. Assim, será construído um aparato teórico-metodológico para observar os sentidos e que emergem do discurso, ou seja, compreender o ponto de vista, questionar o objetivo do enunciado e a sua intencionalidade.

Nesta pesquisa, pretende-se coletar as campanhas publicitárias por meio da mídia e realizar uma análise de dados sobre os enunciados. Em suma, para analisar as propagandas e os discursos, será feita uma pesquisa de cunho investigativo, buscando dados empíricos na hipermídia para serem analisados. Ao analisar um discurso, observam-se e mapeiam-se as ideologias presentes, os valores e os princípios do falante.

#### REALIZAÇÃO

Para realizarmos nosso trabalho, utiliza-se uma fundamentação teórico-metodológica baseando-se nos estudos de Foucault (2004) e Fernandes (2008), no âmbito da Análise do Discurso Francesa, e de Bakhtin (2010; 2011) e Volóchinov (2018), no âmbito dos estudos dialógicos. Também abordamos a significação de gênero discursivo na perspectiva de Bakhtin (2011). Além disso, utilizamos Santos e Malanchen (2017) para compreender as instâncias governamentais e a Constituição Federal de 1988 para reafirmar os direitos e deveres do Estado em relação à educação.

A pesquisa encontra-se em fase inicial, visto que os estudos do referencial teórico estão sendo realizados. Durante a disciplina de Seminário I, realizou-se um levantamento bibliográfico sobre a literatura já produzida no site Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e foram encontradas, a partir dos descritores: “Linguagem e Formação Humana”, 909 arquivos, sendo 589 dissertações, 320 teses; “Campanhas publicitárias e governo”, 24 arquivos, sendo 17 dissertações, 7 teses; “Novo Ensino Médio e propagandas”, sendo 10 dissertações, 4 teses; “Governo Temer e educação”, delimitação por título, arquivo 1, dissertação. A partir desta revisão de literatura, observa-se que as produções encontradas podem contribuir para a escrita do trabalho. A partir dessa busca, nota-se que não há muitas pesquisas que desenvolveram a temática proposta.

## REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Luciene. Na teoria, modernização; na prática, regressão: política educacional no governo Temer. **Revista Linhas Críticas**, Rio Grande do Norte, v. 27, n. 35696, p. 1-19, mar. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/lc.v27.2021.35696>. Acesso em: 15 set. 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Para uma filosofia do ato responsável**. Trad.: Valdemir Miotello e Carlos Alberto Faraco. São Carlos: Pedro e João Editores, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. Trad. Paulo Bezerra. 6. ed. São Paulo: WMF; Martins Fontes, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília (DF): Presidência da República, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 1 jan. 2017.

BRASIL. **Medida Provisória nº 746, de 22 de setembro de 2016** (Institui a Política de Fomento

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral). Brasília (DF): Presidência da República, Casa Civil, 2016. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/mpv/mpv746.htm). Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Presidente (2016 – 2018: Michel Temer). **Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Lançamento do Novo Ensino Médio – Palácio do Planalto.** Brasília, 26 set. 2016. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/michel-temer/discursos-do-presidente-da-republica/discurso-do-presidente-da-republica-michel-temer-durante-cerimonia-de-lancamento-do-novo-ensino-medio-palacio-do-planalto>. Acesso em: 22 set. 2016.

FERNANDES, Cleudemar A. **Análise do discurso:** reflexões introdutórias. São Carlos: Claraluz, 2008.

FOUCAULT, Michel. **A Arqueologia do saber.** Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2004.

SANTOS, Sílvia Alves dos; MALANCHEN, Julia. **O golpe parlamentar de 2016 e o reordenamento da hegemonia burguesa.** In: LUCENA, Carlos; PREVITALI, Fabiane Santana;

LUCENA, Lurdes (org.). **A crise da democracia brasileira.** Uberlândia: Navegando Publicações, 2017. p. 162-173.

VOLÓCHINOV, Valentin. **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Sheila Grillo e Ekaterina Vólkova Américo. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2018.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **CURRÍCULO E EDUCAÇÃO INFANTIL NA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE GOIÂNIA: PARA PENSAR A LEITURA LITERÁRIA COMO DIREITO DAS CRIANÇAS**

Mestranda: Patricia Lapot Costa

Orientador: Prof. Dr. Claudio Pires Viana

**Linha de pesquisa 2: Cultura, Escola e Formação**

Partindo da compreensão de que a Educação Infantil (EI) é a primeira etapa da Educação Básica (EB) e direito da criança, um importante tempo/espço para a constituição do sujeito criança, de interações, partilhas, produção cultural, acesso aos conhecimentos do patrimônio da humanidade e ainda como “Lugar também de possibilidade da experiência do encontro”, (Castelo Branco e Corsino, 2020, p. 5) é que se propõe o desenvolvimento desta pesquisa.

Os estudos e a experiência como profissional da Educação Infantil há mais de 20 anos, sempre na Rede Municipal de Educação de Goiânia (RME), oportunizaram o acompanhamento do processo de consolidação do atendimento a esta etapa da EB, nas unidades educacionais da RME.

Nesta trajetória, o estudo de diversos documentos oportunizou compreender alguns conceitos importantes. No documento “Infâncias e Crianças em Cena: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação”, está registrado que “a educação de qualidade é um direito de todas as crianças” (Goiânia, 2014, p. 17).

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (DCNEI), de 2010, um importante documento nacional que vem sendo sistematicamente referenciado nos estudos e nas ações da RME, aponta no seu artigo 7º os direitos civis, humanos e sociais das crianças, a serem garantidos também na EI.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que retoma as DCNEI, tendo as interações e a brincadeira como eixos estruturantes do currículo da EI, aponta seis direitos de aprendizagem e desenvolvimento – Conviver, Brincar, Participar, Explorar, Expressar e Conhecer-se – que asseguram as condições para que as crianças aprendam e se desenvolvam.

Já o Documento Curricular para Goiás Ampliado (DC GO), desdobramento da BNCC, tem seu volume I destinado à EI do território goiano. Tal documento amplia as discussões propostas pela BNCC, retomando o que está posto em outros documentos e aponta que a EI deve oferecer às crianças um atendimento de qualidade social, garantindo a elas o direito de viver suas infâncias no contexto da unidade educacional.

Tais conceitos têm relação com a questão proposta para guiar as reflexões que serão desencadeadas a partir do presente projeto, em especial a literatura, pois no referido documento ela é apresentada como possibilidade de o leitor se colocar no lugar do outro, de viver outras vidas, conhecendo de modo mais profundo o ser humano, potencializando os processos de humanização, sendo a literatura tratada como um direito inalienável do sujeito (Goiás, 2018).

Em 2020, a RME publicou o Documento Curricular da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de Goiânia (DC EI), que estabelece relação entre os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e o artigo 6º das DCNEI, em que constam os princípios éticos, estéticos e políticos, que devem ser respeitados na EI.

Nele, a literatura é entendida como uma manifestação da arte, capaz de favorecer a fruição e a ampliação das experiências estéticas, fundamental para a constituição e humanização do sujeito.

A pesquisa proposta parte do seguinte problema: Qual a relação da leitura literária com a efetivação do currículo na Educação Infantil, com a garantia dos direitos das crianças, em especial os direitos de aprendizagem e desenvolvimento?

Tem como objetivos:

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## GERAL

Compreender como se dão as vivências e experiências da leitura literária no currículo em uma unidade de Educação Infantil da Rede Municipal de Educação de Goiânia e propor a ampliação dessa inserção como experiência estética e direito da criança.

## ESPECÍFICOS

- 1) Investigar as concepções de infâncias, de Educação Infantil, direitos das crianças, direitos de aprendizagem e de leitura literária na infância constituídos historicamente;
- 2) Discutir os principais conceitos de infâncias e leitura literária presentes nos documentos orientadores da Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Goiânia;
- 3) Apresentar o conceito de currículo referente à Educação Infantil de acordo com os documentos orientadores nacionais para esta etapa da Educação Básica e o conceito de currículo para a Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Goiânia;
- 4) Identificar como a leitura literária integra o conjunto de práticas que compõem currículo desenvolvido na unidade de Educação Infantil e se ela contribui para que os direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças sejam garantidos neste contexto.

A metodologia a ser usada na pesquisa é a qualitativa, do tipo hermenêutico fenomenológico, de revisão bibliográfica e documental, uma vez que ela oferece diferentes possibilidades de compreender o objeto a ser investigado e suas peculiaridades, por meio da interpretação e descrição do fenômeno interrogado e ainda abrange o contato direto com a situação que será estudada e seus sujeitos.

### REALIZAÇÃO

Esta escolha se justifica a partir da afirmação de Bicudo (1994) que a fenomenologia é uma forma rigorosa de pensar a realidade a partir da interpretação de seus sentidos e significados. Para tanto, faz-se necessário que dois momentos sejam garantidos: a *epoché*, momento em que o fenômeno é posto em suspensão e a redução, que é o momento em que se descreve o que foi visto, seleciona as partes da descrição essenciais do fenômeno. Por fim, o pensar fenomenológico não abre mão da práxis, ou seja, da experiência vivida no mundo-vida.

A pesquisa será desenvolvida em uma unidade de EI da RME, envolvendo a equipe gestora, professores e crianças atendidas. Além da pesquisa bibliográfica e dos documentos oficiais, tanto nacionais quanto os da RME, que versam sobre o currículo nesta etapa da EB, serão realizadas a leitura e a análise do Projeto Político Pedagógico da unidade educacional e dos planejamentos elaborados pelas professoras, por um período a ser determinado.

Todas essas ações serão empreendidas na perspectiva de constatar qual é importância da leitura literária para a unidade educacional, sua presença no seu cotidiano, como ela se articula e/ou está contemplada no currículo desenvolvido, bem como suas possíveis relações com a garantia dos direitos de aprendizagem e desenvolvimento das crianças ali atendidas.

Pensar a leitura literária e suas interfaces com o currículo na EI é uma discussão necessária, visto que todas as crianças precisam ter garantidos os seus direitos, e aquelas que a frequentam precisam ter garantidos também os seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, observando as especificidades desta etapa da EB, ou seja, sem antecipações de conteúdos ou práticas do Ensino Fundamental, mas podendo aprender e se desenvolver de forma ampla, vivendo sua infância nas unidades educacionais, conforme propõem os documentos norteadores.

A relação das crianças com a literatura e a leitura literária, no contexto da EI perpassa pelos processos formativos dos professores que atuam nas unidades educacionais e, portanto, na constituição de seus repertórios, pois eles têm o papel de dar

#### REALIZAÇÃO

acesso ou ampliar o contato das crianças com os livros, a literatura e a leitura. Diante disso, cabe citar Ostetto (2007, p. 196) quando diz que

[...] para fazer com a criança, o adulto precisa fazer para si, pois não se pode encorajar o outro a viver uma aventura que nós mesmos não vivemos (Albano Moreira, 2002). Só um adulto que se responsabiliza pelo seu processo criador poderá contribuir com o processo criador de seus alunos.

O artigo “Ouvir e Viver Histórias na Educação Infantil: um direito da criança” (Valdez e Costa, 2007) discute o processo de contar história e a literatura infantil como direitos da criança. Registra que o hábito de contar histórias sempre esteve presente na história da humanidade e que ele se sustenta em três chaves: a primeira é o encontro, visto que para que a história seja contada é preciso um para contar e um ou mais para ouvir. A segunda é a prática solidária, pois contar histórias reúne, junta, congrega e une as pessoas, favorecendo a convivência e o estreitamento dos laços. Por fim, a chave do encantamento, visto que tanto quanto quem ouve, quanto quem conta a história se fascina e se encanta com o “Era uma vez...”.

No contexto da unidade educacional, há que se refletir que, para que o encontro entre quem conta uma história, sendo ele um adulto, e quem ouve, sendo ele uma criança, aconteça “implica em movimentar-se em direção ao outro e este deslocamento se inicia pelo adulto” (Candido, 2012, p. 22), pois ele é o parceiro mais experiente e tem a incumbência de apresentar o mundo à criança, dando a ela o acesso às mais diversas linguagens que estão presentes no mundo, fazendo da leitura literária uma experiência estética e de fruição. “Em suma, o adulto deve indagar-se a respeito de estratégias para que a sua intervenção promova e facilite experiências significativas às crianças. Além disso, deve estar disponível para o encontro com as crianças” (Candido, 2012, p. 21).

O autor ainda ressalta que é por meio da linguagem que se dá a relação do sujeito com a cultura a qual pertence, produzindo sentidos e significados nas interações estabelecidas com as pessoas e com a produção cultural, de modo a criar e re-criar o que está a sua volta.

#### REALIZAÇÃO

Neste sentido, será investigado como e quanto a leitura literária é contemplada na ação pedagógica, de que maneira ela é subsidiada, garantindo ou não o acesso das crianças à leitura literária, pois como alerta Bartolomeu Campos de Queirós (in Abreu, org., 2019, p. 125) “Liberdade, espontaneidade, afetividade e fantasia são elementos que fundam a infância. Tais substâncias são também pertinentes à construção literária. [...] Nesse sentido é indispensável a presença da literatura em todos os espaços por onde circula a infância”. Será dado especial enfoque à investigação de como são oportunizadas diferentes linguagens às crianças, com aporte da leitura literária, verificando se os direitos de aprendizagem e desenvolvimento são contemplados no desenvolvimento do currículo na unidade de EI, colocando a criança como centro do planejamento, fomentando e garantindo a ação das crianças.

A pesquisa propriamente dita ainda não foi iniciada, contudo, já está sendo feito o levantamento bibliográfico que subsidiará a sua realização. Por orientação das professoras da disciplina de Seminário I, foi realizado o levantamento no Banco de Dissertações e Teses, momento em que se encontrou cinco produções, entre teses e dissertações:

- a) ALCARAZ, Rita de Cássia Moser. Políticas de leitura para a infância no município de Curitiba: o livro como direito à promoção de igualdade racial. 2018. 243f. *Tese* (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2018.
- b) AZEVEDO, Nelma Menezes de. Leitura literária e transdisciplinaridade: uma ponte possível para os direitos humanos com crianças em sala de aula. 2016. 122 f. *Dissertação* (Programa de Pós-Graduação Associado em Educação, Culturas e Identidades) – Universidade Federal Rural de Pernambuco, Recife.
- c) CARLOS, Thais Rodrigues. Professora alfabetizadora e crianças em Processo de (cri)ação literária: voos em (trans)formação 29/04/2021 143 f. *Mestrado em Educação Instituição de Ensino*: Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá

REALIZAÇÃO

Biblioteca Depositária: Biblioteca Setorial do Instituto de Educação e Biblioteca Central – UFMT.

- d) SILVA, Sayonara Fernandes da. O Programa Nacional Biblioteca da Escola – PNBE: da gestão ao leitor na educação infantil de Natal (RN). 2015. 283f. *Dissertação* (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2015.
- e) SIQUEIRA, Ebe Maria de Lima. *Literatura sem fronteira*: por uma educação literária. 2013. 348 f. Tese (Doutorado em Letras e Linguística) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia.

Também foram levantados referenciais para a subsidiar a conceituação de Infâncias e Crianças:

- a) SARMENTO, Manuel Jacinto. *Imaginário e culturas da infância*. Cadernos de Educação. Pelotas, v. 12, n. 21, 2003.
- b) SARMENTO, Manuel Jacinto. *Crianças*: educação, culturas e cidadania activa refletindo em torno de uma proposta de trabalho. Perspectiva. Florianópolis, v. 23, n. 1, 2005a.
- c) SARMENTO, Manuel Jacinto. *Gerações e alteridade*: interrogações a partir da sociologia da infância. Educação e Sociedade. Campina: CEDES, v. 26, n. 91, 2005b.
- d) SIQUEIRA, Romilson Martins. *Igualdade e alteridade*: a condição humana em questão. PPGE/FE/UFG, 2008.
- e) SIQUEIRA, Romilson Martins. *Do silêncio ao protagonismo*: por uma leitura crítica das concepções de infância e criança. Tese de Doutorado. Goiânia: UFG, 2011.

REALIZAÇÃO

Finalmente, para subsidiar a discussão sobre a aprendizagem e o desenvolvimento, foi selecionada a seguinte obra:

- a) PRESTES, Zoia e TUNES, Elizabeth, (org.) Sete aulas de L.S. *Vigotski sobre os fundamentos da Pedagogia*. Rio de Janeiro: Editora E-Papers, 2018.

## REFERÊNCIAS

- BICUDO, Maria Aparecida Vigiani e ESPOSITO, Vitória Helena Cunha. (org.). **A pesquisa qualitativa em educação**: um enfoque fenomenológico. Piracicaba: Editora UNIMEP, 1994.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**/ Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.
- CANDIDO, Antônio. O direito à literatura. *In*: LIMA, Aldo de. (org.). **O direito à literatura**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2012.
- CASTELO BRANCO, Jordana e CORSINO, Patrícia. **Experiência do encontro na educação infantil**: interações, brincadeiras e espaços. *Educação | Santa Maria | v. 45 |2020*. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/40914>. Acesso em: 10-10-2023
- GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação. **Infâncias e Crianças em Cena**: por uma Política de Educação Infantil para a Rede Municipal de Educação de Goiânia/Secretaria Municipal de Educação – Goiânia: SME, DEPE, DEI, 2014.
- GOIÂNIA. Secretaria Municipal de Educação e Esporte. **Documento Curricular da Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação e Esporte de Goiânia**. SME: 2020
- GOIÁS. Secretaria de Estado de Educação, Cultura e Esporte. **Documento Curricular para Goiás: Educação Infantil**. v. 1. 2018.
- OSTETTO, Luciana Esmeralda. Na jornada de formação: Tocar o arquétipo do mestre-aprendiz. **Pro-Posições**, v. 18, n. 3 (54), set.-dez., p. 195-210. 2007. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/proposic/article/view/8643535/29781>. Acesso em: 10-10-2023
- QUEIRÓS, Bartolomeu Campos de. Manifesto por um Brasil Literário. *In*: ABREU, Júlio (org.). **Sobre ler, escrever e outros diálogos**. São Paulo: Global, 2019.
- VALDEZ, Diane.; COSTA, Patrícia Lapot. Ouvir e Viver Histórias na Educação Infantil. *In*: ARCE, Alessandra e MARTINS, Lígia Márcia. (org.) **Quem tem medo de ensinar na educação infantil?** Campinas: Editora Alínea, 2007.

### REALIZAÇÃO

## **A UNIVERSALIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL NO MUNICÍPIO DE GOIÂNIA: OS DESAFIOS DA META 1 DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

Mestranda: Raissa Soares Furtado

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Ramos da Silva Carvalho

**Linha de Pesquisa: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

A presente pesquisa, em fase inicial de desenvolvimento no âmbito do Mestrado Acadêmico em Educação do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Goiás (UEG), Unidade Universitária de Inhumas, Goiás, tem como foco investigar os desafios para o alcance da Meta 1 no que diz respeito à expansão da oferta do número de vagas para as crianças de 0 a 3 anos (creches) e 4 e 5 anos (pré-escola) no município de Goiânia.

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches, de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste Plano Municipal de Educação (Brasil, 2015).

Para a faixa etária de 4 e 5 anos, a sua oferta na pré-escola é de matrícula obrigatória para os pais e responsáveis e dever e obrigatoriedade estatal. Já para a faixa etária de 0 a 3 anos, a sua oferta é um direito previsto no artigo 208, inciso IV, cabendo ao Estado garantir o acesso a todo aquele que tiver o interesse para esse atendimento. Portanto, sua matrícula é facultativa aos pais e responsáveis, mas a oferta é obrigatória para o Estado (Andrade, 2023).

O Plano Nacional de Educação (PNE/2014-2024), instituído pela Lei nº 13.005/2014, articulado sob a perspectiva de uma mobilização e participação social, demonstra sua

### REALIZAÇÃO

importância estratégica e política no delineamento das políticas do Estado. Desse modo, há um avanço para o campo educacional, interligando a materialização e a proposição da educação com a articulação colaborativa e cooperativa (Andrade, 2023). A meta 1, voltada para a educação infantil, corresponde à universalização do atendimento escolar para as crianças de 4 e 5 anos, de acordo com a Emenda Constitucional nº 59/2009, e à ampliação da oferta de vagas para creches, no mínimo 50% de crianças de 0 a 3 anos (Machado, 2022).

O Plano Estadual de Educação de Goiás, instituído pela Lei nº 18.969, em 22 de julho de 2015 para o decênio de 2015/2025, conta com 21 metas e diversas estratégias, que visam à melhoria da qualidade da educação no estado de Goiás. A Meta 1 é voltada para a universalização da educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 e 5 anos de idade e para a ampliação da oferta de vagas para as crianças de até 3 anos de idade, que correspondem às creches.

Este estudo tem como objetivo analisar e compreender quais são os desafios para o cumprimento da meta 1 do PME-Goiânia, particularmente, no que diz respeito à universalização para a faixa etária de 4 e 5 anos e à ampliação da oferta para o grupo etário de 0 a 3 anos. Os objetivos específicos serão:

- 1) Compreender o histórico da legislação quanto ao direito de acesso à educação infantil;
- 2) Compreender as políticas para a educação infantil no âmbito do PNE (2014-2024) e PME-Goiânia (2015-2025);
- 3) Levantar, sistematizar e analisar os indicadores estatísticos referentes à meta 1 do PME-Goiânia (2015-2025);
- 4) Analisar as fontes documentais sobre as ações da rede municipal de Goiânia quanto ao acesso à educação infantil no município.

REALIZAÇÃO

Para a sistematização dos dados referentes à evolução dos indicadores previstos na Meta 1 do PME-Goiânia (2015-2025), iremos apurar o percentual de atendimento da educação infantil no município, dentre outros indicadores relacionados com a educação infantil no município, por meio de coleta e tratamento de informações estatísticas provenientes do banco de dados do Censo da Educação Básica do Inep, IBGE e Laboratório de Dados Educacionais.

Sob uma perspectiva crítica de cunho qualitativo, com ênfase em análise bibliográfica e pesquisa de natureza documental, dialogaremos com autores e pesquisadores que apresentem contribuição relevante para a pesquisa. Sendo assim, para a compreensão do direito ao acesso à educação infantil, recorreremos aos autores Barbosa (2009), Almeida (2012), Faustino (2020); no que diz respeito ao direito à educação básica, os autores Silveira (2010), Ximenes (2014), Mazzioni (2016), Dourado (2017), Rocha Junior (2023); sobre a compreensão da educação infantil como política pública, os autores Haddad (1997) e Kuhlmann Junior (2000); para a compreensão da Meta 1, recorreremos a Machado (2022); e quanto ao planejamento educacional, Alves (2020). Ainda estabeleceremos diálogo com a legislação que trata desta temática, tais como: Constituição Federal de 1988 (CF/88), Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), Plano Nacional de Educação (PNE), estabelecido pela Lei nº 13.005/2014, Plano Municipal de Educação (PME), regido pela Lei nº 6.606/2015. Percorreremos ainda documentos da Rede Municipal de Goiânia, além de notícias dispostas nas páginas oficiais da prefeitura e dos veículos de comunicação.

A temática da educação infantil, como primeira etapa da educação básica, tem ganhado notável expansão no meio acadêmico e governamental atualmente. O crescimento das discussões abre um importante debate quanto à universalização da oferta da educação básica, sobretudo, para a educação infantil em creches e pré-escolas, sendo essa última oferta obrigatória para a pré-escola, e dever dos pais ou responsáveis efetuar a matrícula das crianças na educação básica a partir de 4 anos de idade (Brasil, 1996). Nesse sentido, é importante entender que a educação, como direito de

REALIZAÇÃO

todos e um dever do Estado e da família, deve preparar o educando para a vida em sociedade, favorecendo um processo de ensino-aprendizagem que leve em consideração a integralidade do ser humano, em suas dimensões cognitiva, física, sociais, política e afetiva e que tais práticas alcancem a superação da desigualdade.

Este estudo se justifica, antes de qualquer aspecto, pela sua relevância social, uma vez que cumprir as metas e seguir as diretrizes permitirão redirecionar o ensino para que haja uma educação pública, de qualidade, e que alcance as crianças de todas as faixas etárias. Logo, é oportuno que este objeto de estudo seja investigado, compreendendo sua efetivação como um direito humano fundamental, observando o processo de expansão fragilizado frente ao esperado na legislação.

É importante compreender o caminho percorrido pelas legislações educacionais, especialmente, as que contemplem a educação infantil. Em 1988, é sancionada a Constituição Federal que aborda o direito à educação do artigo 205 ao 214. Historicamente, a educação infantil foi inserida nas pautas políticas por meio de reivindicações sociais. A partir de uma alteração constitucional introduzida pela Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009, a educação no Brasil, sobretudo a educação infantil, vivencia uma reconfiguração pela ampliação da educação básica obrigatória. O ensino torna-se obrigatório para as crianças de 4 aos 17 anos de idade. Ou seja, a educação infantil passa a ser obrigatória a partir dos 4 anos de idade (Machado, 2022).

De acordo com a primeira meta do PME-Goiânia, todas as crianças de 4 e 5 anos de idade têm direito de serem matriculadas na pré-escola, sendo dever do Estado ofertar a vaga e da família em matriculá-las, e ampliar a oferta para crianças menores de 3 anos. A educação infantil, como primeira etapa da educação básica, possui como premissa o educar. Como o educar e o cuidar estão vinculados à educação infantil, entende-se que o cuidado é algo pertencente ao processo educativo das crianças. Dessa forma, os sistemas educacionais devem acolher essas experiências em suas propostas pedagógicas, entendendo a criança como sujeito histórico de direitos. Além disso, deve-se considerar que o acesso à creche pública é um fator importante para a inserção

#### REALIZAÇÃO

da mulher “mãe” no mercado de trabalho. Segundo Haddad (1997), foi percorrida uma longa trajetória para que a creche conquistasse um espaço no âmbito constitucional, juntamente com a pré-escola, podendo ser considerada um direito universal da criança à educação, sendo dever do Estado, mas em ação complementar da família.

De acordo com o Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022, no que diz respeito ao acesso a creches para a população de 0 a 3 anos, foram alcançadas 37, 3% atendidas nos sistemas de ensino, representando cerca de 4, 4 milhões de crianças frequentando creches ou escolas (Brasil, 2022). Na região Centro-Oeste, o número de crianças de 0 a 3 anos que frequentavam as creches ou escolas no ano de 2013 foi de 196.837 (21, 6%), enquanto que, para o ano de 2022, o número foi de 323.320 (31%). Em Goiás, a população de 0 a 3 anos de idade que frequentava escolas ou creches, no ano de 2013, foi de 65.043 crianças (17%). Com a variação percentual, o número de crianças atendidas no ano de 2022 foi de 107.119 (26, 2%). Estes percentuais, abaixo do estabelecido na meta 1 do PNE (2014-2024), apontam para a necessidade de cobertura de 50% de atendimento.

Para a população das crianças de 4 a 5 anos que frequentam escola ou creche, no ano de 2022, a taxa de cobertura escolar em idade escolar obrigatória no Brasil registrou um quantitativo de 93, 0%. Esse percentual destaca que a universalização do atendimento para esta faixa etária, de acordo com o estabelecido na meta do PNE (2014-2024) para o ano de 2016, ainda não foi alcançada. Segundo os dados disponibilizados no Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022, para que a Meta 1 do PNE seja alcançada, seria necessária a inclusão de mais 425 mil crianças no sistema de ensino (Brasil, 2022). Na região Centro-Oeste, o número de crianças que frequentam as escolas ou creches no ano de 2013 foi de 355.378 (82, 5%). No ano de 2022, o número era de 459.616 (90, 1%). Já em Goiás, o número de crianças de 4 a 5 anos atendidas em escolas ou creches era de 140.626 (81, 0%) para o ano de 2013, e 191.892 (87, 7%) para o ano de 2022.

REALIZAÇÃO

Nota-se, portanto, que, embora a educação infantil exerça um importante papel no desenvolvimento social, cognitivo e afetivo das crianças, ainda não é possível que todas as crianças dessas faixas etárias tenham acesso aos centros educacionais. Nesse sentido, segundo Dourado (2017), fica evidente que há uma necessidade sociopolítica para contemplar os desafios de expansão das metas. Então, deve haver a definição de diretrizes para ações e investimentos, por meio de práticas colaborativas entre os poderes públicos, reconduzindo a ação pública estatal, que apresente efetividade social, para o impacto positivo nos indicadores educacionais, emprego e renda.

Considerando que a pesquisa está em fase inicial de desenvolvimento, temos algumas possibilidades já iniciadas para alcançar o seu objetivo, como levantamento bibliográfico, identificação do número de crianças das quais as famílias almejam as vagas por CMEI, reportagens do município que ajudam no detalhamento dessas informações, bem como a falta de infraestrutura e de profissionais da educação e precarização das instituições de ensino.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Lorena Borges. **Pré-escola na escola de Ensino Fundamental: os direitos das crianças, desafios e contradições**. 2016. 161 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.
- ALVES, Edson Ferreira. **Estado e Planejamento Educacional no Contexto do Federalismo: o processo de elaboração dos planos municipais de educação em Goiás**. 2020. 283 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020.
- ANDRADE, Viviane Arantes. **A universalização da Educação Infantil no Estado de Goiás: os desafios da Meta 1 do Plano Estadual de Educação**. 2023. 193 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Goiás, Inhumas, 2023.
- BARBOSA, Ivone Garcia. **Políticas para a Educação Infantil em Goiás: historicidade e implicações para a formação em pedagogia**. Goiânia: Grupo de Estudos e Pesquisas da Infância e sua Educação em diferentes contextos [GEPIED]-FE/UFG, 2009.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília (DF): Presidência da República, 5 out. 1988.
- BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 1996.

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Emenda Constitucional nº 59, de 11 de novembro de 2009**. Acrescenta § 3º ao art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias para reduzir, anualmente, a partir do exercício de 2009, o percentual da Desvinculação das Receitas da União incidente sobre os recursos destinados à manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, dá nova redação aos incisos I e VII do art. 208, de forma a prever a obrigatoriedade do ensino de quatro a dezessete anos e ampliar a abrangência dos programas suplementares para todas as etapas da educação básica, e dá nova redação ao § 4º do art. 211 e ao § 3º do art. 212 e ao **caput** do art. 214, com a inserção neste dispositivo de inciso VI. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2009.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. Brasília (DF): Diário Oficial da União, 2014.

BRASIL. **Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação (PNE) – 2022**. Brasília (DF): Inep, 2022.

DOURADO, Luiz Fernandes. **Plano Nacional de Educação: o epicentro das políticas de estado para educação brasileira**. Goiânia: Editora Imprensa Universitária, ANPAE, 2017.

FAUSTINO, Viviane Aparecida. **Avaliação e monitoramento da qualidade da Educação Infantil em planos municipais de capitais brasileiras**. 2020. 206 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, MG, 2020.

GOIÂNIA. **Lei nº 9.606, de 24 de junho de 2015**. Aprova o Plano Municipal de Educação e dá outras providências. Goiânia: Diário Oficial do Município, 2015.

GOIÁS. **Lei nº 18.969, de 22 de julho de 2015**. Aprova o Plano Estadual de Educação – PEE. Goiânia: Diário Oficial do Estado, 2015.

HADDAD, Lenira. **A ecologia do atendimento infantil: construindo um modelo de sistema unificado de cuidado e educação**. 1997. 336 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

KUHLMANN JR, Moisés. Histórias da educação infantil brasileira. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 14, 2000.

MACHADO, Elka Cândida. **Judicialização da Educação Infantil no Estado de Goiás no período de 2009-2019: análises e desafios**. 2022. 324 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

MAZZIONI, Lizeu. **O Plano Nacional de Educação e o papel dos municípios na universalização da educação básica no Brasil**. 2016. 325 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Fronteira Sul, Chapecó, 2016.

ROCHA JUNIOR, Anário Dornelles. **O direito à educação nos planos municipais de educação de capitais de estados brasileiros**. 2023. 307 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2023.

SILVEIRA, Adriana Aparecida Dragone. **O Direito à Educação de Crianças e Adolescentes: análise da atuação do Tribunal de Justiça de São Paulo (1991-2008)**. 2010. 304 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

XIMENES, Salomão Barros. **Padrão de Qualidade do Ensino**: desafios institucionais e bases para a construção de uma teoria jurídica. 2014. 428 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **A PRÁXIS NO ENSINO DE ARTE: UMA REFLEXÃO A PARTIR DA PERSPECTIVA FREIRIANA**

Mestrando: Raphael de Almeida Paula

Orientador: Prof. Dr. Cláudio Pires Viana

**Linha de Pesquisa: Cultura, Escola e Formação**

O ensino de Arte no Brasil é uma prática que apresenta raízes profundas na história do país. Essa prática acontece desde a colonização, logo, tem influência de diversas culturas. No entanto, o ensino formal de Arte como disciplina escolar teve um desenvolvimento mais significativo a partir do século XIX, especialmente na década de 1870. Segundo Barbosa (2012, p. 11) esse foi “o período da história da educação brasileira em que a preocupação com o ensino de Arte (concebida como Desenho) nos apresenta como mais extensa e mais aprofundada”. A partir desse período, transformações significativas no contexto social do país ao longo do tempo influenciaram na práxis docente na disciplina de Arte.

A Arte na educação escolar teve variadas abordagens ao longo dos anos, refletindo diferentes visões pedagógicas e concepções. Em determinados momentos o ensino estava voltado para técnicas e habilidades artísticas específicas, enquanto em outros, houve uma ênfase maior na expressão pessoal e na criatividade. Podemos observar na primeira metade do século XX, quando as disciplinas Desenho, Trabalhos Manuais, Música e Canto Orfeônico eram componentes curriculares dos programas das escolas primárias e secundárias (Brasil, 1997).

Entre os anos 20 e 70, as escolas brasileiras viveram experiências diversas no ensino da Arte, mas nos anos 30 e 40 dominou o Canto Orfeônico, projeto elaborado pelo compositor Heitor Villa-Lobos, que pretendia difundir

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

a linguagem musical de maneira sistemática, juntamente com princípios de civismo e coletividade, condizentes com o pensamento político da época (Gomes e Nogueira 2008, p. 584).

O lugar da Arte no currículo escolar brasileiro variou ao longo do tempo. Em determinados momentos houve a busca por uma disciplina de Arte independente, com a criação de leis que tornaram obrigatório o ensino de Arte nas escolas. Em outros momentos a Arte foi dividida, como é o caso da educação visual e educação musical. A Lei nº. 9.394 (Brasil, 1996, Art. 26, § 2º) estabeleceu a obrigatoriedade do ensino de Arte na educação básica brasileira, sendo “componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos”. No entanto, a forma como a Arte é implementada e abordada pode variar de estado para estado e de escola para escola. Em relação ao ensino de arte, “os professores das escolas públicas encontraram dificuldades em apreender métodos de ensino nas salas de aula, resultando numa prática pouco ou nada fundamentada, necessitada de aprofundamentos teórico-metodológicos” (Fusari e Ferraz, 2001, p. 43 apud Gomes e Nogueira, 2008, p. 585). A pouca valorização da disciplina em relação a outras áreas do conhecimento, a falta de recursos para a prática artística nas escolas e a falta de formação adequada para os professores de arte, são alguns desafios enfrentados pelo ensino de arte no Brasil.

Partindo desses pressupostos, nosso objetivo é refletir a respeito da práxis no ensino de arte, por meio da qual, observaremos em que mediada a perspectiva freiriana de educação dialógica, libertadora e emancipatória, contribui para o desenvolvimento do ensino de arte em sala de aula. A intersecção existente entre os dois temas representa um campo de estudo intrigante e enriquecedor, unindo dois pilares fundamentais no processo de aprendizagem: a educação libertadora e a expressão criativa. Paulo Freire, patrono da educação brasileira, é conhecido por sua defesa intransigente de uma concepção revolucionária de educação, centrada na conscientização, na transformação social e no diálogo crítico. Para Freire (1987), o diálogo é imprescindível numa

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

perspectiva de educação humanizadora, pois constitui, segundo ele, “pronúncia do mundo”, ato de criação e recriação. Desse modo, estabelecer uma unidade dialética entre a Arte-educação e a pedagogia de Paulo Freire tem sido nosso escopo na esperança de uma práxis docente dialógica e emancipatória.

Buscaremos problematizar nesse trabalho o modo como os princípios pedagógicos de Paulo Freire podem contribuir para o ensino de arte, com o intuito de investigar de que maneira essa abordagem freiriana pode se fazer presente nos contextos educacionais contemporâneos com o intuito de estabelecer sentidos de formação comprometidos com a humanização dos educandos. Fundamentada na noção de que a educação é um ato de liberdade e conscientização, a obra de Paulo Freire nos oferece uma profunda reflexão acerca de como os educadores concebem sua docência na sala de aula. Seu conceito de "educação como prática da liberdade" e sua ênfase no diálogo como ato transformador provocam e inspiram a forma como a pedagogia é abordada em diversas partes do mundo.

Numa visão libertadora, não mais “bancária” da educação, o seu conteúdo programático já não involucra finalidades a serem impostas ao povo, mas, pelo contrário, porque parte e nasce dele, em diálogo com os educadores, reflete seus anseios e esperanças. Daí a investigação da temática como ponto de partida do processo educativo, como ponto de partida de sua dialogicidade (Freire, 1987, p. 65)

Acreditamos que apesar das relações entre a pedagogia freiriana e a Arte-educação, poucos estudos aprofundaram-se na exploração de como a pedagogia de Paulo Freire, fundamentando a ação pedagógica docente se faz presente no ensino de Arte. Desse modo, o presente trabalho, a partir do desenvolvimento de uma pesquisa de caráter qualitativo, de leitura e revisão bibliográfica, pretende realizar uma reflexão teórica, filosófica e epistemológica, colocando em questão em que sentido o pensamento de Paulo Freire contribui para que o ensino de Arte seja uma verdadeira práxis.

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Nossa pesquisa, de caráter qualitativo, é essencialmente conceitual, emergindo a partir de uma ampla fundamentação teórica. Para isso, o método de pesquisa a ser utilizado será a fenomenologia, por meio da hermenêutica dialética. A priori, nossa discussão apoiar-se-á na seguinte bibliografia: *Por que arte-educação?* de João-Francisco Duarte Júnior, *Arte-educação no Brasil* de Ana Mae Barbosa, *Arte, uma necessidade humana: função social e educativa* de Rosane Kloh Biesdorf e Marli Ferreira Wandscheer, *Pedagogia do Oprimido* de Paulo Freire. A pesquisa encontra-se em fase inicial – fase de leitura –, desse modo, a seleção de uma ampla bibliografia será realizada a fim de nos fornecer uma fundamentação teórica com maior robustez, possibilitando assim, uma profunda reflexão destinada à professores de Arte e pesquisadores, interessados em construir práticas pedagógicas enriquecedoras, dialógicas, criativas e emancipatórias.

## REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte-educação no Brasil**. São Paulo: Perspectiva, 2012.
- BARBOSA, Ana Mae Tavares Bastos. **Arte-educação no Brasil: realidade hoje e expectativas futuras**. Estudos Avançados, v. 3, n. 7, p. 170-82, 1989. Tradução. Acesso em: 30 ago. 2023.
- BIESDORF, Rosane Kloh; WANDSCHEER, Marli Ferreira. **Arte, uma necessidade humana: função social e educativa**. Itinerarius Reflectionis, v. 2, n. 11, 2011.
- BRASIL. Lei nº. 4.024, de 20 de dezembro de 1961. **Fixa as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial [da República Federativa do Brasil], Brasília (DF), 27 dez. 1961 e retificado em 28 dez. 1961.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: arte**. Brasília (DF): MEC, SEF, 1997.
- DUARTE JR, João-Francisco. **Por que arte-educação?**. 22. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012.
- EÇA, Teresa Torres Pereira de. Educação através da arte para um futuro sustentável. **Cadernos Cedes**, Campinas, abr, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccedes/a/PX3s6tVt6zrp8xgsQKxcMBB/#>. Acesso em: 31 ago, 2023.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 22. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- GOMES, Karina; NOGUEIRA, Sonia Martins de Almeida. **Ensino da Arte na escola pública e aspectos da política educacional: contexto e perspectivas**. Ensaio: aval. pol. Públ. Educ., Rio de Janeiro, v. 16, n. 61, p. 583-596, out/dez/ 2008.
- VILLAÇA, Iara de Carvalho. Arte-educação: a arte como metodologia educativa. **Cairu em Revista**, Salvador, Jul/Ago, 2014. Disponível em: [https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos2014\\_2/05\\_ARTE\\_EDUCACAO\\_METODOLOGIA\\_EDUCATIVA.pdf](https://www.cairu.br/revista/arquivos/artigos2014_2/05_ARTE_EDUCACAO_METODOLOGIA_EDUCATIVA.pdf). Acesso em: 31 ago. 2023.

### REALIZAÇÃO

## **DESAFIOS E CONTRADIÇÕES DA META 13 DO PNE (2014-2024) E DA META 14 DO PEE-GO (2015-2025)**

Mestranda: Raquel Aparecida Cupertino

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Renata Ramos da Silva Carvalho

**Linha de Pesquisa 1: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

O Plano Nacional de Educação (PNE) (2014-2024) foi instituído pela Lei nº 13.005/2014 como um importante instrumento balizador das políticas públicas educacionais no Brasil. Nele foram estabelecidas 20 metas e 254 estratégias e orientações para sua execução, monitoramento e avaliação. As metas para a educação superior traçadas pelo PNE (2014-2024) representam profundos desafios para os entes federados.

Este projeto envolve a análise de uma das metas voltadas para a educação superior, a Meta 13 do PNE (2014-2024), cuja proposta é “elevar a qualidade da educação superior e ampliar a proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores”. Segundo Carvalho e Anderi (2020), o Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE-GO) (2015-2025) determinou, em sua Meta 14, os mesmos percentuais para a titulação do corpo docente da educação superior previstos na Meta 13 do PNE (2014-2024). Além disso, o PEE-GO (2015-2025) aponta para o fortalecimento do Sistema Estadual de Educação Superior em Goiás e da UEG, mediante ações que contemplam o fomento, a autonomia, a garantia de financiamento e planos de carreira para seus servidores.

Este projeto tem como tema os desafios do processo de expansão com qualidade da educação superior em Goiás, identificados diante da análise da Meta 13 do PNE (2014-2024), da Meta 14 do PEE-GO (2015-2025). A questão norteadora da pesquisa

### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

consiste em: Quais são os desafios para a efetivação da expansão com qualidade da educação superior a partir da análise da Meta 13 do PNE (2014-2024) e da Meta 14 do PEE-GO (2015-2025)? O objetivo geral desta pesquisa propõe analisar, qualitativamente, o cumprimento da Meta 13 do PNE (2014-2024) e da Meta 14 no PEE-GO (2015-2025), evidenciando os dilemas e os desafios que envolvem a titulação e a formação do corpo docente da educação superior em Goiás.

Para alcançar este objetivo geral, foram traçados como objetivos específicos: compreender a historicidade do PNE (2014-2024) como política pública basilar para a educação nacional; examinar como e se as estratégias traçadas para o alcance da Meta 13 do PNE (2014-2024) e da Meta 14 no PEE-GO (2015-2025) estão, de fato, articuladas com o conteúdo principal das metas; analisar os desafios da titulação e da formação do corpo docente da educação superior, considerando as peculiaridades regionais e a natureza das IES, privadas e públicas; avaliar, qualitativamente, o conteúdo da meta 13 do PNE (2014-2024) e da meta 14 no PEE-GO (2015-2025), considerando elementos fundamentais para a expansão com qualidade da educação superior, tais como remuneração, carreira, condições de trabalho, dentre outros.

A proposta da Meta 13 do PNE (2014-2024) revelou-se pouco desafiadora para a educação superior do país. Quantitativamente, esta meta considera o conjunto de docentes que atua na educação superior no Brasil como um todo, não estabelecendo distinção por categoria administrativa, público e privada, a organização acadêmica e a análise das diferentes condições regionais que envolvem a qualidade da educação superior no país. Esse caráter geral do conteúdo da meta 13 do PNE (2014-2024) torna obscurecidas as desigualdades existentes entre as IES e as peculiaridades regionais (Carvalho e Oliveira, 2019; Carvalho e Oliveira, 2022).

Carvalho e Oliveira (2022) reforçam que o PNE (2014-2024) prevê a atuação em regime de colaboração por parte da União e entes federados, no intuito de alcançar as metas e estratégias estabelecidas. Amaral (2016) retrata que cada ente federado teve o prazo de um ano, até junho de 2015, para elaboração ou adequação dos seus

#### REALIZAÇÃO

respectivos planos locais de educação. Os planos de educação deveriam prever um prazo de 10 anos para o cumprimento das 20 metas estabelecidas no PNE (2014-2024), dentre as quais, cabe aqui ressaltar, aquelas relacionadas à educação superior e aos desafios da promoção do seu financiamento.

Segundo Souza e Menezes (2017), os Planos Estaduais de Educação configuram importantes instrumentos de gestão com a função de integrar os objetivos e metas do PNE, observando a realidade local de cada estado para, a partir desta, articular as demandas estaduais e municipais e adequar o planejamento nacional às suas necessidades. Carvalho e Amaral (2019) reforçam a importância da participação dos estados da federação no contexto das problematizações referentes ao alcance das metas propostas no PNE (2014-2024) para a educação superior, especialmente no que diz respeito às IES públicas estaduais.

A partir de 2014, observou-se uma descontinuidade nas políticas, programas e ações voltadas para a efetivação das metas do PNE (2014-2024). O país passou por uma crise política e econômica que culminou no impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff, em 2016. Na sequência, no governo de Michel Temer, foi aprovada a EC nº 95/2016, que resultou no congelamento de despesas primárias do Poder Executivo federal por 20 anos e prejudicou o cumprimento das estratégias do PNE (2014-2024) (Carvalho e Oliveira, 2022).

Esse cenário, associado às disparidades regionais inerentes à formação docente na educação superior e ao desafio de revelar análises mais robustas sobre a expansão com qualidade desse segmento educacional, dão sustentação a uma proposta de estudo que analise com mais densidade a Meta 13 do PNE (2014-2024) e a Meta 14 do PEE-GO (2015-2025). Essa análise parte da compreensão do papel da educação superior e da importância da formação do seu corpo docente no projeto de desenvolvimento econômico e social do país.

Carvalho e Oliveira (2022) entendem que as metas voltadas para a educação superior no PNE (2014-2024) revelam a importância da pós-graduação como etapa formativa

#### REALIZAÇÃO

para o exercício de uma cidadania crítica em uma sociedade democrática. A formação docente da educação superior do país precisa ser compreendida diante do contexto político-econômico brasileiro, bem como do processo de globalização econômica, internacionalização do conhecimento e a influência das formas de reprodução do capital.

Amaral (2016) reforça que a formação dos profissionais da educação precisa ser entendida em uma perspectiva social, enquanto política pública e que se trata de um direito, superando a concepção de que a formação profissional faria parte de um plano de iniciativa individual de aperfeiçoamento próprio. Cabe ao Estado garantir esse direito aos profissionais da educação, entendendo que a valorização profissional abrange a garantia de formação inicial e continuada, estruturação da carreira, dos salários e das condições de trabalho.

A compreensão da educação como prática social e como um direito social revela o valor dos processos formativos para o exercício de uma cidadania crítica em uma sociedade democrática. Como constituinte do projeto de sociedade em cada momento histórico, a educação se revela como uma prática fundamental para o aprofundamento e valorização do conhecimento científico e tecnológico e essencial para a promoção do desenvolvimento econômico e social do país (Carvalho e Oliveira, 2022).

Silva (2009) afirma que a qualidade social da educação não pode ser demonstrada apenas por instrumentos de mensuração dos resultados de processos complexos e subjetivos como os que ocorrem em um ambiente escolar. O autor aponta elementos que permitem analisar uma escola de qualidade de forma mais adensada, tais como o financiamento adequado, o reconhecimento e valorização dos trabalhadores, e o compromisso com a boa formação e profissionalização dos docentes e funcionários da educação, atentando-se para questões como titulação, progressão na carreira, salários condizentes, vínculos efetivos, etc.

Dessa forma, a apresentação de dados gerais referentes à titulação dos docentes da educação superior no Brasil oculta as singularidades existentes entre as IES públicas e privada e as especificidades regionais. Torna-se oportuno identificar as disparidades

#### REALIZAÇÃO

evidenciadas pela Meta 13 do PNE (2014-2024) a partir do exame metuculoso do seu conteúdo por categoria administrativa de IES, distinguindo os dados referentes às instituições privadas e públicas e, para estas últimas, os desafios enfrentados em âmbito federal, estadual e municipal. Cumpre pontuar a pouca articulação das estratégias traçadas para essa meta com o conteúdo principal da mesma, pois a elevação da qualidade do ensino superior é apontada por meio do fortalecimento de processos de avaliação, regulação e supervisão (Carvalho e Oliveira, 2019; Carvalho e Oliveira, 2022).

A análise metodológica da pesquisa consiste em uma abordagem qualitativa, subsidiada por uma pesquisa documental, análise bibliográfica, levantamento e análise interpretativa e crítica de dados estatísticos. Ademais, esta pesquisa encontra-se em fase inicial e exploratória. O levantamento bibliográfico já iniciado levantou pontos de discussão que sinalizam um caminho de reestruturação. Diante dos passos já trilhados, tem nos inquietado a percepção do desafio representado pelo planejamento da educação superior para o município. Frente a isso, as metas voltadas para a educação superior nos Planos Municipais de Educação dos municípios que compõem a Região Metropolitana de Goiânia, dentre os quais se inclui o município de Inhumas (GO), estão sendo analisadas a fim de se definir o caminho que a pesquisa seguirá.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Nelson Cardoso., DOURADO, Luiz Fernandes., AZEVEDO, Janete Maria Lins de., OLIVEIRA, João Ferreira de., AGUIAR, Márcia Ângela da S. (org.). Política de Formação Continuada dos Profissionais da Educação. **Caderno Temático 6**. Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016.
- BRASIL. **Constituição Federal do Brasil**, de 5 de outubro de 1998. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 15 de junho de 2023.
- BRASIL. **Lei nº 13.005/2014, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília (DF), 26 jun. 2014. Seção 1, p. 1. Edição Extra.
- CARVALHO, Renata Ramos da Silva; AMARAL, Nelson Cardoso Amaral. **As universidades estaduais brasileiras e as metas do PNE (2014-2024) para a educação superior**: desafios de expansão e financiamento. RBPAAE, v. 35, n. 1, p. 181-205, jan./abr. 2019.
- CARVALHO, Renata Ramos da Silva; ANDERI, Eliane Gonçalves Costa. **Cooperação Federativa e Metas para a Educação Superior nos Planos Estaduais de Educação**: desafios de articulação

### REALIZAÇÃO

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

com o PNE (2014-2024). REVELLI – Revista de Educação, Língua e Literatura da UEG-Inhumas., v. 12, p. 1-20, 2020.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de. As metas do Plano Nacional de educação – PNE (2014-2024) para a educação superior brasileira: As tensões e os desafios da expansão com qualidade. *In*: ROCHA, Monica Aparecida da; SANTUÁRIO, Armando Alcântara. (org.). **Políticas públicas de educação superior e desenvolvimento**: desafios e dimensões contemporâneas no Brasil e no México. Palmas: Eduft, 2019.v. 1, p. 79-98.

CARVALHO, Renata Ramos da Silva; OLIVEIRA, João Ferreira de. **Expansão e qualidade da educação superior**: um balanço das metas 12, 13 e 14 do Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2024. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v 27, n 02, p 227-247, jul. 2022.

SILVA, Maria Abádia da. **Qualidade Social da Educação Pública**: algumas aproximações. Cad. Cedes, Campinas, vol 29, n 78, p 216-226, maio/ago. 2009.

SOUZA, Donaldo Bello de; MENEZES, Janaína Specht da Silva. **Planos estaduais de educação**: desafios às vinculações com outros instrumentos de gestão local da educação. Revista Brasileira de Educação, v. 22, n. 71, p. 1-23, 2017.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

# **TRABALHO DOCENTE EM GOIÁS: ANÁLISES ACERCA DA VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA DURANTE O GOVERNO CAIADO**

Mestranda: Vanessa Thais Alves Martins

Orientador: Prof. Dr. Rodrigo Roncato Marques Anes

**Linha de Pesquisa 1: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

O presente trabalho trata-se da discussão acerca do projeto de pesquisa cujo tema é a “Valorização do Trabalho do Professor de Educação Básica no Estado de Goiás”, o qual será feito um recorte de tempo que remete ao período do governo do Governador Ronaldo Caiado. Como ponto de partida, serão analisadas as metas do 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e as metas 18 e 19 do Plano Estadual de Educação de Goiás (PEE 2015-2025), para compreender como foi o desdobramento por parte do governo para que elas se concretizassem.

Por ser professora de 4° e 5° ano, e compreender que a educação básica é o alicerce para a formação do ser humano, acredito que os profissionais que ali trabalham precisam de um olhar atento em relação a sua valorização, o que tende a ir além de remuneração, mas também valorização social.

Com intuito de compreender tais inquietações o problema a ser estudado é: Diante das metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e das metas 18 e 19 do Plano Estadual de Educação (PEE) de Goiás 2015-2025, até que ponto o governo de Ronaldo Caiado tem conseguido promover a valorização social e salarial dos professores da educação básica na Secretaria Estadual de Educação de Goiás e quais os obstáculos enfrentados para implementação dessas metas?

Ainda sobre o objeto da pesquisa e sua relevância no campo acadêmico, ao realizar a busca na Biblioteca de Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), com

## REALIZAÇÃO

os descritores: Valorização, docente e Goiás, com o recorte de tempo de 2018 a 2024, foram encontrados um total de 44 resultados, dos quais selecionei 7 para leitura dos resumos, porém o objeto destes eram diferentes do objeto em questão.

Este trabalho, que se encontra em fase inicial, tem como objetivo compreender os desafios e as limitações para a valorização dos professores de educação básica da Secretaria Estadual de Educação de Goiás, com base nas metas 17 e 18 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024 e nas metas 18 e 19 do Plano Estadual de Educação (PEE) de Goiás 2015-2025, durante o governo Ronaldo Caiado. Lembrando que:

Compõem o tripé “Valorização dos Profissionais da Educação Básica”, segundo o texto da Conae/2014 três agrupamentos de ações: a) salários justos e condizentes; b) planos de carreira que incentivem a permanência na função, e c) adequada formação profissional – inicial e continuada. (Augusto, p. 539, 2015).

A partir deste pressuposto, far-se-á necessário descrever por meio de pesquisa qualitativa, bibliográfica e documental o trabalho do professor, colocando em destaque o tripé necessário para sua valorização, a pesquisa seguirá com fins exploratórios e descritivos a luz do método materialista histórico dialético, com Marx, como seu criador, Netto (2011) não traz uma explicação pronta, mas em seu texto descreve maneiras de se trabalhar com o método acima descrito:

Como bom materialista, Marx distingue claramente o que é da ordem da realidade, do objeto, do que é da ordem do pensamento (o conhecimento operado pelo sujeito): começa-se "pelo real e pelo concreto", que aparecem como dados; pela análise, um e outro elementos são abstraídos e, progressivamente, com o avanço da análise, chega-se a conceitos, a abstrações que remetem a determinações as mais simples. Este foi o caminho ou, se se quiser, o método. (Netto, 2011, p. 42)

Neste contexto, é necessário ir além de números, e pensar a realidade do trabalho docente. Em 2024 a discussão sobre a importância da valorização do professor

#### REALIZAÇÃO

voltou a ser destaque em debates relacionados a políticas públicas, resultando na lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024, que Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública<sup>1</sup>. Observando a lei do piso<sup>2</sup> do magistério, que mesmo estando em vigor, várias regiões do território nacional não aderiram a remuneração que é direito do professor, percebe-se o quão importante é compreender os motivos para tal descumprimento.

Para dar legitimidade a pesquisa serão pesquisados sites governamentais tais como: LDB (Lei de Diretrizes e Bases), IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas), FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação), FUNDEB (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação), INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais), dentre outros sites e documentos que possibilitam acesso as informações almejadas. Para realizar de uma comparação entre as metas e os resultados obtidos.

Dados mais recentes retirados do Painel de monitoramento do Plano Nacional de Educação, auxiliam na compreensão da valorização do professor de educação básica, com base na meta 17 do PNE em relação ao Brasil.

- 
- 1 Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LEI&numero=14817&ano=2024&ato=097ITQE1ENZpWTff0>
  - 2 O piso salarial é o valor mínimo da remuneração que pode ser destinada a determinada categoria profissional, variando conforme cada profissão.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

**Gráfico 1 – Remuneração de professores em relação a outros  
 profissionais com o mesmo nível de formação (2014-2023)**



Fonte: Elaborado pela Direção/Inep com base em dados da Pnad contínua/IBGE (2012-2019/2022-2023).

Os resultados de 2020 e 2021 foram suprimidos por recomendação do IBGE, em virtude de dificuldades na coleta de dados da Pnad-c durante a pandemia de covid-19 (IBGE, 2022).

\* Valores corrigidos pela variação do IPCA/IBGE a preços de maio/2023.

Ao observar o gráfico, pode-se notar que a remuneração do professor tem aumentado nos últimos anos, quando comparada ao dos demais profissionais com mesmo nível de formação. Porém, devemos nos perguntar como este aumento acontece? Se ainda existem locais no Brasil que não construíram planos de carreiras para seus professores, ou se o tem, não cumprem. Como é dito por Santos:

A ideia de valorização do magistério, por meio de planos de carreira, ainda encontra-se em um cenário muito desigual, pois, na diversidade de contextos locais brasileiros, encontram-se situações de ausência de planos, de planos aprovados, porém não efetivados, e uma gama imensa de planos de carreira com lógicas distintas, em execução. (Santos, p. 233, 2016).

A meta 18<sup>3</sup>, assegura a implementação de planos de carreiras, porém não é o que é vislumbrado na análise das metas, sendo apenas 60, 1% dos municípios que

- 3 Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de Carreira para os (as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal. (Brasil, 2015)

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

Atende ao Piso Salarial nacional Profissional. Assim, demonstra-se a necessidade de análises aprofundadas dos resultados alcançados e das metas que foram traçadas no início de cada decênio.

Sendo necessária a compreensão dos seguintes objetivos da pesquisa: Compreender o trabalho do professor e sua historicidade. Analisar o cumprimento das metas 17 e 18 do PNE (2014-2024) e das metas 18 e 19 do PEE (2015-2025) no contexto do governo Ronaldo Caiado. Identificar os principais obstáculos e resistências à implementação de políticas de valorização docente, com ênfase na lei do piso salarial e nos planos de carreira dos professores de educação básica no Estado de Goiás. Analisar como as políticas de valorização docente impactaram o reconhecimento social e as condições de trabalho dos professores concursados e contratados no Estado de Goiás.

Ao falar sobre trabalho docente, é importante salientar que o termo será trabalhado relacionando-o apenas com o trabalho do professor, utilizando em determinados momentos como sinônimos. Antes de ser algo recortado, especificado e transformado em emprego, o trabalho em si, é algo inerente ao ser humano, que o transforma em homem. Como afirma Frigotto:

O trabalho constitui-se, por ser elemento criador da vida humana, num dever e num direito. Um dever a ser aprendido, socializado, desde a infância. Trata-se de aprender que o ser humano – como ser natural- necessita elaborar a natureza, transforma-la, e pelo trabalho extrair dela bens úteis para satisfazer as suas necessidades vitais e socioculturais. (Frigotto, 2010, p. 15).

Então o homem modifica a natureza para adaptar-se a ela, isso através do trabalho para sua existência. A partir deste pensamento, é necessário compreender que o trabalho do professor, de educar é necessário na sociedade, e precisa ser pensado como tal, e dissociá-lo da perspectiva criada que deve fazer seu trabalho por amor apenas.

A educação em si, também é algo inerente ao ser humano, como afirma Saviani (2007, p. 152) “Trabalho e educação são atividades especificamente humanas. Isso significa que, rigorosamente falando, apenas o ser humano trabalha e educa.”. A educação

#### REALIZAÇÃO

não necessita de um local específico para acontecer. A escola se caracteriza como este local, para o ensino sistemático, sendo o local de trabalho do professor.

O projeto explicitado, ainda se encontra em fase inicial, de pesquisas bibliográficas, para compreender quais autores podem colaborar com tal discussão, perpassando pelo trabalho, profissionalização, precarização e valorização do trabalho docente. Compreende-se então que, este projeto poderá influenciar de alguma maneira futuros pesquisadores e também futuras políticas de valorização docente. A princípio foram pesquisados alguns autores aqui presentes e outros no projeto completo. Todavia, far-se-á necessária pesquisa aprofundada de alguns outros que contribuirão para a pesquisa pretendida.

## REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 14.817, de 16 de janeiro de 2024.** Publicação Original.

BRASIL. Meta 17. **Novo Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).**

Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTQ1MmJjNWtOTE1ZS00NmMxLTk5OGQtYjRlMTI4OWI5YWw4liwidCI6IjI2ZjczODk3LWw4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 24 set. 2024.

BRASIL. Meta 18. **Novo Painel de Monitoramento do Plano Nacional de Educação (PNE).**

Disponível em: <https://app.powerbi.com/view?r=eyJrljoiYTQ1MmJjNWtOTE1ZS00NmMxLTk5OGQtYjRlMTI4OWI5YWw4liwidCI6IjI2ZjczODk3LWw4YWMtNGlxZS05NzhmLWVhNGMwNzc0MzRiZiJ9>. Acesso em: 24 set. 2024.

Brasil. **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico] : Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. 2. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A dupla face do trabalho: criação e destruição da vida. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA; Maria (org.) **A experiência do trabalho e a Educação Básica**. 3 ed. Rio de Janeiro; Lamparina, 2010. p.11-27.

JOAQUIM, Nelson. **Direitos, deveres e valorização dos professores nas relações de trabalho**. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 13, n. 1672, 29 jan. 2008.

Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/10890>. Acesso em: 23 set. 2023.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SANTOS, A. R. dos. As políticas de valorização docente – Uma realidade dos professores do campo. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 10, n. 18, 2016. DOI: 10.22420/rde.v10i18.661. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/661>. Acesso em: 01 out. 2023.

### REALIZAÇÃO

Anais do Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação - UnU  
Inhumas/UEG (v. 4, 2024)  
De 09 a 11 de outubro 2024

---

SAVIANI, Demerval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. Revista Brasileira de Educação v. 12 n. 34 jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 15 ago. 2024.

REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

## **A RESOLUÇÃO 04/2024 E A FORMAÇÃO DE PROFESSORES: SUJEITOS, ENTIDADES E DISPUTA NO CAMPO POLÍTICO**

Mestrando: William Elias de Almeida

Orientador: Prof. Dr. Renato Barros de Almeida

**Linha de Pesquisa: Trabalho, Estado e Políticas Educacionais**

### **APRESENTAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO INICIAL**

A pesquisa atual aborda uma política recente no campo da formação de professores, inserida em um contexto de intensas disputas e está na fase de levantamento de dados bibliográficos, análise dos documentos necessários para sua elaboração e diálogo com o orientador para estabelecer a melhor estrutura.

Em 2024 foi aprovada as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissional do Magistério da Educação Escolar Básica (DCNs-2024), e que foi instituído em 29 de maio de 2024 pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Este documento dialoga com a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) assim como sua predecessora a Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Com a aprovação desse documento normativo, os cursos de pedagogia e licenciatura precisarão adequar seus currículos às novas exigências.

O Parecer CNE/CP N° 4/2024, documento base da resolução, é taxativo ao estabelecer, em seu escopo, os fundamentos, princípios a serem observados nas políticas, dentre outras obrigações. (BRASIL, 2024). Ao analisar as propostas, há evidências de que elas visam a formação de um profissional que proverá um ensino voltado para resultados pré-determinados, pois, conforme apontado por Freitas (2017), a BNCC

#### REALIZAÇÃO

Pró-Reitoria de Pesquisa  
e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação  
em Educação – UnU Inhumas

Seminários  
de Pesquisa II

padroniza a educação escolar e não considera no currículo, a diversidade cultural e as particularidades da população brasileira, além de não corroborar com uma concepção de formação de sujeitos livres e pensantes e buscar atender a anseios mercadológicos. As políticas públicas vigentes para a formação de professores são fortemente influenciadas pelo neoliberalismo, o que pode resultar na formação de profissionais mais preocupados com resultados e métricas de desempenho do que com uma formação crítica. Por essa razão, movimentos e entidades do setor educacional têm criticado o Parecer CNE/CP N° 4/2024. A Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) (2024), reconhecida entidade, manifestou contrariedade ao Parecer CNE/CP N° 4/2024. A crítica abrange tanto o conteúdo quanto os métodos empregados na formulação e ratificação do parecer.

## **JUSTIFICATIVA**

A partir disso surgem algumas indagações: Qual o jogo de forças travados entre sujeitos, entidades civis e políticas no campo da formação de professores? Quais os interesses destes sobre a nova resolução?

Responder a esses questionamentos pode possibilitar compreender as contradições neste documento. Essa investida possibilita também aclarar o entendimento dos sujeitos envolvidos com a educação para que se posicionem diante da implementação da base bem como da construção dos currículos escolares.

Além disso, essa pesquisa também é derivada do interesse científico deste pesquisador em contribuir para o aprofundamento do debate acerca dos conhecimentos sobre as políticas públicas, especialmente a Resolução N° 4/2024. Esse desejo é oriundo da grande inquietação que me causa as normativas para a formação de professores e suas consequências sociais.

Outro ponto relevante da pesquisa é o entendimento de que é impossível pensar a formação dos sujeitos sem relacioná-la com o trabalho enquanto categoria fundante

### REALIZAÇÃO

da organização e construção da vida humana. Pois, segundo Engels (2013) a diferença entre o homem e os outros animais resulta do trabalho. Com isso, esse estudo se propõe a evidenciar essa relação tendo como prisma a experiência formativa que emana do modo organizacional do trabalho a partir de currículos de formação de professores.

Corroborando com Kuenzer (1991), acredita-se que as contradições existentes entre o capital e o trabalho estão inseridas na construção das políticas públicas educacionais. Sendo assim, faz-se necessário estudar essa relação para compreender a dinâmica em que isso acontece.

## **OBJETIVO GERAL**

Realizar uma análise crítica da Resolução CNE/CP N° 04/2024, comparando-a historicamente com outras resoluções. Identificar as disputas e lutas no campo da Educação entre as entidades civis em torno do projeto de formação de professores no Brasil.

## **OBJETIVOS ESPECÍFICOS**

- 1) Analisar historicamente a construção das Resoluções de CNE para formação de professores, destacando as principais mudanças.
- 2) Identificar os embates históricos no âmbito da construção das políticas de formação de professores do país.
- 3) Pensar a quem serve o projeto de formação de professores estabelecido na Resolução CNE/CP N° 04/2024.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Para a compreensão histórica, de acordo com os objetivos do projeto, e para realizar uma análise crítica da Resolução CNE/CP N° 04/2024, comparando-a

### REALIZAÇÃO

historicamente com outras resoluções, será necessário retroceder e, então, compará-la com outras anteriores.

A exemplo de comparação, tem-se as DCNs de 2015 que intentavam avançar na indicação de necessidades formativas e fomentaram campos de conhecimentos importantes como questões socioambientais, éticas, diversidade étnico-racial, de gênero, religiosa dentre outras. (Brasil, 2015).

A Resolução nº02/2019, definiu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação Inicial de professores da educação básica e com isso foi instituído a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica. Assim como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelece uma formação comum aos alunos, a BNC estabelece uma base de formação comum aos professores, um modelo com competências que de acordo com Silva (2019), se origina e se alimenta de uma perspectiva economicista dos processos formativos, assentada em critérios de eficiência, produtividade e competitividade.

Atualmente, a formação de professores é pela CNE/CP Nº 04/2024. Documento instituído em 29 de maio de 2024 pelo CNE. Para Marx (1983), a figura do processo social da vida, do processo da produção material, apenas se tornará claro quando, como produto de homens livremente socializados, ela ficar sob seu controle consciente e planejado, ou seja, Marx parte do princípio de que a realidade está em constante mudança e é marcada por contradições, e nestas contradições é possível perceber as intencionalidades. Sendo assim, pode-se inferir que a formação de professores, na concepção histórica almejada para formação de sujeitos livres, tem o intuito de que se fomente uma educação de qualidade de forma consciente e planejada. Com sujeitos preparados para entender e se adaptar às diferentes realidades sociais, culturais e econômicas de seus alunos, e o engessamento das DCNs-2024 pode comprometer tais características.

#### REALIZAÇÃO

## **METODOLOGIA**

A metodologia empregada é a dialética marxista com abordagem qualitativa que utiliza pesquisa bibliográfica e documental, bem como análise de conteúdo para compreender a essência das políticas públicas para formação de professores e os contextos históricos e sociais que a influenciam.

Para realizar uma comparação histórica da Resolução 04/2024 com outras resoluções, serão utilizados documentos historicamente construídos até o presente, extraídos de bases de dados governamentais, como as do Ministério da Educação (MEC), entre outras, se necessário. Para identificar o jogo de forças entre sujeitos, entidades civis e políticas, e as lutas no campo da Educação em torno do projeto de formação de professores no Brasil, serão mapeadas notas, manifestações públicas e outros documentos, fundamentados por meio de pesquisa bibliográfica com autores que possam contribuir para a construção das determinações e contradições para extrair a essência do objeto. Dessa forma, em um movimento dialético e dialógico, será possível compreender as lutas, disputas e interesses envolvidos nesse novo projeto de formação.

Sua escolha está justificada em função da consideração que este faz da realidade social como algo gerado pela ação dos sujeitos. Assim, coloca-se as políticas educacionais como resultado da ação de sujeitos que miram algum tipo de resposta para sociedade.

Uma das relevâncias do uso deste método, de acordo com Frigotto (2000), é seu alinhamento com a História, considerando-a como ciência. Para o autor, a partir disso torna-se possível ao pesquisador desvelar os sentidos ocultos que há no objeto, superando as análises que se limitam ao aparente.

Para Netto, o método materialista dialético pode ser resumido como aquele que “[...] propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto (Netto, 2011, p. 22). Com isso, é possível evitar as interpretações imediatistas

### REALIZAÇÃO

e superficiais que não ultrapassam a barreira da aparência, ocultando os reais problemas e contradições do objeto pesquisado.

## REFERÊNCIAS

Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope). **Nota da Anfope sobre o Parecer CNE/CP nº 4/2024**. Disponível em: <https://www.anfope.org.br/nota-da-anfope-sobre-o-parecer-cne-cp-no-4-2024-2/>. Acesso em: 03 ago. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2024. Disponível em: Ministério da Educação. Acesso em: 18 jul. 2024.

BRASIL, Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002**. Disponível em: [http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01\\_02.pdf](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_02.pdf). Acesso em: 30 de março de 2023.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer Parecer CNE/CP nº 2/2015, de 09 de junho de 2015, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível e Continuada dos Profissionais do Magistério da Educação Básica**. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, seção 1, p. 13, 25 de Junho, 2015.

ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. *In*: ANTUNES, Ricardo (org.) **A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels**. 2. ed. São Paulo: Expressão popular, 2013. Volume I (p. 13-30).

FREITAS, L. C. **BNCC**: como os objetivos serão rastreados. Blog do Freitas/ abril 2017. Disponível em: <https://avaliacaoeducacional.com/2017/04/07/bncc-como-os-objetivos-serao-rastreados/>. Acesso em: 22 set. 2024.

FRIGOTTO, Gaudêncio. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. *In*: FAZENDA, Ivani. **Metodologia da pesquisa educacional**. 6. ed. p. 69-90. São Paulo: Cortez, 2000.

KUENZER, A. Z. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília (DF): Inep; Santiago: REDUC, 1991.

MARX, Karl. **O Capital**: Crítica da Economia Política. São Paulo: Abril Cultural, 1983. 3 v. (Coleção Os Economistas).

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

SILVA, M. R. da. **Impertinências entre trabalho, formação docente e o referencial de competências**, 2019.

### REALIZAÇÃO